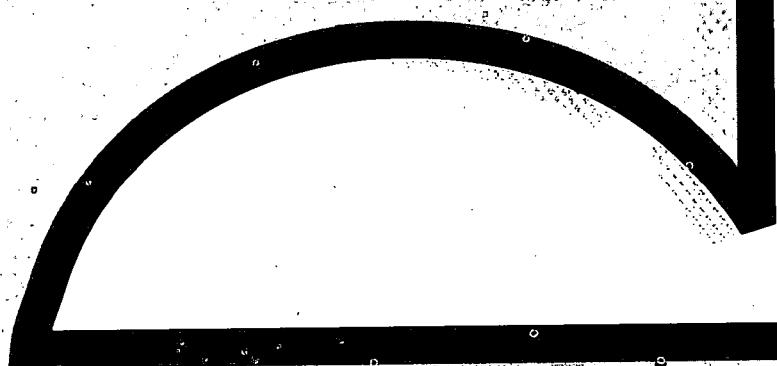


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA

Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i> Suplentes de Secretário <i>1º Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Elcio Alvares - PFL - ES</i> Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> LIDERANÇA DO PFL Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i>	LIDERANÇA DO PMDB Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i> LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Líder <i>Eduardo Suplicy</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PSDB Líder <i>Sergio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i> LIDERANÇA DO PPB Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líderes <i>Esperidião Amin</i> LIDERANÇA DO PTB Líder <i>Odacir Soares</i>
<small>(1) Reeleitos em 2-4-97 (2) Designação: 16 e 23-11-95</small>		<small>Atualizada em 4-11-98</small>

EXPEDIENTE

<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 13ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE JANEIRO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 52, de 1999 (nº 1.626/98, na origem), de 18 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 1998, que altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998.....

01800

01800

Nº 53, de 1999 (nº 1.635/98, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1998 (nº 4.769/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.775, de 21 de dezembro de 1998.....

01800

1.2.2 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 13/99, de 15 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1992 (nº 1.289/91, naquela Casa), que amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório, sancionado e transformado na Lei nº 9.675, de 29 de junho de 1998.....

01800

01803

Nº 14/99, de 15 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1998 (nº 3.920/97, naquela Casa), que altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, sancionado e transformado na Lei nº 9.691, de 22 de julho de 1998.....

01800

01808

1.2.3 – Pareceres

Nº 36, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/89, de 1998 (nº 3.411/98, na origem), através do qual o Banco Central encaminha ao Senado Federal, solicitação do Governo do Estado de Goiás, para que

seja autorizada operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, celebrado em 13 de novembro de 1998, entre a União e aquele Estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, no valor de até R\$418.868.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), a preços de 30 de junho de 1998, destinados ao saneamento do Banco do Estado de Goiás S/A – BEG (Projeto de Resolução nº 1, de 1999). ..

01800

Nº 37, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/2, de 1999 (nº 13/99, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha solicitação do Estado do Ceará para a contratação de operação de crédito, baseada no contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações, celebrado em 12 de novembro de 1998, entre a União e o Estado do Ceará, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, no valor de R\$954.224.000,00 (novecentos e cinqüenta e quatro milhões e duzentos e vinte e quatro mil reais), destinados ao saneamento e posterior privatização do BEC, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (Projeto de Resolução nº 2, de 1999). ..

01803

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas aos Projetos de Resolução nº 1 e 2, de 1999, resultantes de pareceres lidos anteriormente. Inclusão dos projetos na pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 21 do corrente, por se encontrarem em regime de urgência, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.....

01808

Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear a memória do Senador João Calmon, de acordo com o Requerimento nº 14, de 1999, do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros senhores Senadores. ..

01809

1.2.5 – Ofícios

Nº 9/99, de 20 do corrente, do Líder do PSDB, no Senado Federal, de indicação de membro para integrar as Comissões de Educação, como titular; de Infra-Estrutura, como titular; de Fiscalização e Controle, como suplente; de Constituição, Justiça e Cidadania, como suplente; e de Relações Exteriores, como suplente. Designação da Senadora Luzia Toledo para integrar as referidas Comissões.....

Nº 89/99, de 20 do corrente, do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Entrevista do fotógrafo Sebastião Salgado à revista *Veja* desta semana, sob o título "A outra globalização". Importância do senso demográfico do IBGE para o próximo ano, ameaçado por corte de verbas.

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Homenagem ao Senador Josaphat Marinho, que fará pronunciamento de despedida do Senado Federal hoje.

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Congratulações às partes envolvidas no entendimento para que o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991, que trata da reforma psiquiátrica, seja aprovado amanhã nesta Casa. Apresentação de adendo ao parecer anteriormente apresentado por S. Ex^a sobre a referida matéria.

SENADOR GILBERTO MIRANDA – Pronunciamento de despedida do Senado Federal.

SENADOR NABOR JÚNIOR – Apelo ao Governo Federal para socorrer o Estado do Acre, em virtude das inundações na região.

1.2.7 – Requerimentos

Nº 18, de 1999, de autoria do Senador Íris Rezende e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista Fábio Nasser Custódio, ocorrido no dia 17 do corrente, em Goiânia – GO. **Aprovado.**

Nº 19, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro da Educação as informações que menciona. À Mesa para decisão.

1.3 – ORDEM DO DIA**Item único**

Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1998 (nº 622/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção da Unidroit sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, celebrada em Roma, no dia 24 de junho de 1995. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final.....

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 19 (Parecer nº 38, de 1999). **Aprovada.** À promulgação.....

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia (período destinado a homenagear o Senador Josaphat Marinho)

SENADOR JOSAPHAT MARINHO – Despedindo-se do Senado pela proximidade do término de seu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Homenagem da Mesa e convite para S.Ex^a presidir o Sénado.

1.3.2 – Apreciação de matéria

Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998 (nº 3.746, de 1997, na Casa de origem), que dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. **Aprovado** com emendas de redação, após leitura de Pareceres nºs 39, 40 e 41, de 1999, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Constituição, Justiça e Cidadania, e em substituição à de Educação, respectivamente. À Comissão Diretora para redação final.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998 (Parecer nº 42, de 1999). **Aprovada.** À sanção.

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR BERNARDO CABRAL – Exaltação ao gesto do Presidente Antônio Carlos Magalhães em convidar para presidir o Senado o Senador Josaphat Marinho.

SENADOR PEDRO SIMON – Congratulações ao Presidente Antônio Carlos Magalhães pelo gesto de convidar o Senador Josaphat Marinho para presidir o Senado.

SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – Agradecimento a todos pela homenagem de presidir o Senado Federal no término de seu mandato.

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ODACIR SOARES – Considerações sobre o potencial de crescimento da produção de grãos nos cerrados brasileiros.

SENADOR ERNANDES AMORIM – Preocupação sobre os destinos da nossa política econômica.

SENADOR MAURO MIRANDA – Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual de Goiás Sr. Ataíde Borges.

1.3.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.

01828

01828

01829

01850

01851

01855

01858

01858

01858

01859

01863

01864

01865

Janeiro de 1999

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 21 01799

**1.4 – ENCERRAMENTO
2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SES-
SÃO ANTERIOR**

Do Senador Joel de Hollanda, proferido no dia 19-1-99, que retirado pelo parlamentar para revisão, publica-se na presente sessão.....

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 132ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 8 de dezembro de 1998, e publicada no Diário do Senado Federal no dia subsequente.

**3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESI-
DENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM
20-1-99**

4 – EMENDAS

Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.731-34, 1.733-57, 1.736-32, 1.737-22, 1.739-17, 1.740-27, 1.741-37, 1.743-11, 1.744-9, 1.746-8, 1.748-37, 1.749-35, 1.750-46, 1.751-61, 1.753-14, 1.754-13, 1.756-9, 1.757-50, 1.759-8, 1.763-62, 1.765-44, 1.767-44, 1.768-30, 1.769-53, 1.770-44, 1.772-18, 1.773-33, 1.774-21, 1.775-7, 1.777-7, 1.779-6, 1.781-5, 1.782-1, 1.783-1,

1.784-1, de 1999 (Publicadas em suplemento à presente edição).....

01876

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 110, de 1999, referente ao servidor José Rabelo.....

01893

Nº 111, de 1999, referente ao servidor Ro-
naldo Louzada.

01894

Nº 112, de 1999, referente à servidora Tâ-
nia Helga Comelli Bukowitz.

01895

Nº 113, de 1999, referente à servidora Ma-
ria do Carmo Santos Ferreira.

01896

Nº 114, de 1999, referente ao servidor Ar-
nóbio Santos Neto.

01897

Nº 115, de 1999, referente ao servidor Wal-
ter Aires de Alencar Filho.

01898

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO

PARLAMENTAR

**7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES**

**8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON-
JUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO
BRASILEIRA)**

Ata da 13^a Sessão Deliberativa Ordinária em 20 de janeiro de 1999

7^a Sessão Legislativa Extraordinária da 50^a Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Josaphat Marinho

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Djalma Falcão – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Jonice Tristão – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – José Saad – Júlio Campos – Júnia Marise – Juvêncio Dias – Leomar Quintanilha – Leonel Paiva – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luzia Toledo – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Paulo Guerra – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sandra Guidi – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotonio Vilela Filho – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

– Nº 52, de 1999 (nº 1.626/98, na origem), de 18 de dezembro último, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 1998, que altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.766, de 18 dezembro de 1998; e

– Nº 53, de 1999 (nº 1.635/98, na origem), de 21 de dezembro último, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1998 (nº 4.769/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.775, de 21 de dezembro de 1998.

OFÍCIOS

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 13/99, de 15 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1992 (nº 1.289/91, naquela Casa), que amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório, sancionado e transformado na Lei nº 9.675, de 29 de junho de 1998; e

Nº 14/99, de 15 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1998 (nº 3.920/97, naquela Casa), que altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, sancionado e transformado na Lei nº 9.691, de 22 de julho de 1998.

PARECERES

PARECER Nº 36, DE 1999

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Ofício "S" nº 89, de 1998 (nº 3.411/98, na origem) através do qual o Banco Central encaminha ao Senado Federal, solicitação do Governo do Estado de Goiás, para que seja autorizada

operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, celebrado em 13 de novembro de 1998, entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, no valor de até R\$418.868.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), a preços de 30 de junho de 1998, destinados ao saneamento do Banco do Estado de Goiás S/A – BEG.

Relator: Senador João Rocha

I – Relatório

Em pauta o Ofício "S" nº 89, de 1998 (Ofício PRESI nº 3.411, de 15-12-98, na origem) através do qual o Banco Central encaminha ao Senado Federal, solicitação do Governo do Estado de Goiás, para que seja autorizada operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, celebrado em 13 de novembro de 1998, entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, destinada ao saneamento do Banco do Estado de Goiás S/A tratando-se, portanto, de uma operação complementar ao refinanciamento da dívida do Estado de Goiás, aprovado pelo Senado Federal, por intermédio da Resolução nº 67, de 1998.

A operação pleiteada pelo Estado de Goiás apresenta as seguintes características:

a) valor do crédito a ser liberado pela União: até R\$418.868.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), à preços de 30 de junho de 1998, atualizados pela Taxa Selic, divulgada pelo Bacen, até a data da efetiva liberação dos recursos.

b) utilização dos recursos:

I) até R\$200.480.000,00 (duzentos milhões, quatrocentos e oitenta mil reais) – capitalização do Banco do Estado de Goiás – BEG, para recomposição do seu patrimônio

II) até R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) – constituição de fundo(s) para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e outras superveniências passivas; e

III) até R\$178.388.000,00 (cento e setenta e oito milhões, trezentos e oitenta e oito mil reais) – aquisição de ativos do BEG pelo Estado.

c) forma de liberação dos recursos: serão realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN,

em consonância com o art. 10 da Medida Provisória nº 1.702-30/98, da seguinte forma:

I) diretamente ao BEG, com relação ao montante destinado à capitalização da instituição, para recomposição patrimonial;

II) diretamente à CEF, com relação ao montante destinado à constituição de fundo(s) para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis, e outras superveniências passivas; e

III) diretamente ao Estado, com relação ao montante destinado à compra de ativos do BEG.

d) amortização:

– as parcelas dos recursos liberados serão incorporadas à parcela (P) definida na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento, celebrado entre a União e o Estado de Goiás em 25 de março de 1998, com base na Lei nº 9.496/97, nas mesmas datas em que ocorrerem as liberações, regendo-se esta operação pelas condições estipuladas naquele instrumento.

– do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento será deduzido o preço inicial das ações, definido com base no valor do patrimônio líquido apurado após as liberações dos créditos e efetuados os ajustes no BEG;

– a diferença entre o preço final obtido na venda e o preço inicial das ações do BEG será deduzida a parcela (P) descrita na Cláusula Quarta do contrato de Refinanciamento;

– os recursos gerados pelos ativos do BEG adquiridos pelo Estado, incluindo os provenientes de sua alienação, serão obrigatoriamente destinados à amortização do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento; e

– o Estado poderá utilizar os créditos securitizados que tenham sido objeto da novação a que se refere a Medida Provisória nº 1.696-27, de 27-10-98, no abatimento do estoque da dívida desta operação.

Por se tratar de operação firmada no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, a mesma deverá ser analisada à luz do art. 4º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, conforme estabelece o art. 45-B, introduzido pela Resolução nº 93, de forma que não se aplicam à presente operação, os limites estabelecidos nos arts. 6º e 7º da referida norma, regulamentadora da matéria, sendo também dispensada, a instrução processual estabelecida no art. 13.

O Banco Central se manifesta favoravelmente à operação por meio do Parecer Dedip/Diare-

98/826, de 9 de dezembro de 1998, ao tempo em que constata que o Estado de Goiás apresenta saldo positivo no limite estabelecido no art. 5º da Resolução nº 78/98. O Banco Central apresenta ainda os valores referentes à Receita Líquida mensal do estado, no período novembro/97 a outubro/98.

Acompanham o presente processo, os pareceres da Procuradoria da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme determina o mencionado art. 4º da Resolução nº 78, de 1998.

É o Relatório.

II – Voto do Relator

Considerando que o pleito do Estado de Goiás atende a todos os preceitos legais estabelecidos nas competentes Resoluções do Senado, que o Banco Central manifestou-se favoravelmente à celebração da Operação e que trata-se de operação complementar ao refinanciamento da dívida goiana, já aprovado pelo Senado Federal, através da Resolução nº 67, de 1998, somos levados a nos manifestar favoravelmente ao pleito em pauta, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1999

Autoriza o Governo do Estado de Goiás a celebrar operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, firmado em 13 de novembro de 1998, entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, no valor de até R\$418.868.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), a preços de 30 de junho de 1998, destinados a saneamento do Banco do Estado de Goiás S/A – BEG.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Goiás autorizado a celebrar operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, firmado em 13 de novembro de 1998, entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, no valor de até R\$418.868.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), a preços de 30 de junho de 1998, destinados a saneamento do Banco do Estado de Goiás S/A – BEG.

Art. 2º A operação de crédito, autorizada no artigo anterior, deverá apresentar as seguintes características:

I – *valor do crédito a ser liberado pela União:* até R\$418.868.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), a preços de 30 de junho de 1998, atualizados pela Taxa Selic, divulgada pelo Bacen, até a data da efetiva liberação dos recursos.

II – *utilização dos recursos:*

a) até R\$200.480.000,00 (duzentos milhões quatrocentos e oitenta mil reais) – capitalização do Banco do Estado de Goiás – BEG, para recomposição do seu patrimônio líquido;

b) até R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) – constituição de fundo(s) para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e outras superveniências passivas; e

c) até R\$178.388.000,00 (cento e setenta e oito milhões, trezentos e oitenta e oito mil reais) – aquisição de ativos do BEG pelo Estado.

III – *forma de liberação dos recursos:* serão realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em consonância com o art. 10 da Medida Provisória nº 1.702-30/98, da seguinte forma:

a) diretamente ao BEG, com relação ao montante destinado à capitalização da instituição, para recomposição patrimonial;

b) diretamente à CEF, com relação ao montante destinado à constituição de fundo(s) para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis, e outras superveniências passivas; e

c) diretamente ao Estado, com relação ao montante destinado à compra de ativos do BEG.

IV – *amortização:*

a) as parcelas dos recursos liberados serão incorporadas à parcela (P) definida na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento, celebrado entre a União e o Estado de Goiás em 25 de março de 1998, com base na Lei nº 9.496/97, nas mesmas datas em que ocorrerem as liberações, regendo-se esta operação pelas condições estipuladas naquele instrumento.

b) do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento será deduzido o preço inicial das ações, definido com base no valor do patrimônio líquido apurado após as liberações dos créditos e efetuados os ajustes no BEG;

c) a diferença entre o preço final obtido na venda e o preço inicial das ações do BEG será deduzida

ou adicionada a parcela (P) descrita na Cláusula Quarta do contrato de Refinanciamento;

d) os recursos gerados pelos ativos do BEG adquiridos pelo Estado, incluindo os provenientes de sua alienação, serão obrigatoriamente destinados à amortização do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento; e

e) o Estado poderá utilizar os créditos securitizados que tenham sido objeto de novação a que se refere a Medida Provisória nº 1.696-27, de 27-10-98, no abatimento do estoque da dívida desta operação.

Art. 3º A presente autorização deverá ser exercida no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de janeiro de 1999. – **Pedro Pliva**, Presidente – **João Rocha**, Relator – **Leonel Paiva** – **Reginaldo Duarte** – **Djalma Bessa** – **Lúcio Alcântara** – **Eduardo Suplicy** – **Bello Parga** – **José Saad** – **Jônico Tristão** – **Osmar Dias** – **José Fogaça** – **Jefferson Péres** – **Júlio Campos** – **Ademir Andrade** – **Gilberto Miranda**.

PARECER Nº 37, DE 1999

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício "S" nº 2, (nº 13/99, na origem), de 1999 do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha solicitação do Governo do Estado do Ceará para a contratação de operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações, celebrado em 12 de novembro de 1998, entre a União e o Estado do Ceará, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, no valor de R\$954.224.000,00, novecentos e cinqüenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), destinados ao saneamento e posterior privatização do BEC, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos estados.

Relator: Senador Jefferson Péres

I – Relatório

Em exame, nesta Comissão, o Ofício "S" nº 2, de 1999, (Ofício PRESI nº 13/99, de 5-1-99, na origem) do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha pleito do Governo do Estado do Ceará para a contratação de operação de crédito baseada

no contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações, celebrado em 12 de novembro de 1998, entre a União e o Estado do Ceará, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, no valor de R\$954.224.000,00, novecentos e cinqüenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), destinados ao saneamento do BEC, visando à transferência de seu controle acionário para a União e sua posterior privatização.

O contrato se situa no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, tendo sido celebrado nos termos da Medida Provisória nº 1.702-30, de 27 de outubro de 1998, que estabelece mecanismos objetivando a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, e da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que dispõe sobre a assunção, pela União, de dívidas de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

O Bacen manifestou-se sobre a operação por meio do Parecer Dedip/Diare-98/851, de 30 de dezembro de 1998, informando que a operação de crédito sob exame apresenta as seguintes características:

a) *valor do crédito a ser liberado pela União:* até R\$954.224.000,00 (novecentos e cinqüenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), a preços de 30 de junho de 1998, que serão utilizados exclusiva e obrigatoriamente da seguinte forma:

– até R\$144.034.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões e trinta e quatro mil reais), destinados a capitalização do BEC, para recomposição do seu patrimônio líquido;

– até R\$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), destinados à constituição de fundos para as contingências fiscais, trabalhistas, cíveis, atuariais e outras superveniências passivas;

– até R\$634.190.000,00 (seiscientos e trinta e cinco milhões, cento e noventa mil reais), para a aquisição de ativos do BEC pelo estado.

Os valores acima serão atualizados pela variação da taxa Selic, divulgada pelo Banco Central do Brasil, de 1º de julho de 1998 até a data das liberações previstas na Cláusula Segunda do Contrato.

b) *forma de liberação dos recursos:* as liberações dos recursos serão realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em consonância com o art. 10 da Medida Provisória nº 1.702-30/98, da seguinte forma:

– diretamente ao BEC, com relação ao montante destinado à capitalização da instituição, para recomposição patrimonial;

– diretamente à CEF, com relação a constituição dos fundos; e

– diretamente ao estado, com relação ao montante destinado à compra de ativos do BEC.

c) forma de pagamento:

– as parcelas dos recursos liberados serão incorporadas à parcela (P) definida na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento, nas datas em que ocorrerem as liberações, regendo-se pelas condições daquele Instrumento, exceto no que concerne ao prazo de financiamento, que, nesta operação, será de trezentos e sessenta meses;

– do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento será deduzido o preço inicial das ações, definidos com base no patrimônio líquido apurado após as liberações dos créditos e efetuados os ajustes no BEC;

– a diferença entre o preço final obtido na venda e o preço inicial das ações do BEC será deduzida ou adicionada à parcela (P) descrita na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento;

– os recursos gerados pelos ativos do BEC adquiridos pelo Estado, incluindo os provenientes de sua alienação, serão obrigatoriamente destinados à amortização do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento;

– o Estado poderá utilizar créditos securitizados que tenham sido objeto da novação a que se refere a Medida Provisória nº 1.696-27, de 27 de outubro de 1998, no abatimento do estoque da dívida desta operação.

O pleito está adequadamente instruído nos termos da Resolução nº 78, de 1998, especialmente quanto ao enquadramento nos limites do art. 5º, à indicação da Receita Líquida Real do Estado e ao encaminhamento dos pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que se manifestaram no sentido de não haver óbices à presente solicitação.

É o relatório.

II – Voto

A operação de crédito que ora se examina, enquadra-se no esforço geral da União e dos Estados no sentido de equacionar as questões relacionadas à dívida pública acumulada, afastando os impedimentos ao cumprimento pelos Estados das suas maiores finalidades, relativas à promoção do desenvolvimento.

Os órgãos da União responsáveis pela negociação e exame das condições da presente operação de crédito são unânimes em afirmar que não há

óbices de caráter legal à sua realização e que todas as formalidades foram cumpridas.

O pleito atende às normas fixadas por esta Casa para a autorização de operações de crédito da espécie solicitada, especialmente aos arts. 4º e 45-B da Resolução nº 78, de 1998.

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente à autorização do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações entre a União e o Estado do Ceará, objeto do Ofício "S" nº. 2, de 1999, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1999

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, em 12 de novembro de 1998, no valor de R\$ 954.224.000,00 (novecentos e cinqüenta e quatro milhões e duzentos e vinte e quatro mil reais).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações, celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará – BEC, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil – BACEN, em 12 de novembro de 1998, no valor de até R\$ 954.224.000,00 (novecentos e cinqüenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais).

Parágrafo único. A operação de crédito autorizada no **caput** se apóia na Medida Provisória n. 1.702-30, de 27 de outubro de 1998, e na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e seus recursos destinam-se ao saneamento financeiro do Banco do Estado do Ceará, visando à transferência de seu controle acionário para a União e sua posterior privatização.

Art. 2º A operação de crédito referida no artigo anterior terá as seguintes condições financeiras:

I – valor do crédito a ser liberado pela União: até R\$954.224.000,00 (novecentos e cinqüenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), a preços de 30 de junho de 1998, que serão utilizados exclusiva e obrigatoriamente da seguinte forma:

a) até R\$144.034.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões e trinta e quatro mil reais), destina-

dos a capitalização do BEC, para recomposição do seu patrimônio líquido;

b) até 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), destinados à constituição de fundos para as contingências fiscais, trabalhistas, civis, atuariais e outras superveniências passivas;

c) até R\$635.190.000,00 (seiscientos e trinta e cinco milhões, cento e noventa mil reais), para a aquisição de ativos do BEC pelo Estado;

d) Os valores acima serão atualizados pela variação da taxa SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil, de 1º de julho de 1998 até a data das liberações previstas na Cláusula Segunda do Contrato.

II – *forma de liberação dos recursos:* as liberações dos recursos serão realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em consonância com o art. 10 da Medida Provisória nº 1.702-30/98, da seguinte forma:

a) diretamente ao BEC, com relação ao montante destinado à capitalização da instituição, para recomposição patrimonial;

b) diretamente à CEF, com relação a constituição dos fundos;

c) diretamente ao Estado, com relação ao montante destinado à compra de ativos do BEC.

III – *forma de pagamento:*

a) as parcelas dos recursos liberados serão incorporadas à parcela (P) definida na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento, nas datas em que ocorrerem as liberações, regendo-se pelas condições daquele instrumento, exceto no que concerne ao prazo de financiamento, que, nesta operação, será de trezentos e sessenta meses;

b) do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento será deduzido o preço inicial das ações, definidos com base no patrimônio líquido apurado após as liberações dos créditos e efetuados os ajustes no BEC;

c) a diferença entre o preço final obtido na venda e o preço inicial das ações do BEC será deduzida ou adicionada à parcela (P) descrita na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento;

d) os recursos gerados pelos ativos do BEC adquiridos pelo Estado, incluindo os provenientes de sua alienação, serão obrigatoriamente destinados à amortização do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento;

e) o Estado poderá utilizar créditos securitizados que tenham sido objeto da novação a que se refere a Medida Provisória nº 1.696-27, de 27 de outubro de 1998, no abatimento do estoque da dívida desta operação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de janeiro de 1999. — Pedro Piva, Presidente — Jefferson Péres, Relator — José Fogaça — José Saad — Reginaldo Duarte — Djalma Bessa — Osmar Dias — Bello Parga — Eduardo Suplicy, vencido com voto em separado — Ademir Andrade, vencido — Júlio Campos — Gilberto Miranda — João Rocha — Leonel Paiva — Lúdio Alcântara.

VOTO EM SEPARADO NA CAE, DO SENADOR EDUARDO SUPLICY AO OFS Nº 2, DE 1999

Da Comissão de Assuntos Econômicos, acerca da operação de crédito baseada no Contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição que entre si celebraram a União e o Estado do Ceará, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará S/A, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.702-30, de 27 de outubro de 1998, e na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

I – Relatório

A presente matéria, sobre assunto que ora apresento este voto, inscreve-se no contexto do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), e objetiva à transferência pela União, ao Banco do Estado do Ceará S/A (BEC), de crédito no valor de até R\$954.224.000,00 (novecentos e cinqüenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), a preços de 30-6-98, para promover o saneamento do Banco, e, posteriormente, sua privatização.

2) A chamada federalização do BEC, que esse Contrato de Abertura de Crédito enseja, é mais um episódio no já dramático quadro de enfraquecimento do poder de atuação do Estado, e, diga-se, neste particular, infamado por uma série de fatos relativos à má gestão dos negócios do Banco, estando a reclamar, por isso mesmo, um tratamento dessa matéria ao nível do Direito Administrativo e do Código Penal, e não de uma operação de saneamento financeiro pura e simplesmente.

3) Mas como só acontecer com as denúncias em que se envolvem altos escalões de governos, são os denunciados, no mais das vezes, poupados e os prejuízos contabilizados a débito do contribuinte e dos funcionários que nenhuma participação tiveram para o concurso de fatos delituosos.

4) O caso do BEC é emblemático. Há bem poucos anos, entre 1991-94, durante o governo Ciro Gomes, o BEC atingiu excelência administrativa, abriu novas agências, investiu em novas tecnologias e capacitação de pessoal e, com agressiva intervenção mercadológica, chegou a ser considerado modelo de banco público para o país, destacando-se como o décimo segundo banco da América Latina com menor taxa de risco. Tudo isso, sem deixar de dar suporte aos programas sócioeconômicos do governo do Estado. Registre-se, por essa conquista, o alto grau de profissionalismo de seu corpo funcional e a administração democrática, transparente e componente dos senhores Pedro Brito e Antônio Coelho, técnicos do Banco do Nordeste.

5) Não foram necessários longos anos para a destruição desse quadro favorável ao Banco. Já no último ano do segundo mandato do governador Tasso Ribeiro Jereissati, precisamente em junho de 98, o Banco Central anuncia ser necessário o valor de R\$700 milhões para ajustar o BEC, visando a uma futura privatização. Privatização esta que já vinha sendo preparada desde 95, quando o governador Tasso Jereissati nomeou o Sr. José Monteiro Alencar para a presidência do BEC. A partir daí, o profissionalismo na gestão, precioso instrumento no soerguimento do Banco, foi deixado de lado; a boa técnica bancária foi afastada; os instrumentos de avaliação e controle de operações de crédito foram desconsiderados e em seu lugar vingou a ingerência política, promovendo uma sangria de recursos da Instituição, até deixá-la exangue.

6) Essa ocorrência não passou imune aos olhos dos funcionários. Através de sua entidade, a Associação dos Funcionários do BEC, AFBEC, promoveram audiência com o governador, no final de 96, em que narraram a situação dramática por que passava o Banco, mas nenhuma providência foi tomada por Sua Excelência. (ver, apenso, "Dossiê – Como se quebra um banco estadual", produzido pela AFBEC, p. 6)

7) Esgotados os caminhos administrativos, a AFBEC entrou com uma representação junto à Procuradoria-Geral da República e ao Banco Central (ver cópia da Representação anexa), elencando operações suspeitas de irregularidades com os ativos financeiros do BEC. Em linhas gerais, a AFBEC apontava os seguintes itens que deveriam ser objetos de investigação:

a) operação bancária de elevado risco e com garantias débeis, utilizando 30% (trin-

ta por cento) do patrimônio líquido do BEC e destinada a um único cliente;

b) concessão graciosa de créditos astronômicos a pessoas jurídicas e naturais notoriamente inadimplentes e recursivamente devedoras do BEC;

c) pactuação de mútuos bancários, de avultada soma, a pessoas jurídicas e posterior prorrogação do prazo de vencimento das dívidas, sem parecer técnico lastreador da decisão em liça;

d) oferta de recursos, sob forma de mútuo bancário, à construtora sem lastro econômico-financeiro, a par de salientes restrições cadastrais;

e) realização de operações financeiras envolvendo créditos a empresas vinculadas a diretores do BEC, consubstanciando-se em favorecimento pessoal e vulneração ao patrimônio da entidade;

f) operação irregular com imóveis, pautadas por estipulação de condições irreais e infensas às praticadas no mercado.

8) Como sobrejamente mostraremos a seguir, é inofismável que não foi por falta de normativos balizadores de aplicação de crédito que o BEC chegou à insolvência. Ao contrário, como bem o demonstram as regras relativas à concessão de crédito, inseridas em seu Regimento Interno, cujo excerto, nesse tocante, pode ser visto na cópia da Representação (p.11), apensada a este Voto de que transcrevemos uma parte:

"a) os créditos somente poderão ser liberados após a sindicabilidade dos Comitês de Crédito (art. 29);

b) nenhuma operação ativa e de oferta de garantias será realizada sem lastro financeiro-econômico bastante e suficiente à segurança e ao retorno da inversão realizada (art. 30);

c) somente poderão ser dispensados os créditos para mútuos a depositantes; mútuos especiais com prévia e expressa autorização da Diretoria; empreendimentos de pequeno porte, de caráter informal."

9) O art. 33 do Estatuto Social expressa:

"É vedada a concessão de empréstimo ou financiamento a quem estiver com débito irregular junto à Fazenda Pública do Estado do Ceará" (saliência nossa.) (in Representação, p. 12).

10) Na mesma linha de preservação da instituição, desporta o art. 35, ao definir que:

"os responsáveis por operações de curso anormal ou que tenham sido levadas a prejuízo do Banco ou de qualquer das instituições que acionariamente controle, só poderão obter novos créditos depois de regularizarem essas operações." (ibidem.)

11) Os impedientes negociais se avultam no tocante às relações patrimoniais com familiares e correlatos de funcionários do BEC:

a) "é defeso à Administração do Banco vender ou comprar a funcionários, seus cônjuges e parentes do primeiro grau, bem como à sociedade de que façam parte, sem prévia e expressa autorização da Assembléia Geral (art. 44);" (P.13.)

b) "é vedado à Administração do BEC deferir operações de crédito a funcionários, bem como à sociedade de que façam parte, sem prévia e expressa autorização da Assembléia Geral (art. 45)." (ibidem.)

12) Forçosa é a apresentação de alguns dispositivos do Estatuto Social do Banco e de normativos internos, no que respeita à regulação da concessão de crédito, para que possam ser confrontados com os fatos aduzidos a seguir, e que indicam flagrante confronto entre as normas do Banco e a ação de sua administração superior. Para tanto, servi-me das informações contidas na citada Representação (p. 14 e ss.), originária da AFBEC, ao Banco Central.

13) Caso EIT: o Grupo EIT é composto das seguintes pessoas jurídicas – EIT – Empresa Industrial Técnica S.A., Maisa Participações S.A., Mossoró Agroindustrial S.A., Trans Transportadora Nacional S.A., Trans Construções Ltda. e Fortaleza Agroindustrial S.A.

14) A tomadora de recursos constitui-se em sociedade mercantil de tradição e solidez financeira na praça cearense. Entretanto, possui – direta ou indiretamente – uma série de irregularidades cadastrais e incongruências sob a óptica bancária, a saber:

a) cadastrais: 11 (onze) protestos; débitos junto à Secretaria da Fazenda e operações contabilizadas como "créditos em liquidação" junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Norte, do Sr. José Nilson de Sá (um de seus proprietários);

b) no período de janeiro a junho de 1996, as dívidas do Grupo EIT sofreram su-

cessivas rolagens, sem amortizações ou esforços de garantia, vulnerando-se os mais comezinhas princípios de segurança nas inversões bancárias;

c) operação realizada em maio de 1996, adstrita à Agência Central do BEC, na ordem de R\$12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais), garantia simplesmente por aval e com juros abaixo dos de mercado – 2% a.m. (dois por cento ao mês) ou ainda, inferiores aos praticados para os melhores aplicadores do BEC;

d) as inversões financeiras são autorizadas em caráter unipessoal pelo Sr. Presidente do BEC, Dr. José Monteiro Alencar, sem parecer técnico ou mesmo submissão aos comitês de crédito;

e) a Diretoria avocou para si as decisões inerentes à concessão de créditos superiores a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), por pessoa natural ou jurídica, bem assim por grupo econômico, desprezando, uma vez mais, as cautelas inerentes aos riscos bancários e às normas vigentes;

15) O Grupo EIT já se encontrava devedor de R\$12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais). A Diretoria do BEC aprovou novo crédito na ordem de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com lastro em garantias quirografárias e hipotecárias, e mais R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), passíveis de liberação com simples aval dos sócios.

16) Desta forma, o Grupo EIT é detentor de uma dívida orçada em R\$20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil reais), na rubrica de operações de curto prazo com arrimo em avales, sem embargo dos R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) aprovados.

17) Saliente-se que, após a concessão dos referidos 10 milhões de reais aprovada em reunião da Diretoria do BEC, o banco passou a realizar operações de caráter sistemático, com o fim de liquidar mútuos vencidos e impagos pela EIT. Tais operações, todas sob o signo da inadimplência, foram sucessivamente renegociadas, sem qualquer fundamento técnico ou mesmo os lastros peculiares.

18) Em suma, o Banco do Estado do Ceará disponibilizou ao Grupo EIT um volume de recursos correspondente a 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido do banco, ou seja, um conjunto de dinheiros superior em seis vezes à concentração de risco aceita pelo sistema financeiro nacional.

19) A par disso tudo, o prazo curíssimo dos mútuos bancários, sem lastro de garantias sólidas,

soma-se à rolagem sistemática dos débitos, indicando uma iminente bancarrota do BEC. Não se pode, ademais, olvidar que as taxas de juros utilizadas são dissociadas dos mínimos padrões de idoneidade econômica, porquanto representam um benefício mensal de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) ao grupo EIT.

20) Nem mesmo o Banco Central, que atua com extrema lentidão nesses casos, poupou o BEC, emitindo em novembro/97 o expediente Defor/Refis-97/222, cópia anexa, em que aponta falhas na condução de seus negócios e alerta para a "situação preocupante em relação ao retorno do capital aplicado nas operações de crédito", determinando a adoção de "procedimentos mais eficazes no sentido de recuperar os recursos aplicados, inclusive quanto àqueles já registrados como prejuízo, sobretudo pela expressividade dos recursos ali estagnados". E, categoricamente, Relatório de Inspeção encerra, ordenando aos senhores diretores "cessar, de imediato, a utilização das práticas irregulares apontadas, bem como adotar as providências com vistas à regularização das consequentes pendências, além da melhoria dos controles internos, pois sua continuação poderá sujeitar essa instituição e seus administradores às sanções previstas no art. 44 da Lei nº 4.595/64".

21) Por tudo o aqui exposto, considero inopportuna a celebração desse contrato. Se o BEC estava, há pouco mais de quatro anos, plenamente saneado, administradores concorreram para sua **débâcle**, conforme indícios nos documentos apensados a este Voto. Isso tudo está a carecer de criteriosa apuração, para que seja restituído ao BEC o que lhe subtraíram. A propósito, há que se dar prioridade ao acompanhamento do inquérito aberto em 3-3-98, na Polícia Federal, para apuração das denúncias de escândalos no BEC, por iniciativa da Procuradora-Geral da República no Ceará, Drª Nilce Cunha.

22) Capitalizar o BEC para vendê-lo é enveredar pelo histórico caminho brasileiro da impunidade aos de "colarinho branco", apanágio dos casos em que, como diria o inesquecível professor Flores-fernandes, "os de cima" são os protagonistas. BEC saneado, BEC vendido, ninguém punido. É isso o que a autorização desta Comissão estará operando, caso se efetive.

II – Voto

Diante desses fatos e de mais outros, também graves, arrolados nos documentos a este apenso, e em razão do dever de que fui investido quando es-

colhido pelo povo para assento neste Senado da República, resta-me somente declarar voto contrário ao Contrato de Abertura da Crédito ao Governo do Estado do Ceará, visto objetivar, este, o benefício de uma instituição financeira pública sobre que pesam graves indícios de gestão temerária e de uso de seus recursos para benefício de familiares e de grupos econômicos, malferindo os interesses do povo cearense e de seu corpo de funcionários, que demonstraram zelo pelo banco, apresentando propostas para sua revitalização e até proposta de aquisição da maioria de suas ações (item 7, p. 7 do dossier), como meio de preservar seus empregos e mostrar ao país que a atividade bancária é lucrativa por excelência, e pode muito bem aliar o lucro ao cumprimento de funções sociais, bastando, para isso, que seja administrada com competência, denodo e ética profissional.

Sala das Comissões, 20 de janeiro de 1999. – Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Resolução nº 1, de 1999 (OFS 89/98) que autoriza o Governo do Estado de Goiás a celebrar operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, firmado em 13 de novembro de 1998, entre a União e aquele Estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, no valor de até quatrocentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais, a preços de 30 de junho de 1998, destinados ao saneamento do Banco do Estado de Goiás S/A – BEG; e nº 2, de 1999 (OFS 2/99), que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará S.A, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, em 12 de novembro de 1998, no valor de novecentos e cinqüenta e quatro milhões e duzentos e vinte quatro mil reais, cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal. Entretanto, por encontrarem-se em regime de urgência, constarão da pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 21 do corrente, oportunidade em que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear a memória do Senador João Calmon, de acordo com o Requerimento nº 14, de 1999, do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

Of. 9/99-LPSDB

Brasília, 20 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, indicar a Senadora Luzia Toledo, em substituição ao Senador Ricardo Santos, para integrar as Comissões Permanentes conforme especificação abaixo.

- Comissão de Educação – CE – Titular
- Comissão de Infra-Estrutura – CI – Titular
- Comissão de Fiscalização e Controle – CFC – Suplente

- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ – Suplente

- Comissão de Relações Exteriores – CRE – Suplente

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador Sérgio Machado, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Designo a Srª Senadora Luzia Toledo para integrar as referidas comissões.

Sobre a Mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

OF/GAB/I/Nº 89

Brasília, 20 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Hélio Rosas passa a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos

Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Udsom Bandeira.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sera feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, por 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Melo, Sras e Srs. Senadores, o art. 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completou 50 anos em dezembro último, diz que:

1 – Toda pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.

2 – Toda pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país".

Refiro-me a esse importante artigo da Declaração Universal dos Direitos do Homem para aqui tratar de notável entrevista que o brilhante fotógrafo brasileiro, Sebastião Salgado, deu à revista *Veja*, nesta semana, sobre a outra globalização, em que ressalta a importância de caminharmos na direção de efetivamente assegurar a todo ser humano o direito de escolher para onde ir, onde viver, seja em sua própria pátria, sua nação, seja em qualquer outro lugar, outra nação em que livremente essa pessoa, esse ser humano prefira viver.

Sebastião Salgado realizará, no ano 2000, uma extraordinária exposição: são 550 imagens colhidas ao redor do Planeta, durante a década de 90. Ela será exibida simultaneamente em uma dezena de países. Em São Paulo, essa exposição acontecerá no Museu de Arte Contemporânea nos meses de abril, maio e junho; e, depois, no segundo semestre, irá para o Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, segundo a entrevista, Sebastião Salgado anuncia que desenvolverá uma iniciativa muito especial na Fazenda Aimorés, que era de seu pai, localizada na fronteira do Espírito Santo com Minas Gerais, no Vale do Rio Doce, registrada como reserva particular junto ao Ibama.

Segundo suas palavras:

"É a primeira reserva desse tipo criada onde não existe natureza a preservar. O que existe, no lugar, é o projeto de plantar uma floresta. Hoje ela tem um resto de mata, cerca de 200 mil árvores espalhadas no meio dos pastos. Vamos plantar 1,3 milhão de árvores para recobrir tudo com a floresta original. (...) Antes, pensávamos em fazer ali um pouco de pecuária misturada com muito reflorestamento. Depois, resolvemos ficar só com o reflorestamento. Daí a querer reflorestar os pastos só com mudas típicas da Mata Atlântica foi um pulo. Acabamos dispostos a repovoar também as matas com a fauna nativa".

Explicou que teve a colaboração da Companhia Vale do Rio Doce.

Fundou o Instituto Terra, nome do livro que publicou com José Saramago e Chico Buarque. Esse Instituto, enquanto trata do reflorestamento, tocará uma escola de educação ambiental em Aimorés, e a Fazenda será, ao mesmo tempo, uma reserva florestal, um laboratório de reflorestamento e um centro de educação ambiental.

Mas essas 550 fotografias, contando 37 histórias sobre um mesmo tempo, que é o movimento de populações, o desenraizamento da humanidade, têm ganho extraordinário aspecto dramático nesse final de século.

Sebastião Salgado tem mostrado a aniquilação dos indígenas, o êxodo rural, a luta pela terra na América Latina e também o problema das grandes cidades, como São Paulo, México, Cairo, Bombaim, Bangcoc Changai, Jacarta, Istambul e Ho Chi minh, antiga Saigon. Essas cidades incharam sobremaneira e de repente por causa da fuga do campo. Em média tinham 5 milhões de habitantes há 25 anos e, hoje, estão próximas de 15 milhões. Saigon, que hoje tem 6 milhões de habitantes, tinha 300 mil no final dos anos 70.

Ele também apresentará na sua exposição o capítulo africano: a fome, os massacres, a degradação ambiental e a grande catástrofe que foram os anos 90 na Tanzânia, em Moçambique, Zâmbia, Ruanda, Burundi e Congo, o ex-Zaire, em Quênia, Angola e no Sudão.

Há ainda um capítulo sobre os refugiados de guerra e as migrações. O número de pessoas que abandonaram os seus países tem sido impressionante. São quase 10 milhões de emigrantes por ano. Em 1985, havia 30 milhões de pessoas vivendo no

estrangeiro e, agora, são 130 milhões. Parte dessas pessoas, entretanto, não tem encontrado o abrigo necessário e o direito à vida nos países para onde, muitas vezes, foram obrigados a dirigir-se.

Quero saudar ambas as iniciativas de Sebastião Salgado, de criar na fazenda Aimorés um centro educacional relacionado a esse esforço de reflorestamento e a iniciativa de sua exposição, que tem por objetivo provocar uma grande discussão, haja vista sua intenção de contar o drama da reorganização da família humana na mudança do milênio.

Hoje, tem-se falado muito da globalização sob o ponto de vista dos capitais que se movem por todos os países e da tentativa, sobretudo dos países desenvolvidos e dos seus governos, de liberar cada vez mais a movimentação de bens e serviços. Temos como exemplo o objetivo do Presidente Bill Clinton de fazer de todo o território das Américas – da Patagônia ao Alasca – uma grande zona de livre comércio, seja para movimentação de bens e serviços, seja para os capitais.

Mas, e para o ser humano?

Em verdade, quero aqui registrar essa preocupação de Sebastião Salgado, como também do geógrafo Milton Santos e de tantas outras pessoas preocupadas, realmente, com o desenvolvimento, sob o ponto de vista não dos proprietários de capitais, mas, sobretudo, do ponto de vista do ser humano.

Avaliamos, e quero expressar juntamente com Sebastião Salgado, Milton Santos e com tantos outros, que, para termos a integração completa das Américas, precisamos da liberdade de o ser humano movimentar-se em qualquer dos países das Américas, assegurando, sobretudo aos habitantes das Américas, iguais direitos, para que possam escolher onde trabalhar, estudar e viver. Entendemos que é de extrema importância o fato que já acontece hoje na União Européia, uma vez que portugueses, gregos e espanhóis, por exemplo, podem hoje estudar e trabalhar na Alemanha, na Inglaterra, na França, nos países de maior desenvolvimento.

Estamos aqui caminhando na direção do Mercosul, buscando alcançar o objetivo de brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios terem também esse direito à livre movimentação. Esperamos que em breve possa haver direitos, por exemplo, de aposentadoria, direitos trabalhistas, direito a uma renda de cidadania, universalmente colocada não apenas dentro do território brasileiro, mas nas Américas, a começar pelos países do Mercosul.

Diz Sebastião Salgado que só se fala da globalização financeira, dos negócios e da informação da

moeda, que não se fala da globalização do ser humano, que também está em curso. Essa é a globalização dos 95% da população mundial que sofrem os efeitos de outra globalização. Relata que, em 1975, quando começou a cobrir campos de refugiados, na África, estes tinham cerca de 40 mil pessoas – o maior, na Etiópia, alcançava 92 mil refugiados, sendo considerado impossível de gerar. Atualmente, há campos no Congo com 500 a 600 mil pessoas, e não se pensa mais nisso.

Portanto, ele conclui, na sua entrevista, que se deve colocar em discussão o direito que as pessoas têm de escolher em que parte do mundo querem vivêr. Isso está escrito na Carta das Nações Unidas. A exposição será sobre isto: sua visão da globalização, ou para onde devemos ir.

Relacionado a esse tema, Sr. Presidente, gostaríamos, aqui, de ressaltar a importância do censo que o IBGE vai realizar no ano 2000. Precisamos saber, exatamente, qual a situação sócio-econômica de cada um dos brasileiros. À época do Governo Fernando Collor de Mello, infelizmente, vivemos situação semelhante a que vivemos hoje – no ano que precedeu a realização do censo de 1990, 1989, houve uma desatenção do Governo para com o IBGE e tornou-se inviável a realização do censo de 1990, que acabou sendo postergado para 1991. Gostaria aqui de ressaltar a importância de não atrasarmos e de possibilitarmos ao Governo – ao IBGE – que realize, de fato e sem atraso, o censo demográfico do ano 2000.

O Globo de hoje informa que o censo do ano 2000 estaria ameaçado por corte de mais da metade das verbas de que necessita para a sua realização. Conversei há pouco com o Senador Carlos Patrocínio – sub-relator da Comissão Mista de Orçamento – e S. Ex^a me disse que, de fato, a exemplo de cortes orçamentários que estão sendo feitos nos diversos órgãos, também foram reduzidos os recursos que estavam previstos para o IBGE. No entanto, S. Ex^a me disse que considera importante, sim, a realização do censo.

Pois bem, quero aqui fazer um apelo ao Senador Carlos Patrocínio e ao Senador Ramez Tebet, Relator-Geral do Orçamento, para que, em diálogo com o Diretor de Planejamento e Supervisão que está no exercício da presidência do IBGE, Nuno Duarte Bittencourt, levantem exatamente a informação de qual o mínimo necessário para a realização do censo demográfico do ano 2000 e que sejam consignados no Orçamento de 1999 os recursos necessários para que, no ano 2000, tenhamos o qua-

dro mais completo possível dos previstos 167 milhões de habitantes, que estarão em 44 milhões de domicílios, em 5500 municípios. Haverá necessidade de 150 mil pessoas que, contratadas temporariamente, coletarão os dados e realizarão a supervisão desse trabalho.

Em relatório enviado pelo IBGE aos Srs. Senadores – eu também o recebi –, é ressaltada a importância desse levantamento, fundamental para que conheçamos de perto e melhor como estão os brasileiros, no que diz respeito às suas condições de habitação, de educação e de saúde, ao lado das condições de saneamento e econômicas em que vivem.

Gostaria de renovar aqui a sugestão que fiz há poucos dias, sob a forma de um projeto de lei. Sugiro que, por ocasião do censo do ano 2000, possa o IBGE estabelecer o que considera uma linha oficial de pobreza. Essa linha serviria para o Governo delimitar a renda que uma pessoa e/ou família precisa ter para adquirir os bens essenciais à sua subsistência. Com dados mais precisos, o IBGE poderá nos informar – via censo do ano 2000 – quantas pessoas ou famílias estão vivendo abaixo dessa linha oficial de pobreza. De posse dessa informação, poderão o Governo e o Congresso Nacional estabelecer metas para erradicar a pobreza ao longo dos próximos anos no Brasil. Com dados mais precisos, estaremos melhor equipados para vencer a guerra contra a pobreza.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao me ceder este tempo para uma comunicação inadiável, V. Ex^a está sendo fiel, se não à letra, ao menos ao espírito do Regimento, porque realmente eu tinha de fazer esta manifestação da tribuna, uma vez que vou homenagear por antecipação o eminentíssimo Senador Josaphat Marinho, que logo mais se despedirá do Senado e eu talvez não possa estar presente para apáteá-lo.

Sr. Presidente, passarei a ler artigo que escrevi no ano passado, tão logo tormei conhecimento de que o Senador Josaphat Marinho não retornaria ao Senado. O artigo, cuja transcrição para os Anais do

Senado peço que seja feita, foi publicado na imprensa de Manaus sob o título: *Lamentável Perda*.

"Contingências da política baiana, sobre a qual não me cabe opinar, impediram o Senador Josaphat Marinho de se candidatar à reeleição. Convidado a disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados, com eleição garantida, recusou, por motivos de fácil compreensão.

Provavelmente, o episódio marca o encerramento de sua vida pública, tendo em vista o enfado e o desencanto com a política, que já não procura disfarçar. Há poucos dias, em conversa com um jornalista de Brasília, deixava claro sentir-se como um corpo estranho no universo político-partidário brasileiro, ao desabafar: "Não há programas, não há doutrinas. Há ajuntamentos em torno de interesses. Nada mais."

Uma constatação melancólica, com a qual concordo inteiramente, como todos, aliás, porque se trata de uma obviedade ululante. Seu desabafo só merece registro, porque ele é dos raros políticos brasileiros cujo discurso corresponde à prática.

Já o admirava à distância, de muito tempo, em razão de sua postura ética e coerente, em total descompasso com os padrões que infelizmente marcam a cena política do nosso País. Essa admiração em muito cresceu nos três anos e quatro meses de convivência no Senado Federal, pela sua qualificação moral e intelectual.

Nele, não impressiona apenas o saber jurídico, notório, que o consagrou como respeitado constitucionalista. Invejo também o domínio do idioma, que lhe permite exprimir o pensamento num português escorreito e elegante. Dá prazer vê-lo assomar à tribuna e prender a atenção do plenário, ao discorrer em linguagem fluente, com frases bem construídas, isentas de lugares-comuns e sem tropeços verbais. Tudo enunciado em volume de voz de bom tamanho e com dicção perfeita, numa demonstração de vitalidade que espanta se considerarmos sua idade provecta.

Independente, não faz arranjos nem conchavos, não cede a **lobbies**, não pertence a grupos, frentes ou alas e não vacila em dissidentir do seu Partido quando as decisões da cúpula esbarram em suas convicções. E é tanto o respeito que inspira, que nem sequer ousam procurá-lo para pressioná-lo ou para tentar demovê-lo de suas posições.

Com a firmeza serena dos fortes, extremamente educado, sabe fazer as críticas mais contundentes sem alterar a voz, sem esbravejar e sem jamais apelar para baixarias ou agressões pessoais.

Seu irreprochável senso ético pode ser espeilhado por uma passagem de sua vida, que me foi relatada por outro, porque ele próprio, infenso a bravatas, raramente fala de si mesmo, e nunca para contar vantagem. Convidado pelo então Presidente José Sarney para ser Ministro do Supremo Tribunal Federal, recusou a honraria, por escrúpulo, alegando que, com 69 anos de idade, não poderia aceitar o cargo, para se aposentar, um ano depois, com proventos integrais. Ainda não havia a lei que exige o interstício de cinco anos.

Minha identificação com ele só não é completa porque existe, a separar-nos, uma divergência básica no campo das idéias. Socialdemocratas ambos, temos, no entanto, concepções diferentes do que seja socialdemocracia, que ele ainda parece confundir com a figura do Estado-empresário, algo que, a meu ver, não tem mais vez no contexto do mundo de hoje. Essa discrepância em nada diminui em mim a tristeza que sinto ao ver o Congresso Nacional e a vida pública brasileira empobrecidos com a perda de um homem do quilate de Josaphat Marinho.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha por 20 minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, gostaria, nesta oportunidade, de anunciar que depois de um esforço conjunto de todas as Lideranças e segmentos envolvidos no processo de debate e análise do Projeto de Lei da Câmara nº 08/91, que trata da reforma psiquiátrica, de autoria do Deputado Paulo Delgado, foi possível, na noite de ontem, numa reunião com duração de mais de seis horas, que contou com a participação do Ministério da Saúde, do próprio Deputado Paulo Delgado, dos representantes do movimento de luta antimanicomial e da Federação Brasileira dos Hospitais, chegarmos a um entendimento que permite a votação dessa matéria no Senado Federal. Algumas pendências ou divergências que restam do texto que elaboramos a partir desse entendimento serão discutidas e analisados na Câmara dos Deputados quando do retorno dessa matéria.

Então, em função desse acordo, desse entendimento estabelecido na tarde e na noite de ontem, estou apresentando um adendo ao parecer emitido ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991, que foi apresentado em plenário, em segundo turno, no dia 12 de janeiro de 1999.

Passo à ler o adendo, solicitando que este fique registrado nos Anais da Casa e que seja publicado amanhã para que os Senadores, ao votarem a matéria, tenham conhecimento pleno das mudanças que estamos oferecendo. Inclusive, estou apresentando à Mesa um texto consolidado que, do ponto de vista regimental, não é necessário, é dispensável, mas que servirá certamente para orientar as Srs e os Srs. Senadoras amanhã, no momento da votação da matéria.

É consenso que este projeto em exame versa sobre assunto de profunda complexidade, o que tem dificultado sobremaneira a tramitação desta matéria no Senado Federal.

Este adendo ao parecer anteriormente apresentado é fruto do esforço conjunto, testemunhado por este relator, de todos os atores interessados no assunto, em especial o Deputado Paulo Delgado, autor do projeto na Câmara, o Senador Lucídio Portela, relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, o Ministério da Saúde, o movimento de luta antimanicomial e a Federação Brasileira de Hospitais. Estes últimos, através de legítimos representantes que despojaram-se de posições, até determinado momento, intransigentes, para, em favor de uma lei equilibrada, assentada não na unanimidade dos protagonistas, mas, sobretudo, no entendimento e no reconhecimento de que o texto resultante deste parecer representa a necessária fase de transição para que o Brasil conquiste, no menor espaço de tempo, um nível de tratamento mais adequado, mais humanitário para as pessoas portadoras de transtornos psíquicos.

Registre-se, por ser indispensável, que o entendimento aqui mencionado refere-se à instância do Senado Federal, haja vista que divergências pontuais poderão ser objeto de reavaliação na Câmara dos Deputados, em especial no que tange ao art. 4º e aos §§ 2º e 3º do art. 5º do texto aprovado em primeiro turno no Senado Federal.

Este Relator congratula-se com todos os segmentos e parlamentares envolvidos nesta árdua tarefa de concluir a votação do projeto no Senado, reconhecendo que o texto final representa um grande avanço no almejado modelo assistencial ideal que buscamos para as pessoas portadoras de transtornos psíquicos no nosso País.

Face ao exposto, apresentamos, fruto do entendimento acima mencionado, as seguintes alterações no parecer emitido em Plenário no dia 12-1-99.

O parecer referente à Emenda nº 8 continua sendo favorável parcialmente, porém propomos a transfor-

mação do § 4º do art. 5º em artigo autônomo, com a seguinte redação, renumerando-se os demais artigos (provavelmente deverá receber o número 6):

'O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente do seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário.'

Qual foi a alteração? Esse texto integrava o art. 5º na condição de § 4º e possuía três incisos, onde mencionava a presença do Ministério Público no processo de alta. Foi suprimida a referência ao Ministério Público e os incisos que faziam parte do § 4º passaram a integrar um novo artigo que tem como base o § 4º. Foi consenso de todas as lideranças que o texto deveria fazer parte de um artigo autônomo, em função de tratarem de assuntos diferenciados. O art. 5º versa sobre internação hospitalar e o § 4º trata de pacientes há longo tempo hospitalizados, ou seja, pacientes crônicos. Logicamente, é preciso que seja estabelecida para esses pacientes uma política de alta assistida, planejada, para que possam ter continuidade de tratamento e tenham garantida a reinserção na sociedade, como é desejo de todos.

Com relação à Emenda nº 7, do Senador José Eduardo Dutra, foi modificado o parecer inicial, onde tínhamos sido favoráveis. O parecer passa a ser contrário, porque prevaleceu o entendimento de que a lei merecerá regulamentação em vários dispositivos e, por isso, não haveria necessidade de especificar a regulamentação com relação ao art. 4º, que se refere à Emenda nº 7, no sentido de que deveria ser regulamentado no prazo de 60 dias. O art. 4º trata da construção de novos hospitais e da contratação de novos leitos pelo SUS em hospitais privados.

Modificamos também o **caput** do art. 9º, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9º. A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de 72 horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta."

Foi também entendimento de todos que a comunicação ao Ministério Público deveria ser dada

tanto na internação quanto na alta, quando se trata-se, logicamente, de internação involuntária, aquela que independe da vontade do paciente.

Estamos apresentando também duas emendas de Relator. A primeira modifica o texto da alínea I do parágrafo único do art. 2º, que passa a ter a seguinte redação:

"I) ser tratado, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental".

O original falava em serviços da comunidade, dentro da própria comunidade. Demos uma nova redação, mais adequada, haja vista que os serviços é que são comunitários e que recebem essa denominação de saúde mental. Também levamos em consideração que, na verdade, essa alínea tratava de estabelecimentos de saúde mental dentro da comunidade. Há o entendimento de que o hospital-dia e o hospital/noite podem funcionar sem obrigatoriamente constituírem estabelecimentos de saúde mental; podem ser apenas um serviço de saúde mental. Por isso, modificou-se a alínea I.

Estamos propondo também a modificação do art. 12, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12. Pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos não poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, ou de seu representante legal, e sem a devida comunicação aos conselhos profissionais competentes e ao Conselho Nacional de Saúde."

Nesse ponto, o texto original fazia referência apenas à necessária comunicação ao Conselho Regional de Medicina. Porém, na reunião, houve consenso no sentido de que outros Conselhos também estão envolvidos na análise, no acompanhamento e na avaliação desses casos, dessas pessoas que, eventualmente, possam ser submetidas às pesquisas tanto da área de ciências biológicas quanto da área de ciências humanas, como medicina, psicologia, serviço social, sociologia e uma série de outras áreas, que acabam trabalhando diretamente com a pessoa portadora de transtorno psíquico.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse trabalho, resultado de um esforço conjunto, convence-nos de que o Senado, de fato, é uma Casa amadurecida e que busca, à exaustão, o entendimento. Logicamente houve uma enorme colaboração da Mesa e dos Líderes do Senado, no sentido de que pudéssemos dispor do tempo necessário, mesmo que limitado,

para buscar o entendimento que foi consagrado na reunião de ontem à noite.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Deixo cumprimentar V. Ex^a, Senador Sebastião Rocha, pelo empenho realizado, no sentido de chegar a um entendimento sobre matéria de extrema complexidade, mas de extraordinária importância, que surgiu a partir da iniciativa do Deputado Paulo Delgado. O projeto de lei de S. Ex^a tem por objetivo modificar o tratamento de doentes com alguma forma de problema mental. O propósito do Deputado Paulo Delgado, na medida do possível, é fazer com que qualquer pessoa com distúrbios mentais possa permanecer com seus familiares, permanecer em um ambiente que, inclusive, é o mais propício para a sua rápida recuperação. Houve, nesse trajeto, a preocupação de médicos psiquiatras e de proprietários de hospitais psiquiátricos em relação à possibilidade de deixarem de existir. O Deputado Paulo Delgado observou que, dentre as doenças para as quais são destinados recursos do Ministério da Saúde, por exemplo, no ano passado, a segunda maior verba foi destinada ao tratamento de doenças que necessitavam de assistência psiquiátrica. Será que houve algum interesse econômico para além daquilo que seria a decisão de bom senso? Tenho a convicção de que V. Ex^a, inclusive por sua experiência como médico e pelo esforço que realizou, conseguiu dialogar com todas as partes envolvidas; observando as intenções do Deputado Paulo Delgado, mas também as ponderações dos médicos psiquiátricos, conseguiu, finalmente, embora com muita dificuldade, chegar a bom termo. Há poucos dias, assisti a uma reapresentação do programa de entrevistas Jô Soares *Onze e Meia*. O entrevistado da noite era o importante escritor Paulo Coelho, que relatou a sua própria experiência em instituições psiquiátricas. Admiro a sua coragem de expor o seu problema. Inclusive, no seu último livro, ele relata o que muitas vezes acontece em instituições visando a curar pessoas que têm enfermidades psíquicas. Algumas delas são submetidas a tratamentos de choque e a outros tratamentos que futuramente dificultam a sua recuperação. Tive oportunidade de conversar com Paulo Coelho e de cumprimentá-lo pela coragem com que deu o seu testemunho no programa. No meu parecer que V. Ex^a apresenta, ele é um exemplo de como inúmeros brasileiros estão sendo tratados.

Cumprimento-o, portanto, pelo trabalho realizado e pelo esforço de V. Ex^a.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Agradeço-lhe o aparte, Senador Suplicy, cujas observações foram muito importantes.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Concedo, com prazer, um aparte ao eminente Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Sr. Presidente, serei muito rápido. Eu não poderia deixar de juntar minha voz à dos outros companheiros, dos colegas que se manifestaram sobre esse projeto. Apesar de polêmico, ele mostrou a capacidade de entendimento do Senado. Posições aparentemente antagônicas em assuntos essenciais foram superadas pelo desejo de se encontrar uma fórmula razoável. O problema da doença mental é um dos grandes desafios da medicina, mas, sobretudo, da assistência médica. Como tratar essas pessoas? Como contribuir para melhorar a sua vida e a vida dos seus familiares? Esse tema faz parte da medicina moderna, da moderna assistência médico-sanitária. Creio que se procurou justamente uma solução que, sendo conciliatória, não veio em detrimento da idéia, até porque esse projeto produziu resultado antes de se transformar em lei. O Ministério da Saúde vem fazendo exigências permanentes, investindo em serviços ambulatoriais nos Estados e Municípios, e nós estamos contribuindo para o avanço da questão no Brasil. Lidei com essa matéria e, apesar do meu esforço, ou talvez pela minha limitação pessoal, não consegui vencer as resistências, que, na época, ainda eram muito fortes; mas a evolução, o tempo e o trabalho de V. Ex^a, com a cooperação daqueles que aqui representavam pensamentos divergentes, terminou por fazer com que chegássemos a uma decisão razoável, compatível com a moderna assistência ao doente mental, colocando-o, realmente, no centro do atendimento e não como uma peça, uma engrenagem do negócio da Saúde. A humanização da assistência médica ao doente mental, a sua recuperação e a sua integração na sociedade e na família, que é o mais importante. Queria trazer essas palavras de apoio e estímulo ao trabalho desenvolvido por V. Ex^a.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Obrigado, Senador Lúcio Alcântara. Confesso que tive um pouco de sorte na elaboração e na condução desse trabalho. Como V. Ex^a observou, a conjuntura foi bem mais favorável, e pude obter do Mi-

nistério da Saúde, como Relator das emendas, uma definição clara até daquilo que tinha sido praticamente impossível de ser extraído antes da posse do Ministro José Serra.

Eu queria ressaltar, Senador Lúcio Alcântara, a sua importância em todo o contexto da tramitação do projeto no Senado. V. Ex^a sempre participou com dedicação, determinação e afinco, sempre esteve muito preocupado não só com a conclusão da votação da matéria no Senado, mas com que o resultado fosse aquilo que almejamos, ou pelo menos próximo do ideal, no que concerne à assistência às pessoas portadoras de transtornos psíquicos.

Considero importante a participação do Senador José Eduardo Dutra, que oportunizou, através de suas emendas, inúmeros debates. Foi com base nessas emendas e nas dos Senadores Lúcio Alcântara, José Eduardo Dutra e Emilia Fernandes que pudemos buscar o entendimento, o qual foi conseguido, como disse, graças ao desprendimento de todos os segmentos envolvidos no processo.

Ressalto e louvo a iniciativa do Deputado Paulo Delgado, ratificando aquilo que já disse o Senador Lúcio Alcântara: este projeto já está tendo eficácia antes mesmo que se torne lei. Portanto, não será letra morta, com certeza, dentro do conjunto de normas legais do País. Também destaco a presença do Senador Lucídio Portella no debate, fazendo o contraponto necessário ao projeto original do Deputado Paulo Delgado.

Finalmente, gostaria de tranquilizar a comunidade, o meio científico, o meio médico, a imprensa, os familiares e as pessoas que, vez por outra ou em caráter permanente, são portadoras de transtornos psíquicos, pois o Senado produziu um texto que permite uma convivência harmônica, num sistema que chamei de híbrido, entre o modelo hospitalar que predominava no País e o dos serviços substitutivos, comunitários. Estes, certamente, têm um caminho muito grande a percorrer, em termos de avanços, mas não tenho dúvida, pelo meu conhecimento de Medicina e pelos estudos que fiz sobre a matéria, de que o futuro do tratamento das pessoas portadoras de transtornos psíquicos está na consolidação desse modelo substitutivo, aprimorado e cada vez mais disponível para a comunidade.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Sr. Presidente, encerrando o meu pronunciamento, concedo um aparte ao eminente Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Sebastião Rocha, de forma rápida, quero parabenizar o trabalho de V. Ex^a, que, na condição de Relator de um projeto tão importante e, ao mesmo tempo, tão complexo e polêmico, foi o timoneiro na sua condução dentro do Senado, o que permitiu esse acordo e a aprovação de uma lei moderna. Esse exemplo apenas reforça nossa opinião de que a qualidade do Senado, ou do Congresso, de um modo geral, não pode ser medida como a de uma linha de montagem, pela quantidade de matérias votadas, mas, sim, pela qualidade com que isso é feito. Oxalá esta Casa comporte-se da mesma forma com relação a outros projetos também extremamente complexos que estamos convocados a apreciar ao longo dos próximos quatro anos. Meus parabéns a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Concluo, Sr. Presidente, conclamando todos os Srs. Senadores para que possamos aprovar amanhã esse projeto, de grande importância para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda, por cessão do Senador Romeu Tuma.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ao apresentar minhas despedidas a este Plenário, sinto-me tomado pela emoção e pelo engrandecimento de ainda pertencer a esta Casa. Ao dizê-lo, não me escondo na retórica vazia, desprovida de qualquer significado mais profundo. Em verdade, parto de um pressuposto básico: ter tido a oportunidade de integrar esta Casa do Congresso Nacional – símbolo mais que perfeito do espírito federativo que preside a República brasileira – é algo que enobrece e enche de orgulho qualquer cidadão.

Especialmente para quem, como eu, não construiu uma trajetória de vida tendo na atividade política seu caminho natural, a possibilidade de chegar, pela segunda vez, ao Senado Federal, participando de maneira direta de um momento muito especial da História do nosso País, é motivo do meu mais profundo orgulho. Exatamente por isso, nesses anos em que aqui estive, busquei honrar o mandato, na incessante procura do melhor para o Estado e para o Brasil.

A natural inexperiência parlamentar que poderia comprometer meu trabalho nesta Casa, ou, no mínimo, fazer com que eu perdesse precioso tempo para a necessária adaptação, foi compensada pela forma fraterna como fui recebido por cada um dos

meus Pares, pela dedicação com que atuaram os funcionários amigos do meu gabinete e pela presteza com que fui atendido pelos diversos órgãos de apoio e de assessoramento técnico do Senado da República. A todos, e a cada um, sem qualquer tipo de distinção, apresento meus sinceros agradecimentos e a minha amizade.

Encerro meu mandato, Sr. Presidente, com a sensação do dever cumprido. Acima de tudo, levo comigo a mais plena e absoluta convicção de que esta é uma Casa onde se aprende mais do que se ensina, principalmente com os ensinamentos de V. Ex^a, Sr. Presidente, de um modo muito especial.

Aqui, ampliamos a compreensão do que verdadeiramente seja o Brasil. Aqui, aprendemos a respeitar as diferenças que tão bem ilustram a identidade nacional, entendendo, mais do que nunca, o sentido da expressão "unidade na diversidade". Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, sentimos o incomensurável valor da maturidade política.

Sou grato, pois, ao Senado Federal pelo denso aprendizado que me proporcionou. Nos pronunciamentos e debates em Plenário, no minucioso trabalho técnico das comissões, nas discussões e votações das mais diferentes matérias, propondo ou votando leis e resoluções, refletindo sobre as mais candentes questões que envolvem a vida brasileira esta Casa dá lições de cidadania, de pluralismo, de tolerância.

A infinita capacidade de ouvir, na mais pura demonstração de respeito ao outro; a maturidade capaz de superar muros e construir pontes de convergência; a firmeza – que jamais se confunde com a insensibilidade da rigidez inflexível – na defesa de pontos de vista e de princípios, tudo isso caracteriza e define, com precisão, o trabalho do Senado Federal. Assim, ter sido um dos seus integrantes me fez mais brasileiro, mais tolerante, mais pluralista. Enfim, um cidadão mais consciente.

Não me move, neste momento, o objetivo de proceder a um inventário de minha atuação parlamentar. Do que fiz e do que disse há registro suficiente. No entanto, ouso relembrar algumas passagens de meu trabalho nestes últimos anos, nesta Casa, sobretudo porque ele sempre esteve vinculado à grande agenda das questões nacionais. Agindo dessa forma, em consonância com tudo o que de mais significativo se apresentava para o País, pude exercer o meu mandato com proficiência e retidão, atrelando-o às decisões e aos caminhos de que o Brasil tanto necessitava.

Não por acaso, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, concentrei a maior parte de meu trabalho

nos temas econômicos. No plenário, e muito especialmente na Comissão de Assuntos Econômicos, onde, distinguido pelo voto de meus Pares, cheguei à Presidência, procurei estar presente – dirigindo seus trabalhos, discursando, debatendo e propondo –, em face da imperiosa necessidade de oferecer ao Brasil as indispensáveis condições para modernizar sua economia. Nessa perspectiva, empenhei-me ao máximo para, no limite de minha capacidade, contribuir para dar ao País os instrumentos viabilizadores de sua inserção em uma economia cada vez mais globalizada – que subverte os clássicos conceitos de fronteiras nacionais – e competitiva, que exige aparato técnico e pessoal preparado para produzir e consumir. Na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa contei igualmente com o precioso e competente trabalho de seus dedicados funcionários, a quem agradeço e por quem reitero minha amizade.

Claro está que, pelas razões acima apontadas, elegi alguns temas para a análise e o debate no Senado, todos eles tendo como pano de fundo a defesa da reforma do Estado, do melhor desempenho da economia, da elevação dos padrões de vida da população brasileira. Em primeiro lugar, procurei envolver-me no trabalho de revisão constitucional, nesse sentido oferecendo propostas e emendas, discursando e debatendo, consolidando e publicando os trabalhos apresentados.

Procurei, como Relator-Geral do Orçamento da União em 1994, fazer um trabalho digno e seguro, ditado pela retidão que norteia os princípios balizadores do equilíbrio das contas públicas, de forma a ser, coerentemente, o primeiro orçamento do Governo Fernando Henrique Cardoso ajustado ao seu Programa de Governo. Conseguí, igualmente, o término da peça orçamentária e sua consequente votação no dia 21 de dezembro de 1994, algo que não ocorria havia mais de dez anos no Congresso Nacional.

Não foram poucas as vezes em que, desta tribuna, busquei focalizar assuntos de indiscutível relevância para o País, sobre eles opinando e, fundamentalmente, trazendo-os ao debate, como forma de encaminhá-los da maneira mais adequada. Assim, no âmbito da economia, tratei da urgente necessidade de se implementar uma autêntica política agrícola para o País, de modo a se garantir elevada produtividade, eficiência na estocagem, no transporte e na distribuição, a capacitação do produtor, entre outros aspectos.

Mostrei o desequilíbrio de nossa balança de comércio, segundo indicador de que o País carece

de uma política comercial digna do nome e da importância que tem para a economia nacional. Quando mais se falava dos riscos de um rationamento de energia elétrica – inaceitável para quem sonha em ver em contínua progressão o desenvolvimento do Brasil –, tracei um panorama do nosso setor de energia, defendendo a retomada das obras de inúmeras usinas que se achavam em construção e a privatização da área, visando a racionalização do sistema de produção, transmissão e distribuição de energia.

Em meus pronunciamentos, Sr. Presidente, apontei, por diversas vezes, a gravidade dos problemas envolvendo o setor de transportes, seja o rodoviário, o ferroviário ou o marítimo. Coerentemente com o que penso, propugnei pela privatização de rodovias e de ferrovias como boa saída para o País recuperar o tempo perdido, ampliar os investimentos no setor e, ao cabo, oferecer ao empresariado nacional meios para que possa competir, no cenário internacional, em igualdade de condições. Disse e reitei: "Estradas de ferro mais eficientes, rodovias modernas, portos mais baratos e impostos mais baixos são alguns dos fatores que aumentam a competitividade dos países."

À dramática situação de nossa indústria naval, respondi com a decidida defesa do setor, exigindo a retomada da construção de navios e aplaudindo a legislação que desonera os armadores nacionais. No mesmo sentido, lutei pelo fim da nefasta ação corporativa sindical nos portos brasileiros, que retira nossa competitividade internacional. E com a recorrente preocupação de ver o País livre das amarras que impedem seu pleno desenvolvimento sempre estive entre os que se batem por uma ampla e profunda reforma tributária e fiscal.

Levo comigo, ainda, a certeza de não me ter omitido em relação às questões que afetam o cotidiano da população brasileira. Assim, abordei o quadro da saúde em nosso País, identificando seus mais sérios problemas e propondo soluções; analisei nosso sistema educacional, jamais negando apoio às medidas voltadas à universalização do ensino fundamental e à reforma do ensino médio, especialmente quanto à formação profissional de nossos jovens.

Voltei-me para as absurdas estatísticas produzidas pelo trânsito no Brasil: além de falar sobre o tema, fui Relator, nesta Casa, do novo Código Nacional de Trânsito. Foram quase dois anos de trabalho intenso e profícuo. O texto que foi votado neste Senado foi o mais moderno, preciso e competente

que pudemos fazer. Foi encaminhado à Câmara Federal, onde sofreu algumas modificações, mantida porém a sua substância.

Por feliz coincidência, dia 22 próximo comemora-se o primeiro ano de sua vigência, com resultados altamente positivos, tanto no que diz respeito à redução na aplicação das multas administrativas como – e é o que mais importa – no número de mortos em acidentes de trânsito, nesse período.

Acidentes de trabalho, meio ambiente, diplomacia, polícias militares: temas tão disparecidos mas que, por afetarem a vida dos cidadãos brasileiros, mereceram minha atenção, especialmente nesta tribuna. Trazendo-os ao debate nesta Casa, pude dar-lhes maior visibilidade e, pela reflexão coletiva, oferecer-lhes caminhos que possam equacionar suas dificuldades.

Destaco, dentre todos, o meu projeto de emenda constitucional que trata da extinção dos juízes classistas – que considero de vital importância para o sistema judiciário –, que ainda tramita nesta Casa. Renovo minha expectativa de vê-lo aprovado na próxima legislatura.

Pelas informações publicadas sob os auspícios da imprensa e do Diap, mantive-me sempre entre os Senadores desta legislatura que mais ofereceram propostas de emenda constitucional, projetos de lei, de resolução e emendas a projetos de significativo valor para o País.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tentei representar o Amazonas no Senado Federal com dignidade e proficiência. Todos os temas diretamente ligados ao desenvolvimento do Estado e da região fizeram parte de minhas maiores preocupações e receberam de mim toda dedicação e todo esforço.

Nessa perspectiva, busquei mostrar a importância da indústria e do turismo para o desenvolvimento regional; as fantásticas potencialidades dos rios e da floresta, à espera do racional aproveitamento; a imperiosa necessidade de se entender e respeitar a biodiversidade, sem que se comprometa o avanço da economia; a fundamental importância das instituições dedicadas à pesquisa que, comprometidas com a região amazônica, não podem prescindir do apoio do Governo Federal.

Tive sempre consciência de que a precariedade do sistema de telecomunicações e das redes de energia e de transporte constituiu-se em fator de limitação ao pleno desenvolvimento da região. Exatamente por isso, sempre exigi que os recursos federais fossem repassados para a Amazônia, como for-

ma de a região superar suas dificuldades e demonstrar ao País sua capacidade de multiplicar riquezas, nos moldes do desenvolvimento sustentável.

Busquei ser fiel ao compromisso assumido com o Estado e com a região, princípios esses firmados pelo Governador Amazonino Mendes, meu amigo e companheiro do PFL, que tive a honra de substituir neste Senado da República quando de sua renúncia ao mandato para assumir, em 1993, a Prefeitura de Manaus. Tentei fazer de meu mandato um instrumento privilegiado para a defesa do Amazonas e da Amazônia, na certeza de que assim fazendo estaria contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, busquei a verdade. Sob todos os aspectos. Nem sempre a consegui. E, como lembra o preceito bíblico, a verdade liberta. Daqui saio livre. Livre e consciente de ter sido protagonista de um momento único e decisivo da História brasileira. Daqui saio com a leveza de quem procurou, sempre e sempre, estar a favor do Amazonas, pelo bem do Brasil.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Gostaria de aparteá-lo, Senador Gilberto Miranda. V. Ex^a me permite?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Com prazer, Senador Mauro Miranda.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Quero externar, em meu nome, em nome do Senador Iris Rezende Machado e do Senador José Saad, a profunda admiração que tivemos por V. Ex^a no período em que atuou como Senador da República, representando o seu Estado, o Amazonas. Percebemos o tempo todo o amor dedicado à causa da Região Norte, especialmente ao Amazonas. Admiramos profundamente o Senador pragmático, inteligente, capaz, vivo mesmo; o "avião", como o chamávamos aqui, nesse período. Quando estávamos procurando descobrir alguma, V. Ex^a já estava por dentro de todo o assunto. V. Ex^a teve uma atuação brilhante nesta Casa. Neste momento, em meu nome e em nome dos outros dois Senadores de Goiás, quero externar o nosso carinho, a nossa admiração, e dizer que esta Casa perde um dos Senadores mais atuantes, mais brilhantes, mais inteligentes, mais rápidos nas grandes decisões que esta Casa tomou. V. Ex^a honrou o Estado do Amazonas e, por que não dizer, honrou muito o Senado Federal. Obrigado, Senador Gilberto Miranda, por sua atuação brilhante.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Agradeço o aparte do meu amigo Mauro Miranda, feito em nome também do Senador Iris Rezende e de toda a Bancada.

O Sr. Jefferson Péres (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Com prazer, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PSDB – AM) – Senador Gilberto Miranda, creio que falo também em nome do Senador Bernardo Cabral, para testemunhar que tivemos uma convivência muito cordial nestes quatro anos. V. Ex^a representou o nosso Estado – apesar de não ser amazonense de nascimento e nem mesmo radicado no Amazonas – e nunca, em nenhum momento, negou a mim ou ao Senador Bernardo Cabral um apoio muito firme e decidido quando estavam em jogo os interesses do Amazonas. De forma que, repito, em meu nome e do nosso colega de Bancada, leve os nossos cumprimentos e a nossa saudade pela sua ausência.

O Sr. Djalma Bessa (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Com prazer, Senador Djalma Bessa.

O Sr. Djalma Bessa (PFL – BA) – Senador Gilberto Miranda, basta que atentemos para o seu relatório para que homenageemos V. Ex^a. Numa eficiência global, cuidou V. Ex^a de infra-estrutura, saneamento, poluição, de vários setores da economia, de maneira que não é preciso outro índice, outra referência, outra base. Ademais, V. Ex^a é um homem de empresa e chegou a esta Casa com uma experiência muito grande na área econômica. E ingressando na área política, sai daqui, na verdade, um novo homem, porque a experiência que V. Ex^a adquiriu como Senador durante vários anos lhe confere uma nova dimensão do País, por certo sabedor de que a empresa não é somente uma produção de lucro, mas também tem uma função social essencial ao País e à Nação. V. Ex^a está de parabéns.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Senador Gilberto Miranda, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – É com prazer que ouço V. Ex^a, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Senador Gilberto Miranda, eu o provoquei muito nas nossas conversas neste plenário. Esta é a hora de dizer-lhe que as provocações eram prova de estima. É esta prova de estima que lhe renovo no momento em que se despede do Senado.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Muito obrigado, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Senador Gilberto Miranda, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – É com prazer que ouço V. Ex^a, Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Senador Gilberto Miranda, V. Ex^a desempenhou com competência e com seriedade o seu mandato. O que eu gostaria de ouvir de V. Ex^a não era uma despedida, era um até logo. Seria importante que V. Ex^a voltasse a este Senado para continuar prestando o serviço competente que V. Ex^a prestou, com seu mandato, até agora. Felicidades!

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Ouço o Senador Edison Lobão, meu amigo e companheiro do PFL.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Gilberto Miranda, ouvi a dissertação de V. Ex^a sobre o desempenho de seu mandato. Inteiramente desnecessária. Desnecessária porque de tal modo foi saliente, de tal modo se exibiu por si mesma que todos nós assistimos ao seu esforço, à sua dedicação e ao cumprimento rigoroso de seu mandato. V. Ex^a pertence ao Partido que, neste momento, lidera nesta Casa, como Líder substituto. Lastimamos profundamente não tê-lo mais na nossa Bancada, por todas as razões, mas, sobretudo, porque a presença de V. Ex^a no PFL dava ao Partido no Senado também sustentação técnica nos assuntos da área econômica. Desejamos completa felicidade a V. Ex^a e fica registrado o desejo do PFL de que V. Ex^a volte a esta Casa..

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Agradeço o meu Líder.

O Sr. Jônico Tristão (PFL – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Com prazer ouço o meu amigo, Senador Jônico Tristão.

O Sr. Jônico Tristão (PFL – ES) – Senador Gilberto Miranda, pouco tempo convivi nesta nobre Casa com V. Ex^a, mas tive oportunidade, em 1994, de conhecê-lo e de ser aqui recebido de uma maneira extremamente amável e cordial, que muito me impressionou. V. Ex^a é uma pessoa ligada à indústria e, como tal, um empresário. Muito me admirou a sua desenvoltura, ii, no Senado. Na minha

modesta experiência, procurei, muitas vezes, observá-lo e copiá-lo, o que foi impossível, porque V. Ex^a tem o dom da comunicação, porque sua inteligência é extremamente brilhante. Fazer isso é muito difícil para um empresário com pouca experiência, conforme V. Ex^a disse. Em 1993, V. Ex^a assumiu um ano depois de eu haver aqui assumido. A sua saída do Senado é digna de nota. É importante dizermos que esta Casa perde um grande Senador. Esperamos que isso não ocorra por muito tempo e que V. Ex^a retorne novamente a esta Casa. Pelo seu trabalho e por tudo aquilo que foi descrito, que é uma verdade, sei que o Brasil ainda deverá contar muito com V. Ex^a. Meus parabéns e muitas felicidades!

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Obrigado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Caro Senador Gilberto Miranda, conheci-o por meio do meu amigo Egberto. Cheguei a esta Casa quando V. Ex^a, se não me engano, presidia a Comissão de Economia. Por meio desses laços com o Egberto, V. Ex^a começou a me explicar os meandros do Senado, e, com o tempo, aprendi que o trabalho do Senado não é somente o realizado neste plenário. O que é feito neste plenário é a decisão final; aqui, busca-se chegar às discussões e às decisões, depois de as matérias passarem pelas comissões, pelas reuniões de bancadas e por uma série de outras nuances que permitem que o Senador se inteire e busque acertar naquilo que é do interesse da sociedade. V. Ex^a teve um papel importante nesse sentido. Digo sempre que aos jovens não se diz adeus, mas sim até breve, porque o tempo é deles. E o tempo é seu, Gilberto Miranda. Tenho a certeza de que, por mais que V. Ex^a diga que não quer mais saber de política, esta está no seu sangue, tanto é que, em toda a eleição desenvolvida no Estado do Amazonas – e o Senador Jefferson Péres é testemunha disso –, a sua participação foi bastante ativa. V. Ex^a é suplente. Não desejo mal a ninguém, mas o Amazonas é representado por Senadores com competência para exercer uma atividade no Poder Executivo, abrindo-se, assim, a vaga para aquele que realmente pode ocupá-la. É por isso que digo que, aos jovens, não se diz adeus, mas até breve. Boa sorte! Que Deus o proteja!

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Concedo o aparte a V. Ex^a com prazer.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Vou ser bastante breve, porque vários companheiros querem manifestar-se. No instante em que V. Ex^a se despede e depois de ouvir o aparte do Senador Romeu Tuma, que teve a sorte de encontrar V. Ex^a para ensinar os meandros do Senado – V. Ex^a o ensinou isso tão bem, que ele já é nosso Líder e Presidente da Comissão de Relações Exteriores; V. Ex^a incorpora, assim, mais essa faceta didática do seu desempenho parlamentar –, quero dizer que, antes de ser Senador, ainda como Vice-Governador do Ceará, procurei V. Ex^a na Comissão de Orçamento. Falamo-nos por telefone e, depois, pessoalmente. Tratamos de interesses do Estado, assunto este que V. Ex^a acolheu com grande simpatia. Realmente, eram reivindicações muito justas.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – V. Ex^a fala das emendas do porto.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Não. Isso ocorreu há anos. Eu ainda não era Senador, e V. Ex^a era o Relator da Comissão e atendeu os pleitos que apresentamos. Por isso, desde aquela época, sou grato pela forma como V. Ex^a encaminhou o problema. Mas é preciso que se diga uma palavra sobre o desempenho parlamentar de V. Ex^a. Cada um de nós tem uma característica. Podemos tratar de vários assuntos e nos comportar desta ou daquela maneira em certas circunstâncias, mas há alguma coisa que aparece como o traço fundamental do nosso comportamento, do nosso caráter e da nossa atuação parlamentar. V. Ex^a é um homem determinado, que não foge da polêmica e nem da discussão. V. Ex^a enfrenta os problemas, apresenta o seu ponto de vista e o sustenta com a sua argumentação. Sem dúvida alguma, esse é um traço que aparece com muita nitidez na atividade parlamentar de V. Ex^a ao longo desses anos no Senado. Realçando isso, gostaria de dizer-lhe que V. Ex^a sai daqui com um ótimo relacionamento pessoal com todos. V. Ex^a é cordial e atencioso mesmo quando existem divergências insanáveis. O Senador Romeu Tuma teve V. Ex^a como mestre, e eu, como V. Ex^a mesmo costuma dizer aqui, tive como mestre o Senador José Hat Marinho. Dessa forma, estou trilhando por caminhos mais ásperos, mais difíceis. Mas todos nós estamos cumprindo a nossa tarefa. V. Ex^a leve o nosso abraço e a certeza de que todos nós sentiremos a

sua ausência. Até breve, como disse o Senador Romeo Tuma.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Agradeço as palavras queridas de V. Ex^a.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Concedo o aparte ao meu Líder, Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Caro Senador Gilberto Miranda, creio que a Casa já está expressando e salientando as características básicas da sua atuação e da sua personalidade. Mas, devo eu dizer, também, em primeiro lugar, que V. Ex^a é detentor de uma personalidade envolvente que a todos conquistou, desde quando aqui chegou. Independentemente e acima dos partidos políticos, V. Ex^a soube lidar com seus colegas, com seus companheiros, com aqueles com os quais conviveu, durante anos a fio, com o seu comportamento de lhaneza, de educação, de amenidade e de afabilidade. Isso tudo é importante numa Casa em que todos são amigos, onde as discussões se dão em alto nível. E, em segundo lugar, devo salientar, também que V. Ex^a é um homem conchedor das coisas do seu País e do seu Estado, o Amazonas, e, que, portanto, procurou desenvolver toda uma atuação demonstrando, à saciedade, bem conhecer os múltiplos aspectos que estiveram submetidos, não só à consideração de V. Ex^a, como à de seus Pares. Aliás, já na Comissão de Assuntos Econômicos – que tão bem presidiu –, demonstrou vasto conhecimento do problema da economia e das finanças no nosso País. Desse modo, nada mais me resta senão formular os votos de muitas felicidades e dizer que estou certo de que todos nós haveremos de nos encontrar pelo bem do Brasil.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Agradeço as palavras do meu Líder.

A Sr^a Júnia Marise (Bloco/PDT-MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Júnia Marise (Bloco/PDT – MG) – Senador Gilberto Miranda, creio que as palavras dos nossos eminentes Senadores refletiram bem o sentimento que converge toda esta Casa na despedida de V. Ex^a como Senador da República. Certamente, o testemunho de todos invoca a forma com que V. Ex^a sempre se pautou no relacionamento pessoal e direto com toda esta Casa, com todos os Senadores, e, principalmente, a nossa grande motivação, durante todos esses anos, no embate de nossas idéias, na

divergência dos nossos pontos de vista. Mas, certamente, permaneceu sempre a construção do nosso ideal de servir ao Brasil e ao nosso povo. V. Ex^a, certamente, deixa esta Casa com um testemunho que considero de grande importância, o testemunho do seu conterrâneo, Senador Jefferson Peres, que lhe atribuiu qualidades como representante do Estado do Amazonas na atuação em favor de seu Estado e de seu povo. Isso certamente ficará na memória de todos os seus conterrâneos; e nesta Casa ficará, permanentemente, a lembrança da convivência fraternal e amiga de V. Ex^a para com todos os Parlamentares, independentemente das divergências, como as que tivemos em vários momentos em relação a determinadas votações ao longo desses últimos meses. Desejo-lhe não apenas muito sucesso na sua vida pessoal e empresarial – que V. Ex^a já tem – e que possa, quem sabe, retomar um dia a esta Casa. Um grande abraço, Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite um aparte.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Ouço o meu amigo, Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não há como deixar de reconhecer, prezado Senador, a competência, a capacidade e o espírito de luta de V. Ex^a ao longo do tempo. Neste meu aparte, do fundo do coração, quero dizer do agradecimento que tenho a V. Ex^a. Numa hora muito difícil, numa cirurgia muito delicada, V. Ex^a teve o gesto de buscar o melhor cirurgião de São Paulo para me acompanhar, e ficou ao meu lado durante todo aquele tempo, durante toda aquela ocasião. É algo que a gente não esquece. O gesto de amizade, de carinho e respeito que V. Ex^a teve para comigo é uma demonstração da grandeza do seu espírito, daquilo que V. Ex^a fez no anonimato, sem nada em troca, apenas porque sentiu o problema e as dificuldades do seu Companheiro. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Agradeço o aparte.

O Sr. Fernando Bezerra (PMDB – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Ouço o Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra (PMDB – RN) – Senador Gilberto Miranda, associo-me a todos os Companheiros desta Casa que lhe homenageiam no reconhecimento do trabalho que desenvolveu ao longo de sua permanência entre nós. De modo particular,

tenho uma recordação e um agradecimento. A confiança e a coragem que, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, quando mal eu ensaiava os meus primeiros passos nesta Casa, ao me entregar a relatoria de um dos projetos mais polêmicos já discutidos no Senado da República, que foi a Lei de Patentes. Agradeço a confiança, a forma com que se conduziu ao longo do trabalho que desenvolvi na relatoria desta lei, apenas me estimulando, me incentivando e dizendo que eu devia seguir em frente no trabalho sério que eu desenvolvia. Quero, portanto, agradecer-lhe e associar-me, mais uma vez, a todos os Companheiros, na certeza de que não sómente perde o Senado, mas, também, a indústria brasileira a representação de V. Ex^a nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Fernando Bezerra.

O Sr. João Rocha (PFL – TO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Ouço o aparte de V. Ex^a, com prazer.

O Sr. João Rocha (PFL – TO) – Nobre Senador Gilberto Miranda, tivemos a felicidade de conviver com V. Ex^a, durante esses últimos seis anos. Também, quando Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, tivemos o prazer de dividir com V. Ex^a a responsabilidade daquela Comissão, nos momentos mais importantes para a economia do nosso País. Foi um momento em que discutimos a rolagem de dívida, uma série de projetos do maior interesse para a economia do Brasil. E passei a conhecê-lo mais profundamente: o seu trabalho, a seriedade e o desejo de estar sempre presente nas grandes decisões desta Casa. Neste momento em que V. Ex^a se despede do Senado – como eu também, a partir do dia 1º de fevereiro – olhamos para traz e sentimos realmente que a presença de V. Ex^a foi muito marcante no Senado Federal. Como os demais companheiros desta Casa, queremos transmitir a V. Ex^a a satisfação em tê-lo conosco e a certeza de que, amanhã também, voltando a sua lide de empresário bem-sucedido, estará sempre voltados para o interesse maior do País. Acreditamos que, num futuro bem próximo, esta Casa terá a satisfação de contar com o seu retorno, para continuar discutindo os assuntos mais palpitantes do interesse da economia e do povo do nosso País. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Agradeço o aparte do meu amigo João Rocha.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Ouço o Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Gilberto Miranda, o meu Colega de Bancada, que também é seu, Senador Jefferson Péres, na minha ausência, já lhe reconheceu os predicados e aqui os proclamou. Portanto, após a sua manifestação, que também foi feita em meu nome, e a do Líder do Partido, Senador Hugo Napoleão, talvez fosse absolutamente desnecessário que eu lhe prestasse essa palavra final de quem se despede da Casa. Acontece que, se em alguns instantes discordamos em pontos de vistas que expressávamos um ao outro, sempre estivemos na convergência da defesa dos interesses do Amazonas. Em nenhum instante, por mais que isso pudesse perturbar a sua atuação, V. Ex^a se esquivou, se omitiu, deixou de ser um defensor do nosso Estado. Qualquer que tenha sido o motivo que lhe levasse a essa defesa, V. Ex^a ali estava presente. Não participei da tese dos que estão se despedindo de V. Ex^a, para ficar com o meu amigo João Rocha. O Senador João Rocha acaba de fazer um vaticínio de que em breve V. Ex^a estará aqui de volta, não fosse V. Ex^a um Senador que conviveu bem com os seus amigos. O que quero, ao final, esperando seu regresso imediato, é que nesse meio tempo V. Ex^a saboreie um Petrus, do qual V. Ex^a é um especialista, e faça inveja aos que aqui ficam. Porque V. Ex^a me disse que, nessa sua saída, vai aproveitar o que não pode fazer ao longo dessa sua vida, onde, se amealhou alguns aborrecimentos, soube também granjear simpatia. De modo que, como amazonense, faço este registro, secundando o já feito pelo meu eminente colega Jefferson Peres. Esteja certo de que a volta será breve. Dizia um conterrâneo do meu amigo Ronaldo Cunha Lima que voltar é uma forma de renascer – ninguém se perde no caminho da volta. Volte breve.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Muito obrigado, amigo.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – É com prazer que ouço o Senador Iris Rezende.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Muito obrigado a V. Ex^a pela oportunidade deste aparte, oportunidade em que me associo a todos aqueles que nesta tarde manifestam a V. Ex^a o reconhecimento pelo trabalho que, durante esse período em que

honrou esta Casa, como Senador, realizou em benefício do seu Estado e do País.

Congratulo-me com V. Ex^a e declaro-me extremamente gratificado pelo convívio durante esses quatro anos em que me encontro aqui no Senado Federal. Posso testemunhar ao meu povo e ao meu Estado o trabalho que V. Ex^a procurou realizar, principalmente à frente da Comissão de Assuntos Econômicos, um trabalho abrangente na área econômica, em benefício do nosso País. Mas V. Ex^a ultrapassou, inclusive, os limites da ação de um Senador. Como homem altamente conhecedor dos problemas deste País na área empresarial, sobretudo na área industrial, V. Ex^a utilizou a sua influência como Senador, o seu mandato, em benefício de muitos outros Estados. Goiás mesmo foi alvo dessa atenção e desse esforço de V. Ex^a. Quando alguns Estados disputavam a instalação de uma multinacional fabricante de veículos, mais especificamente a Mitsubishi, recorri a V. Ex^a, conhecendo o seu relacionamento nesse mundo empresarial. Hoje, posso adiantar que a presença da Mitsubishi na cidade de Catalão, no meu Estado, se deve, em grande parte, ao esforço que V. Ex^a procurou despender, atendendo a uma solicitação pessoal. V. Ex^a promoveu reuniões com seus diretores e com seu presidente no Brasil e, hoje, aquela indústria é uma realidade. Citaria aqui dezenas e dezenas de ações empreendidas em outras áreas da atividade pública, que realmente fizeram de V. Ex^a um Senador respeitado e querido por todos os seus Colegas. Dessa forma, deixo registrado nos Anais desta Casa, nesta tarde, o meu reconhecimento, assim como as minhas homenagens pelo profícuo trabalho realizado por V. Ex^a em benefício do seu Estado, do Norte do País e, por que não dizer, em benefício de todo o nosso País. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Agradeço as palavras carinhosas do meu amigo Iris Rezende.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Ouço o Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Gilberto Miranda, serei breve, e gostaria, nestas poucas palavras, de expressar, com muita sinceridade, aquilo que entendo de V. Ex^a, a sua espontaneidade principalmente. Quando vim para cá, em 1995, logo no início, senti muito de perto essa praticidade que envolve V. Ex^a no trato com os Colegas e em relação às questões de todos os Estados do País, e

não apenas em relação ao Estado do Amazonas, o qual V. Ex^a representa nesta Casa. V. Ex^a tem sido muito espontâneo, muito prático, nunca deixando as coisas para o outro dia, procurando encontrar as soluções na hora. V. Ex^a é uma pessoa que encontra as saídas, ajuda os Colegas e procura encontrar soluções para todos. Eu destacaria, assim, essa espontaneidade de V. Ex^a, ajudando a todos com um desprendimento extraordinário. Por isso, gostaria de deixar realçada a grande participação de V. Ex^a. E, como disseram os que me antecederam, não deve demorar a sua volta ao convívio desta Casa, para contribuir com o Brasil.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – É com prazer que ouço o Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Gilberto Miranda, V. Ex^a marcou sua passagem nesta Casa com uma atuação louvável, sobretudo em alguns episódios que chamaram a atenção da Nação e mostraram que o Legislativo, exercendo a sua atribuição fiscalizadora, pode tornar-se um Poder colaborador, essencialmente forte, do Poder Executivo. E V. Ex^a, com as suas idéias, as suas iniciativas, fortificou esta mensagem, esta idéia de que o Poder Legislativo é, acima de tudo, um poder fiscalizador dos atos do Executivo. Portanto, tendo ouvido, como ouvi, com atenção, o relatório do trabalho que exerceu nesta Casa e os aplausos merecidos de todos os nossos Colegas, tenho a previsão, como o Senador João Rocha, de que V. Ex^a estará brevemente de volta ao nosso convívio, o que, para mim, pessoalmente, será uma alegria incomparável. Quero dizer que, independentemente de sermos adversários políticos, visto que V. Ex^a compõe a base de sustentação do Governo, eu o respeito pela sua atuação independente e autônoma e, acima de tudo, pela cordialidade e harmonia que pode transmitir na sua imagem e na sua fisionomia, sempre alegre com seus companheiros dos mais diversos partidos. Portanto, felicidades para V. Ex^a e para toda a sua família. Que V. Ex^a retorne logo, porque já estamos ficando com saudades.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Muito obrigado, Senador.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) –
Ouço V. Ex^a com prazer.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Meu nobre colega Gilberto Miranda, lamento não haver acompanhado o seu pronunciamento, mas, de acordo com os apertos, sei que V. Ex^a está se despedindo da vida pública. É muito difícil uma pessoa dinâmica como V. Ex^a não voltar a esta Casa ou, quem sabe, a outro cargo, talvez até de Governador do seu Estado. Mesmo dedicando-se unicamente a suas empresas, sabemos quanto são importantes para a geração de empregos e renda no nosso País a classe empresarial e os empresários bem sucedidos. Mas este Senado é, principalmente, o Estado de Amazonas não podem prescindir do seu trabalho político. Recordo-me muito bem de uma época marcante do seu trabalho como Presidente da Comissão de Orçamento, quando chamou àquela Comissão todos os representantes dos Estados, os Governadores, para discutir caso a caso as maiores dificuldades e as prioridades. Foi muito marcante e muito produtivo. Lamento que nós, da Região Amazônica, estejamos perdendo um colaborador tão importante como V. Ex^a, muito embora ressalte que, por sorte, seu substituto seja o Senador Gilberto Mestrinho, que também é um homem muito atuante e que muito já fez pela nossa Amazônia. Mesmo assim, seria ótimo que V. Ex^a continuasse. Como falou o Senador Antonio Carlos Valadares, a partir deste momento já estamos sentindo a sua falta e, no futuro, sentiremos muito mais. Aqui, V. Ex^a só deixará verdadeiros amigos. Seja feliz!

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) –
Muito obrigado, Senadora.

O Sr Nabor Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) –
Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Senador Gilberto Miranda, não poderia deixar de expressar também, em meu nome pessoal e em nome da Liderança do meu Partido nesta Casa – o PMDB – o reconhecimento e a admiração pelo trabalho que V. Ex^a desenvolveu aqui, como Senador pelo Estado do Amazonas, nos últimos seis anos. Gostaria de destacar a assiduidade e a constância de V. Ex^a nos trabalhos da Casa, não só no plenário como nas comissões, inclusive ocupando funções destacadas como a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos. Destacam-se, também, no currículo parlamentar de V. Ex^a, o cargo de Relator-Geral do Orçamento da República e a relatoria de projetos impor-

tantes como o do Sivam e o do novo Código Nacional do Trânsito. V. Ex^a teve uma atuação bastante destacada e, portanto, quero saudar esse trabalho e manifestar o meu caloroso aplauso pela alta eficiência com que representou o pujante Estado do Amazonas durante seis anos nesta Casa. E, de modo muito particular, quero repetir o mais sincero "muito obrigado" pelas reiteradas provas de consideração e de amizade que V. Ex^a sempre me dedicou.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Senador Gilberto Miranda, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) –
Muito obrigado, Senador Nabor Júnior. É com prazer que ouço meu amigo, Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Senador Gilberto Miranda, desejo associar-me às homenagens que a Casa presta a V. Ex^a no momento em que se despede do Senado Federal. Penso que deveria juntar o meu depoimento aos demais, devido ao fato de que, em determinado momento, nossos trabalhos se cruzaram nesta Casa. Tive a honra de ser Vice-Presidente da Comissão que apreciou o projeto do Código de Trânsito e de tê-la presidido durante um certo período, quando da enfermidade do Senador Francelino Pereira. Quero registrar perante esta Casa o trabalho denodado que V. Ex^a realizou como Relator do projeto do Código de Trânsito, a seriedade com que tratou do assunto, o senso de responsabilidade com que encarou a discussão, o estudo e o debate em torno daquela matéria e a consciência que manifestou sempre de saber que estava lidando com algo extremamente importante para o País e para o seu povo. É necessário fazer este depoimento para que não apenas o seu espírito afável, a sua capacidade de fazer amigos, a sua capacidade de distribuir simpatia e de ser um companheiro de todos os dias de cada um de nós, mas, mais do que isso, que o seu desempenho como Senador da República possa ficar incorporado aos registros deste momento. Congratulo-me, portanto, com V. Ex^a e manifesto a minha amizade pessoal e o meu carinho pelo companheiro que nos deixará em breve.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) –
Muito obrigado, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – É com prazer que ouço o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Gilberto Miranda, nesta Casa aprendemos a conviver com aqueles que, muitas vezes, pensam de

maneira diferente. Nem sempre isso ocorreu com relação a nós, porque houve ocasiões em que votamos juntos algumas matérias. No entanto, V. Ex^a, quase que por tradição, instituiu um mecanismo, uma metodologia tal que, quando eu – tal como ocorreu hoje de manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos – opinava "a", V. Ex^a logo opinava "b", se não pelo conteúdo principal do que eu dizia, pela forma ou maneira como eu estava indagando. Em algumas outras situações, tivemos divergências fortes, como, por exemplo, quando V. Ex^a foi o Relator do Projeto Sivam, da primeira vez. Posteriormente, no ano seguinte, V. Ex^a modificou sua opinião e adotou posição crítica com respeito ao que havia sucedido com o Projeto Sivam depois que se desvendou o episódio Esca. Há muitas coisas naquele episódio todo, relativas à participação de diversas empresas internacionais, que ainda estão por ser melhor conhecidas. Acredito mesmo que V. Ex^a, em vista até de suas viagens, seja aos Estados Unidos, à Rússia e outros países – a França, se não me engano – para averiguar situações relativas ao Projeto Sivam, ainda tenha muito a escrever e revelar sobre tudo o que aconteceu durante a primeira e a segunda votação. Com respeito ao Município de São Paulo, aos pleitos aqui encaminhados pelo então prefeito Paulo Maluf, também tivemos divergências, que foram objeto de discussões, por vezes calorosas, neste plenário e também na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas quero lhe dizer que mantivemos sempre um clima de respeito, como é próprio desta Casa. Também V. Ex^a sabe que, observando a questão relativa aos suplentes, apresentei projeto nesta Casa – pelo qual continuo batalhando –, pois acredito ser importante que inclusive os suplentes possam ser escolhidos diretamente pelo povo. A minha proposta é que cada partido ou coligação, ao apresentar o titular, possa também apresentar até quatro nomes para serem escolhidos diretamente. Alternativamente, há uma proposta do Relator Sérgio Machado para abreviar o período durante o qual um suplente pode ficar aqui, mas dando-lhe o direito de disputar vaga na primeira eleição, no prazo que será de, no máximo, dois anos. O que eu gostaria, portanto, de lhe transmitir, Senador Gilberto Miranda, é que gostaria de revê-lo – se de novo tiver a oportunidade de aqui chegar – eleito de acordo com esta proposição: por meio de eleições livres e diretas, disputando a eleição livre e direta, mesmo que sendo um suplente. Gostaria ainda de ressaltar a importância de sempre podermos aqui dizer aquilo que pensamos com muita cortesia e respeito.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Sr. Presidente, gostaria de, brevemente, ouvir o Senador Pedro Piva, meu amigo, e, em seguida, o Senador Carlos Wilson, também meu amigo pessoal.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Senador Gilberto Miranda, ao contrário dos outros Senadores aqui presentes, que já lamentam a sua ausência e a perda de sua presença e de sua amizade, sou mais afortunado, porque moro em São Paulo, onde V. Ex^a mantém residência. V. Ex^a também foi um afortunado, pois representou muito bem duas regiões do País: a Região Norte, como Senador do Amazonas, que ainda é, e foi sempre o quarto Senador por São Paulo, pela sua postura, pelas suas defesas, pela defesa intransigente das necessidades e dos anseios da terra onde V. Ex^a reside. Além disso, move-me, neste instante, o intuito de, além de elogiá-lo, elogiar o seu trabalho. Fui seu Vice-Presidente na Comissão de Assuntos Econômicos, onde dei meus primeiros passos nesta Casa, ocasião em que pude aprender muito. Fico triste com a sua despedida, mas tenho certeza de que, voltando a esta Casa, ou em seus negócios, em São Paulo ou onde quer que esteja, V. Ex^a estará sempre com seus amigos, como sempre esteve.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Agradeço o amigo Pedro Piva.

O Sr. Carlos Wilson (PSDB – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Carlos Wilson (PSDB – PE) – Senador Gilberto Miranda, quando aqui cheguei, em 1995, comecei a acompanhar o Senador Gilberto Miranda, a ver a alegria do Senador Gilberto Miranda, a fidalguia do Senador Gilberto Miranda. Acompanhei também momentos difíceis do Senador Gilberto Miranda, defendendo aquilo que acreditava. Se tem um Senador que, com bastante transparéncia, defende aquilo que acredita, é o Senador Gilberto Miranda. A falta que V. Ex^a fará a esta Casa a partir do próximo ano é indiscutível. Pode-se até discordar de V. Ex^a, Senador Gilberto Miranda, mas não se pode deixar de reconhecer a sua valentia e o seu talento. V. Ex^a chegou aqui muito mais como um empresário e quase nada como um político, mas V. Ex^a se destacou em missões importantes de articulação política. O trabalho que V. Ex^a desempenhou na Comissão de Assuntos Econômicos e como relator de matérias

importantes nesta Casa com certeza ficará marcado no Senado Federal. Como seu amigo, quero dizer que ficarei em Brasília esperando a presença de V. Ex^a, esperando a conversa com V. Ex^a, porque tenho certeza de que a experiência que V. Ex^a adquiriu aqui no Senado nesses quatro anos é da maior importância para os outros Senadores que tomarão posse a partir do dia 1º de fevereiro de 1999. Um abraço e seja sempre bem-vindo porque V. Ex^a se despede desta Casa, mas, com certeza, não está se despedindo de seus amigos.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) –

Agradeço o aparte do amigo e, para encerrar, ouço com prazer o Senador Osmar Dias, se o Sr. Presidente permitir.

O Sr. Osmar Dias (PSDB – PR) – Senador Gilberto Miranda, quero registrar o meu reconhecimento e também o meu agradecimento. Reconhecimento como membro da CAE no tempo em que V. Ex^a presidiu aquela comissão de forma dinâmica, objetiva e competente. Votamos muitas matérias de grande importância para o País sob a sua presidência. E o agradecimento é porque V. Ex^a sempre confiou a mim projetos de importância que tive a honra de relatar, procurando ter um desempenho à altura da confiança que V. Ex^a depositou em mim. E não poderia deixar de registrar aqui, sobretudo, a minha admiração pela forma polêmica com que V. Ex^a exerceu o seu mandato, muitas vezes contrariando a maioria, mas sempre firme nas suas convicções, nas suas posições. Registro esse reconhecimento e o agradecimento pela convivência muito agradável que tivemos durante esse tempo.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, agradeço a paciência e o passar da hora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Senador Gilberto Miranda, na hora em que V. Ex^a faz seu discurso de despedida, os inúmeros apartes que recebeu desta Casa são a demonstração da sua bem-querença em meio aos seus colegas. Quero me juntar, e a Mesa também, a todos eles e dizer que V. Ex^a fará falta nas suas virtudes e até nos seus defeitos porque é aí que realmente se conhecem as pessoas, pois todas elas têm virtudes e defeitos. V. Ex^a foi uma figura polêmica, mas muito importante ao Parlamento e sempre que esteve em discussões difíceis se saiu muito bem. Portanto fico feliz em lhe trazer nesta hora uma saudação em nome do Senado Federal.

Muito obrigado por sua presença neste período.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) –

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Gilberto Miranda, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Para uma brevíssima comunicação, concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Estado do Acre está vivendo momentos de intenso desespero, em virtude da inundação de vários rios que cortam diversos de seus Municípios.

Hoje, temos cerca de sete Municípios que já foram considerados em situação crítica pelos respectivos Prefeitos, devido ao fenômeno da "alagação", que é o nome conferido pelos acreanos àquilo chamado, em outras regiões, de "cheias".

Repete-se, assim, o drama já ocorrido no ano atrasado, quando 80 mil famílias ficaram desabrigadas em diversos Municípios do Estado. Até agora, já são 10 mil as famílias atingidas por essas novas inundações nos Municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Sena Madureira, Xapuri e Epitaciolândia.

É preciso que a Casa tome ciência da situação, cuja gravidade justifica a formulação do mais veemente apelo ao Ministro Ovídio de Ângelis, titular da Secretaria Especial de Políticas Regionais, e ao Dr. Pedro Augusto Sanguinetti, da Defesa Civil daquela mesma Secretaria, para que adotem as providências requeridas pelo problema, destacando recursos e apoio social para minorar os sofrimentos das famílias desabrigadas, que se multiplicam em diversos Municípios do meu Estado.

Era a comunicação que gostaria de fazer, na qualidade de representante do Estado do Acre no Congresso Nacional, confiante em que este apelo será ouvido e atendido pelas autoridades às quais é endereçado.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 18, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do jornalista Fábio Nasser Custódio, ocorrido no dia 17 do mês corrente, em Goiânia - GO.

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família;
- c) jornal **Diário da Manhã**.

Justificação

A morte inesperada e prematura do jornalista Fábio Nasser consternou profundamente o Estado de Goiás, onde aquele jornalista foi, nos últimos 10 anos, uma voz vibrante de protesto e, ao mesmo tempo, de ternura.

O seu passamento transformou a paisagem intelectual de Goiás em desolação, ficando órfãos milhares de leitores que acordavam com os seus artigos candentes, escritos com a paixão arrebatadora dos vendavais e, de repetente, era o poeta sensível, recitando os Salmos de David.

Pode-se dizer que Fábio Nascer nasceu e se criou na redação dos jornais **Cinco de Março** e **Diário da Manhã**, onde seus pais, jornalistas Batista Custódio e Consuelo Nasser, pontificaram como dos mais brilhantes profissionais da área de comunicação.

Assim, somos solidários à dor dos seus familiares e ao luto do povo goiano.

Sala das Sessões, 20 de janeiro de 1999. – Iris Rezende – José Saad – Mauro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 19, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, as seguintes informações:

1. Nomear os convênios realizados, nos anos de 1998 e 1999, pelo Ministério da Educação com os municípios brasileiros que preencheram as condições estabelecidas na Lei nº 9.533, promulgada em 10 de dezembro de 1997, e sua regulamentação em ju-

lho de 1998, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.

2. Considerando o número de municípios que, segundo a regulamentação da Lei nº 9.533, estavam e estão em condições de realizar convênios nos anos de 1998 e 1999, respectivamente, que proporção, até o presente, institui o programa? Qual a arrecadação **per capita** de cada um? Qual o valor total do programa e o percentual desse valor que foi ou será efetivamente custeado pela União em cada município? Qual o número de famílias beneficiadas por município e sua renda **per capita**? Listar a quantia repassada pela União a cada município que firmou convênio com o Ministério.

3. Listar os municípios que entraram em contato com o Ministério visando receber apoio financeiro da União nos termos da Lei nº 9.533. Desses municípios quais já apresentaram a documentação exigida pela instrução normativa do FNDE?

4. Qual o montante de recursos que o Governo Federal pretende aplicar na implementação da Lei nº 9.533 de 1997, nos anos de 1999, 2000, 2001 e 2002?

5. Que avaliação faz o Governo Federal da equação da Lei nº 9.533 para a definição do benefício dado a cada família, ou seja $B=15$ reais x nº de crianças de até 14 anos menos a metade da renda **per capita**, face a experiência até agora realizada?

6. Que avaliação faz o Governo Federal da fórmula alternativa proposta para a definição do benefício prevista no Projeto de Lei nº 292, de 1997, de minha autoria, qual seja, $B=0,4$ (65 reais x número de pessoas na família _ renda da família), autorizando o Executivo a alterar os valores de 0,4 e R\$65 para adaptar à sua disponibilidade financeira, e que recebeu parecer favorável do relator Senador Ney Suassuna, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal?

7. Considerando os objetivos governamentais de promover as oportunidades de emprego, estão os responsáveis pela implementação da Lei nº 9.533 observando qual o melhor desenho do benefício no sentido de se evitar as denominadas armadilhas de pobreza e de desemprego?

8. Como será afetado o Programa, tendo em vista os cortes no Orçamento para 1999? Como pretende o Governo cumprir as disposições da Lei nº 9.533 frente à referida redução das verbas destinadas a esse Programa?

Justificação

No dia 10 de dezembro de 1997, foi promulgada a Lei nº 9.533 que autoriza o Governo Federal a conceder apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. Em prazo bem maior do que os 60 dias estipulados a partir da data de publicação da Lei, o Presidente da República editou o Decreto nº 2.609, de 2 de julho de 1998, regulamentando-a em 3 de julho do mesmo ano Portaria do MEC estabeleceu o Comitê responsável pelo Programa. Na segunda quinzena de agosto de 1998, o IBGE e o IPEA selecionaram os primeiros municípios que estariam aptos a solicitar o apoio financeiro do Governo Federal.

Tendo em vista o quadro de pobreza de grande parte das famílias dos municípios selecionados, solicito informações acerca do cumprimento da Lei nº 9.533.

Sala das Sessões, 20 de janeiro de 1999.
Senador **Eduardo Suplicy**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 9.533, DE 10 DEZEMBRO DE 1997

Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.

.....
**DECRETO Nº 2.609
DE 2 DE JUNHO DE 1998**

Regulamenta a concessão de apoio financeiro aos Municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima, de que trata a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

.....
**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 292, DE 1997**

Altera dispositivos da Lei nº 9.533 que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.

.....
(Á Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para a decisão, nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único, levando-se em conta que, após a votação, o Senador Josaphat Marinho usará a tribuna.

Item único:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1998** (nº 622/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção da União sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, celebrada em Roma, no dia 24 de junho de 1995, tendo

Parecer favorável, sob nº 3, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Relator: Senador Leomar Quintanilha.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu ia discutir, mas não vou fazê-lo, porque a Casa toda espera o pronunciamento do Senador Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Agradecido a V. Exª, em nome do Senador Josaphat Marinho.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 38, DE 1999
(Da Comissão Diretora)

Redação final do projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1998 (nº 622, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1998 (nº 622, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção da Unidrota sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, celebrada em Roma, no dia 24 de junho de 1995.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de janeiro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Geraldo Melo** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 38, DE 1999

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999

Aprova o texto da Convenção da Unidroit sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, celebrada em Roma, no dia 24 de junho de 1995.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção da Unidade sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, celebrada em Roma, no dia 24 de junho de 1995.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão da referida Convenção, bem como qualquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretam encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho.

Acredito que muitos dos Srs. Senadores desejam se pronunciar em relação ao discurso do Senador Josaphat Marinho. A Mesa pediria a compreensão e, se possível, o atendimento, para que todos esses apartes sejam feitos ao final do seu discurso.

V. Ex^a já está inscrito, Senador Bernardo Cabral, como também os Senadores Pedro Simon, Lúcio Alcântara, Artur da Távola. Acredito que toda a Casa.

Com a palavra o Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Tempo e gerações

Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, Srs e Srs. Senadores, ao despedir-se da Câmara dos Deputados, em dezembro de 1958, para assumir o mandato de Senador pela Bahia, Otávio Mangabeira lamentava a ausência dos que com ele ingressaram no Congresso Nacional ou no curso do caminho o integraram. Já não vendo os de sua geração na antiga Cadeia Velha, acentuava o fato com melancolia. "Somente eu vivo por aqui, perambulando, uma sombra, uma sobra, um vestígio, uma reminiscência do passado".

Sem o mesmo ceticismo que marcou a fase final da vida do grande baiano, experimento nesta hora sensação semelhante à que o envolveu. Dos com que entrei na Assembléia Constituinte do Estado da Bahia, em 1947, ou na Assembléia Legislativa, em 1955, entre os quais fortes inteligências fulguravam, não há no Parlamento, hoje, senão Antonio Carlos Magalhães, Djalma Bessa e eu, coincidentemente os três nesta Casa. Uns foram colhidos pela tragédia ainda no exercício de seus mandatos estaduais. Outros a morte foi ceifando, com vagarosa determinação: Luiz Rogério de Souza, Nelson de Sousa Sampaio, Alvaro Peçanha Martins, João Borges de Figueiredo, para recordar os que mais nos aproximamos, por afinidades políticas ou ideológicas. Destes, apenas João Borges alcançou, por duas vezes, a Câmara Federal, exercendo o mandato com dignidade e relevo. Dos que sobrevivem, quase todos distanciados da política militante, Rubem Nogueira, que foi Deputado Federal, dedica-se a atividades culturais, Jorge Calmon é jornalista, e Joaquim Alves da Cruz Rios, ainda agora diretor de jornal.

Em 1962, turbulência na política baiana me fez resistir à conformação de companheiros fraternos. Embora disposto a retomar os encargos profissionais de advogado, vi-me envolvido por espontâneo movimento dos pequenos partidos de oposição, a que se aliou o prestigioso Partido Social Democrático. Liberado do compromisso de ingresso em qualquer deles, porque já defendia ampla reforma partidária, nasceu minha candidatura ao Senado, sem

nunca ter tido a oportunidade de ser deputado federal. Eleito, juntamente com o ex-governador Antônio Balbino, aqui defrontei, a partir de 1963, Milton Campos, Afonso Arinos, Moura Andrade, Daniel Krieger, Aurélio Viana, Filinto Müller, João Agripino, Mem de Sá, Aloísio de Carvalho, Petrônio Portella, entre tantas outras personalidades.

De volta a este plenário em 1991, aqui não estava nenhuma das individualidades com quem convivi no primeiro mandato. Apenas pude rever, em visita de velha estima, Aurélio Viana, afastado de todas as atividades. Retornara ao Senado em 1994, e sobrevive em ação política, Jarbas Passarinho, que não exerceu o mandato conquistado em 1966, porque Ministro de Estado nos governos militares. Antônio Balbino, voltado para a profissão de advogado, faleceu em 1992.

Mesmo dos companheiros da legislatura iniciada, nesta Casa, em 1991, "a indesejada das gentes", da imagem do poeta, já arrebatou Hélio Campos, Ronaldo Aragão, Nelson Carneiro, Darcy Ribeiro, Onofre Quinan, Humberto Lucena, Vilson Kleinübing, Alexandre Costa, João Calmon e Pedro Teixeira. Da bancada federal baiana desapareceu de repente a figura moça, já projetada para o futuro, de Luís Eduardo Magalhães.

À sucessão dos dias e anos corresponde a sucessão de vidas e gerações, a que se junta uma saudade a cada passo.

Convívio cordial

Ainda bem que com os que partiram, como em relação aos presentes, converti puro conhecimento em convívio cordial, acima de siglas partidárias, de filosofias e de crenças. A educação e a inevitabilidade da convivência diária nos ensinam a ser tolerantes no contraste de temperamentos, de opiniões e tendências. Por vezes, porém, assuntos e circunstâncias aquecem o debate, além do calor normal. Rogo a todos compreensão, se em algum momento lhes feri a sensibilidade. Assim peço, sobretudo, aos Líderes Élcio Alvares e Hugo Napoleão, que recolheram com tanta brandura as minhas discrepâncias.

Sei que fui, não raro, perseverante na defesa de idéias ou no combate a proposições. A coerência e as convicções impunham-me firmeza, mesmo sem esperança de êxito. Era o cumprimento do dever de consciência.

Se Rui Barbosa não se imita pela dimensão excepcional de seu pensamento e de suas atitudes, dele se recolhem sempre lições a ser praticadas. Uma delas nos ensina que "o dever sobrevive à es-

perança e a paixão do bem substitui, com vantagem, a confiança na vitória". Forrado dessa convicção é que discordei, discuti, critiquei. Não o fiz por negativismo, mas no intuito de colaborar para deliberação conveniente, segundo idéias expendidas. Podia não estar certo. Procedia, no entanto, com ânimo de aperfeiçoar as decisões legislativas. Se o Parlamento é órgão de resolução coletiva, nenhuma parcialidade deve julgar-se detentora exclusiva da verdade e do acerto. De nossos pronunciamentos o juiz é o povo, livre e corretamente informado.

Diálogo democrático

Aprendi a raciocinar no diálogo na Faculdade de Direito da Bahia, nas aulas magistrais de Nestor Duarte. Ali ele introduziu, a partir de 1934, o método do debate em classe, como forma de preparar o pensamento a conferir idéias e a divergir sem hostilidade. A experiência, notadamente na política e na advocacia, consolidou esse processo de ação como dignificante da relação entre pessoas e entre grupos. Tornei-o modo de vida, retificador de enganos.

Pude, assim, formar aliança política com Antônio Carlos Magalhães, concordando e divergindo: concordando com liberdade de opinar e agir e divergindo com o comedimento gerador de respeito comum. Tal estilo terá corrido, talvez, para que não aprofundássemos a intimidade, mas determinou, seguramente, que nos entendêssemos com deferência e cordialidade. Teremos ambos acertado e errado, sem excesso, contudo, de um para com o outro.

Adversários de um dia, encontramo-nos outro, caro Senador, em duas oportunidades, para jomadas democráticas, na tradição da política baiana. Se em 1986 não me coube o honroso encargo do governo, realizamos, juntamente com João Durval, uma campanha esclarecedora e decente. E a Bahia sabe que, mesmo na planície, não desertei do dever de servi-la. Em 1990, com o seu e o apoio de seus amigos, recebi consagradora votação para Senador. De mim, procurei, quanto pude, reduzir o ímpeto do adversário, para vê-lo governador, cuja vitória proporcionou ao Estado a ordem no trabalho e no desenvolvimento.

Aqui no Senado nos foi dado conjugar esforços, com sua louvável determinação como Presidente e com o prestígio da Casa, para aprovar o Projeto de Código Civil, do qual tive a honra de ser Relator-Geral.

Chegamos ao desaguadouro desta hora, Senador Antônio Carlos Magalhães, seguindo caminhos

diferentes, sem alteração, porém, da cordialidade, que também o espírito baiano nos aconselha a manter.

Travessia do século

A contenção de palavras e atos, acredito, é que me permite falar sem constrangimento, no instante em que me despeço do Senado. Faço-o rendendo homenagem aos colegas e confirmando idéias sustentadas. Hei de defendê-las onde quer que me encontre, com as variações requeridas pelo tempo histórico, e respeitando as convicções opostas.

No limiar de novo século, haveremos todos de enfrentar, nas mesmas ou em tribunas diversas, problemas de uma civilização em mudança. Ninguém poderá antecipar soluções lineares e definitivas. As transformações que estão ocorrendo, sob o impulso da ciência, da tecnologia e dos movimentos culturais e de massa, são demasiado complexas para aprovação por grupos e teorias. A ciência e a tecnologia criam processos e instrumentos, que generalizam formas de proceder. Os movimentos culturais e de massa superam preconceitos e universalizam direitos. Se a sociedade estima a generalização de conhecimentos e as medidas protetoras do homem, os povos organizados precisam preservar tradições e modos de vida, asseguradores de sua fisionomia histórica.

As mudanças desdobram-se, portanto, num processo polêmico, entre uniformidades e dessemelhanças. Cumpre considerar umas e outras, até para que, em nome do desenvolvimento, não se institua novo tipo de colonialismo. Buscar o equilíbrio na diferenciação é tarefa do ser humano e de cada povo, em grande parte do político, na atividade legislativa e executiva.

Globalização e desigualdades

Mais difícil se torna a tarefa de redução dos desequilíbrios porque a globalização não tem expandido apenas conhecimentos, mas revelado e mantido disparidades e injustiças, com o consentimento e a cumplicidade do neoliberalismo. Não obstante a triste realidade da maioria dos povos, insiste-se em desconhecer que "o mundo homogêneo e simétrico da teoria econômica não existe", como proclama objetivamente Emmanuel Todd, em livro de 1998. As desigualdades apuradas demonstram a heterogeneidade, e não a homogeneidade de situação econômica. Todas as estatísticas, inclusive as das Nações Unidas, mostram impressionante desproporção entre o elevado quadro econômico de alguns povos e o padrão de inferioridade da maioria. As condições de

vida variam da riqueza à pobreza, à miséria e à exclusão social, mantidos privilégios inadmissíveis.

Em seu número de novembro do ano findo, *Le Monde Diplomatique* publicou preciso estudo em que Ignacio Ramonet resume as desigualdades gerais. Assinala, para tristeza das consciências justas, que:

1º, as três pessoas mais ricas do mundo possuem fortuna superior à soma do produto bruto dos 48 países mais pobres, equivalentes à quarta parte da totalidade dos Estados do universo;

2º, em mais de 70 países, a renda por habitante é inferior à que se verificava há vinte anos. "Em escala planetária, cerca de 3 bilhões de pessoas – a metade da Humanidade – vivem com menos de 10 francos por dia";

3º, a abundância de bens atinge níveis sem precedente, mas o número dos que não têm teto, trabalho nem o suficiente para se alimentar aumenta sem cessar. Dos 4 bilhões de habitantes que contam os países em via de desenvolvimento, perto de um terço não tem acesso à água potável; um quinto das crianças não absorve suficientes calorias ou proteínas. E aproximadamente dois bilhões de indivíduos – um terço da Humanidade – sofrem de anemia".

Indagando se essa situação é "fatal", o autor responde que não, e esclarece:

"Segundo as Nações Unidas, para assegurar a toda a população do globo acesso às necessidades de base (nutrição, água potável, educação, saúde), seria bastante deduzir, das 225 maiores fortunas do mundo, menos de 4% da riqueza acumulada".

Para que a medida redutora das maiores fortunas possa ser tentada, a conclusão inteligente do estudo invocado arrima-se também no juízo de Amartya Sen, titular do prêmio Nobel de economia. A conclusão reconhece, contrariamente às teses neoliberais, que "é preciso conferir ao Estado, e não ao mercado, superior responsabilidade na promoção do bem-estar da sociedade".

Fortalecimento do Estado

Nesse reconhecimento da necessidade de fortalecer a ação do Estado, não há, evidentemente, abstração doutrinária, mas verificação da realidade, que divide os grupos humanos em privilegiados e

desamparados. Para corrigir essa realidade, impõe-se a presença firme do poder do Estado, disciplinado pela lei, porém com autoridade adequada a estabelecer a ordem justa possível. As forças do mercado lutam, preferentemente, pelo lucro. É imprescindível que o Estado, como instrumento de equilíbrio, garanta a paz social, relativa, decerto, mas fundada em restrições aos excessos do poder econômico privado. Não há tranquilidade geral onde o capital domina sem limites e o sofrimento se alastrá no desamparo, ou ao abrigo apenas da generosidade dos afortunados.

A indispensabilidade da posição preeminente do Estado é tão irrecusável que a sustentam hoje teóricos liberais, como Galbraith, e observadores do pensamento arguto de Alain Touraine. Aquele, em conferência na Universidade de Toronto, em 1997, acentuou a necessidade de uma economia de prosperidade, que "exige a intervenção pública forte e inteligente para temperar o ímpeto especulativo". O sociólogo francês, em artigo de dezembro último, proclamou, igualmente, "a necessidade de reforço da capacidade de intervenção do Estado", mesmo entendendo que "não se trata mais de escolher entre capitalismo e socialismo".

Acima de opções filosóficas, pois, reclama-se a interferência do Estado para, pelo menos, atenuar os desníveis sociais e econômicos. Não é a intervenção indiscriminada, mas delimitada. É a interferência institucionalizada, logo, regulada por normas permanentes, para que não se substituam providências racionais por decisões alheias ao interesse social e público. Se os que dirigem o Estado ou o poder político são também portadores de paixões e interesses, cumpre submetê-los a regras superiores a suas pretensões e fraquezas. Não há que confundir objetivos de agentes públicos com interesse coletivo. Se não é fácil, sempre, estabelecer a distinção devida, cabe à pluralidade das forças políticas exercer a vigilância, que inibe ou corrige confusões e abusos. A dificuldade de separar o joio do trigo é que não pode impedir a ação intervencionista apropriada. O fim superior do Estado repele o abstencionismo, que consagra injustiças.

Problemas do Brasil

No Brasil, com as disparidades regionais e sócio-econômicas, a falta de reais programas plurianuais, a desarticulação dos órgãos administrativos, impõe-se a segurança de intervenção planejada, que alcance as estruturas enfraquecidas, ou atingidas pela iniquidade das diferenças forçadas.

Provado está pela estagnação da economia, pelo aumento do desemprego, pela permanência das desigualdades regionais, pelo desequilíbrio entre as exportações e as importações, pela gravidade, enfim, da crise a que chegamos, que as práticas neoliberais não promoverão a prosperidade nacional.

É por isso que Alain Touraine, com a autoridade de pesquisador social e com insuspeição notória, ponderou que cabe ao nosso governo assumir posição de centro-esquerda, inspirado nas "categorias populares desfavorecidas". Deve fazê-lo, afirma, porque "não haverá desenvolvimento duradouro no Brasil sem uma luta prioritária contra a desigualdade e a exclusão sociais".

Essa atitude prudente, acrescente-se, convém aos próprios titulares do capital, para que se evite a maré montante do desespero coletivo, que não costuma dar aviso prévio para eclodir.

Questões internas, umas, e de índole universal, outras, estarão presentes, pois, à indagação da nova legislatura, e num quadro de crise, que perturba as soluções.

Avulta, consequintemente, a responsabilidade do Poder Legislativo, compelido a traçar fronteiras mais nítidas entre as suas e as atribuições dos outros órgãos constitucionais, notadamente o Executivo, para fortalecer-se na opinião do País. Tal só será possível no regime de uma Constituição estável, interpretada e aplicada com espírito construtivo.

Tarefa de reconstrução

Não se trata de imobilizar a Constituição, mas de conferir-lhe perspectiva histórica, coibindo alterações circunstanciais e contrárias ao sistema originalmente tecido. Não se trata de robustecer o Poder Legislativo em detrimento do Executivo e do Judiciário. O ideal é dar-lhe autoridade para que legisle melhor e sempre em benefício da sociedade, o que significa prestigiar todos os órgãos de poder político.

Assim vigorizada a estrutura do regime, será suficientemente forte e flexível: forte para servir de alicerce às grandes decisões e flexível para ajustar-se adequadamente à realidade, sem prejuízo da discussão impensoal e produtiva.

O Senado e a Câmara dos Deputados têm papel relevantíssimo nesse processo de redimensionamento do sistema político. Sendo um a imagem da Federação, na diversidade de suas regiões, e a outra o perfil do povo, na diferenciação dos segmentos sociais, hão de estar irmãos na fiel elaboração da lei, que é a disciplina de todas as instituições e de todos os cidadãos. Por isso mesmo as duas Ca-

sas, engrandecidas pela elevação de suas funções, representam âncoras do regime livre e justo.

Com a reforma política em perspectiva, o Congresso Nacional terá uma oportunidade singular para maior legitimação dos partidos e do sistema eleitoral, dando-lhes, e à representação eleita, o que lhes falta para integração com o destino do povo. É próprio, nomeadamente, estabelecer as condições legais seguras para conciliação dos interesses com a fidelidade às idéias.

Unidade de pensamento

Relevo os eminentes colegas que na despedida desta Casa misture o testemunho de apreço com a discussão de assuntos polêmicos. No intuito de resguardar a coerência de pensamento e de ser leal à Instituição que me acolheu com tanta benevolência, e a que sou intensamente agradecido – dos Senadores aos funcionários de todas as categorias e aos representantes dos meios de comunicação – não sei fazê-lo de outra forma.

Aos oitenta e três anos de idade, não reivindico postos, mas espero continuar um militante da democracia e da justiça social. No chão áspero da rua também há espaço para o combate gerador de esperança.

Não posso dizer, como em um verso de Augusto Frederico Schmitt, que "nada ficou em mim do tempo extinto". Guardo lembrança do tempo pretérito. Guardo-a na expectativa de colher no passado as lições válidas que ajudam a fixar a direção do futuro. A individualidade humana não é resultante de um tempo, antes de todos os tempos da vida, com as depurações impostas pelas mudanças sucessivas.

Admitidas as mudanças inevitáveis, conservase o patrimônio de toda a vida.

Gratidão à Bahia

Esse patrimônio é que forma a unidade da consciência, que me permite dizer à Bahia, na comção desta hora, que não há palavras para traduzir-lhe o reconhecimento pela honra de tê-la representado, por duas vezes, na Câmara alta do Congresso Nacional. Só o respeito permanente tentará exprimir a gratidão que lhe devo.

Srs. e Srs. Senadores, devo concluir. Sinto, porém, para minha alegria, que vários Colegas querem distinguir-me com seus apartes.

É o que ora faço. (Palmas.)

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Senador Josaphat Marinho, eu pediria primazia no aparte, porque me distinguiu citando meu nome.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Creio que o nobre Senador pelo Estado do Rio de Janeiro não se oporá a que o Líder do PFL fale em primeiro lugar.

Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Agradeço a deferência do eminentíssimo Senador e devo dizer a V. Ex^a, nobre Senador Josaphat Marinho, que aqui fala seu atento admirador e assíduo ouvinte para proclamar, com singeleza, o seguinte: em seu magnífico livro *Minha Mocidade*, Winston Churchill, traduzido por Carlos Lacerda, se refere à Câmara dos Comuns da Grã-Bretanha de maneira incisiva ao afirmar como era bom participar daquela instituição, e compartilhar da convivência com aqueles homens ilustres. Eu diria apenas como foi edificante fazer parte dos trabalhos desta Casa do Congresso Nacional, na qual tantos e tão relevantes serviços prestou o mestre Josaphat Marinho!

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Artur da Távola.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Senador Josaphat Marinho, cada um de nós é a própria formação. Somos o resultado daquilo que nos formou na infância e na juventude, e isso nos acompanha. Quero, em primeiro lugar, dizer ao nobre Senador que V. Ex^a é, para mim, o político que encarna em plenitude os valores da minha formação. E tudo que sempre imaginei realizar na vida pública sempre vi em V. Ex^a a existência plena. A cultura jurídica, a independência absoluta, o valor ético e uma consciência social. Tudo isso encapado pela essência do pensamento liberal, qual seja o que está na primeira parte do discurso de V. Ex^a, a certeza de que é no livre jogo das idéias que os povos se constróem. Faço aqui uma reflexão ao longo das palavras de V. Ex^a. De certa forma, Senador, não é V. Ex^a que deixa o Parlamento. Vejo na saída de V. Ex^a algo um pouco diferente. Parece-me ser que o direito está a deixar o Parlamento, que já foi a sua casa, esmagado pela economia, esmagado pelas questões administrativas ou pela luta pelo poder. Com efeito, na sociedade pós-moderna, o direito vai perdendo aquele caráter finalista que sempre determinou os atos políticos, porque não há direito sem uma finalidade filosófica a justificar-lhe, sem um conjunto de princípios e de finalidades que o justifique. E observo que o Direito deixa o Parlamento. Na saída de V. Ex^a, é o Direito – que melhor representado jamais esteve nesta Casa – que deixa o Parlamento. Ele

voltará, porque nada revoga o Direito; nem a insânia dos povos, nem os momentos em que ilusões outras ocupam as preocupações cotidianas, e V. Ex^a o acentuou no discurso. V. Ex^a, portanto, deixa esta Casa como algo que, em geral, não se defere aos Parlamentares: os estadistas sempre são as pessoas do Poder Executivo, e V. Ex^a é um estadista do Parlamento, pela obra legislativa, pelo valor das idéias e pela independência das mesmas. Quero dizer-lhe – sem transformar este aparte em outro discurso – que é com grande emoção que nos despedimos, mas saiba que as suas lições estão guardadas. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Artur da Távola, honra-me a sua declaração de que exprimo o pensamento de sua geração. Quando V. Ex^a assim declara, em verdade V. Ex^a me confunde, porque fui e pretendi ser aqui apenas um companheiro entre tantas figuras ilustres, no meio das quais V. Ex^a tem fulgurado pela singularidade do pensamento e da enunciação de suas idéias. Muito obrigado.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Josaphat Marinho?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Pois não, nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Josaphat Marinho, quero homenageá-lo aparteando de pé. E o faço porque durante esses longos anos de convívio – já se vão mais de 33 – jamais vi em seus lábios o sorriso rasteiro da bajulação. Jamais!. Seja quando era eu Deputado Federal e V. Ex^a Senador, depois advogados juntos, Conselheiros Federais da Ordem dos Advogados do Brasil, e agora aqui no Senado. E o faço de pé porque tenho a representação de seu suplente, que aqui esteve ao longo de quatro meses, o Senador Francisco Benjamim, meu colega Deputado Federal na Assembléia Constituinte, que, impossibilitado de registrar, pede que eu o faça. É claro que o mandato é legítimo, não sei se a representação será feita com o brilho que S. Ex^a o apartearia. V. Ex^a citou o poeta Augusto Frederico Schmidt. Quero lembrar aqui Guilherme de Almeida, que em determinada quadra da sua vida disse: "Eu sinto uma infinita saudade deste eu que não sou mais". V. Ex^a jamais sentirá essa saudade. Se tivesse de defini-lo, Senador Josaphat Marinho, diria que V. Ex^a é uma espécie de animal político confinado na jaula de sua intelectualidade moral. Posso dar esse atestado junto com o testemunho. E, ao fazê-lo, tão breve quanto os demais colegas, quero ressaltar uma pequena lembrança. Tão grande quanto V. Ex^a,

no brilho que lhe é peculiar, há alguém que, no anonimato de sua existência, tem sido tão grande também, que é D. Iraci, sua esposa que aqui se encontra e a quem homenageio. (Palmas.) Com isso, meu querido mestre Josaphat, não preciso lhe dizer da saudade que deixará neste Plenário. Mas como saudade não se mata, saudade se junta, vamos juntar as nossas saudades daqui a uns dias.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Sim, nobre Senador, vamos matar as saudades no propósito de bem servir ao País. Ele é que precisa continuar com a nossa assistência, com a nossa presença, onde quer que nos encontremos, ainda que uns em lugares diferentes dos outros.

Sabe com que emoção recebo o seu aparte, o meu velho companheiro de lutas duras na fase do regime militar, fundador, como eu, do MDB.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Josaphat Marinho, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Os colegas me desculpem se por ventura não respeitar a ordem. Ouço o Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Josaphat Marinho, o Congresso Nacional perde, e perde muito, com o ocaso de seu mandato. Ouvia o Senador Bernardo Cabral falar da resistência de um grupo no período revolucionário. Àquela época, eu era jornalista, mas já o admirava profundamente como Senador que era. E recordo-me de episódios fundamentais para a vida institucional deste País, como foi a votação da Constituição de 1967. Era um período ainda em que grandes juristas povoavam a paisagem da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pedro Aleixo, um dos luminares de então, foi o Presidente da Comissão Especial que examinou o projeto enviado pelo Presidente Castello Branco. E ele me dizia que poucos haviam contribuído tanto com a perfeição e com a beleza da Constituição que então se concebia quanto o Senador oposicionista Josaphat Marinho. Estas eram as palavras de Pedro Aleixo. E dizia-me mais, que a contribuição de V. Ex^a foi tanto maior e mais efetiva no Capítulo Dos Direitos e Garantias Individuais. Já àquela época, embora oposicionista ao regime, Josaphat não se furtou à colaboração; afinal a Constituição é um instrumento que baliza a vida de todos os brasileiros. V. Ex^a, àquela época, era uma referência jurídica neste País. Hoje, eu diria como Artur da Távola, ainda que com outra expressão: V. Ex^a é uma âncora aqui no Senado no mundo do Direito. V. Ex^a vai sair daqui, mas, com o seu discurso, já nos deixa uma significativa, uma densa contribuição no contur-

bado mundo econômico em que vivemos. Leva V. Ex^a do Senado Federal o meu apreço especial, a minha amizade, a minha admiração profunda que, seguramente, são também de todos os Senadores. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a não se resumiu a manifestar o seu pensamento; ainda invocou fatos do passado para situar a minha posição na fase de elaboração da Carta de 1967, e relembrando palavras que lhe foram ditas pelo saudoso Pedro Aleixo. Sou muito grato às suas palavras e à sua rememoração.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) – Nobre Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Nobre Senador Líder do PMDB, irei altermando entre as Bancadas de um e outro lado, para que assim seja tanto quanto possível equânime.

Concedo o aparte ao Senador Jader Barbalho.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) Senador Josaphat Marinho, há pouco, V. Ex^a recordou que foi um dos fundadores do MDB. Quero deixar registrado nos Anais do Senado que eu tive o privilégio de ser seu cabo eleitoral, como Deputado Estadual, na Primeira Convenção Nacional do PMDB, da qual tive oportunidade de participar, e de votar na chapa que V. Ex^a encabeçava. Não direi "lamentavelmente", porque, se o dissesse, estaria cometendo uma injustiça. Não vencemos a Convenção. Não direi "lamentavelmente, não vencemos", porque acabou sendo Presidente do MDB Ulysses Guimarães, a quem tanto o nosso Partido e o Brasil devem. Foi um privilégio muito grande para mim, que fui seu cabo eleitoral, ter tido a oportunidade de ser colega de V. Ex^a no Senado Federal. Não gosto de despedidas, Senador Josaphat Marinho, mas quero dizer com toda sinceridade, pois não sou adepto de elogios gratuitos, que compareço a esta sessão com o sentimento de que o Senador Josaphat Marinho merece as homenagens do Senado Federal, do Poder Legislativo, da classe política e da sociedade brasileira. Meus cumprimentos. A tendência na vida pública é a acomodação, é a de que o homem público se transforme em um conservador. Com V. Ex^a, foi o contrário. Parece-me que com o passar dos anos V. Ex^a foi apurando sua conduta de tal forma que consegue produzir o último discurso com o equilíbrio que sempre pautou sua intervenção na tribuna, chamando a atenção de todos nós, dos homens públicos deste País, e da sociedade brasileira para o quadro social existente. Senador Josaphat Marinho, meus cumprimen-

mentos. É sempre festa a chegada ao poder, mas tenho certeza de que mais importante que a festa do momento em que se chega ao cargo público é a festa do momento em que se deixa o cargo público com o reconhecimento dos seus Pares, porque esse reconhecimento não é gratuito. V. Ex^a poderá deixar a tribuna do Senado com a certeza de que seus Pares expressam o sentimento da sociedade brasileira quando afirmam que V. Ex^a foi um grande Parlamentar e que tem sido um grande homem público. Meus parabéns pela carreira.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Obrigado, nobre Senador Jader Barbalho. E, se lhe agradeço a bondade das palavras afetuosa, estimo ter ouvido que mereci a honra do seu voto para ser Presidente do MDB e sobretudo estimo ouvir de V. Ex^a que já naquele momento não disputávamos por hostilidade a Ulysses Guimarães. Procurávamos, dentro do espírito que determinou a criação do Partido, fazer a renovação dos seus dirigentes, porque isso é próprio do regime democrático.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Nobre Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Dou a palavra ao nobre Senador Iris Rezende.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Josaphat Marinho, pela honra que nos confere concedendo-nos este aparte após um pronunciamento que considero histórico. O pronunciamento proferido nesta tarde quando V. Ex^a se despede do Senado, uma vez que está a findar seu mandato, representa um brinde ao Senado Federal, como reconhecimento, eu sei, à admiração, ao carinho, ao respeito que a unanimidade da Casa lhe dispensa. Tenho acompanhado V. Ex^a sempre, desde que eu era estudante de Direito: acompanhava-lhe ora como jurista, ora como grande tribuno, ora como político que fez escola neste País. Não seria necessário dizer da profunda admiração que sempre nutri pela sua pessoa e pelo seu trabalho. Mas, ao chegar ao Senado, pude entender que V. Ex^a, com essa sua simplicidade e humildade, não permitiu que o País conhecesse a dimensão do que representa na vida pública deste País. Pude sentir isso quando presidi a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pelo seu conhecimentos e responsabilidade, ao estudar todas as questões que eram levadas à apreciação daquela Comissão, que V. Ex^a representava para aquele conjunto de Senadores um norte, uma segurança na apreciação de todas as questões que envolviam aspectos de constitucionalidade e juridicidade dos projetos apresentados. E aqui, a

presença praticamente maciça dos Senadores nesta tarde, ouvindo V. Ex^a, demonstra que também no Plenário V. Ex^a significou luzes para todos nós. Posso afirmar, sem medo de errar ou de estar exagerando, que o Senado, quando V. Ex^a daqui se ausentar, não será mais o mesmo. A lacuna será eterna pela ausência de V. Ex^a. Mas o Senado continuará grande, respeitado, porque um dia V. Ex^a integrou esta Casa. Quero, neste momento, manifestar – que me permitam os meus companheiros de representação de Bancada do Estado de Goiás – as homenagens do povo goiano a V. Ex^a e, ao mesmo tempo, dizer a V. Ex^a que, ao deixar esta tribuna, deverá fazê-lo com a sensação do dever cumprido. A sensação que levou o grande Apóstolo Paulo, no final de sua luta, a dizer que havia combatido o bom combate. V. Ex^a poderá voltar suas atenções à Pátria e dizer que combateu o grande combate. Não que tenha terminado a carreira, como disse o Apóstolo Paulo, porque V. Ex^a ainda prestará grandes serviços ao nosso País. Mas V. Ex^a poderá repetir, como Paulo, que guardou a fé. V. Ex^a nunca perdeu a fé neste País, mesmo diante das injustiças sociais, um dos itens de seu pronunciamento de advertência a todos nós, para que, a cada momento, a cada dia, busquemos no Estado a força suficiente para promover o equilíbrio social, diminuindo a ganância, a luta pelo lucro, em benefício de milhares e milhares de criaturas que, muitas vezes, não têm um teto ou um fiapo de esperança. V. Ex^a vai deixar esta Casa com o sentimento do dever cumprido, de que muito fez pelo País e de que ainda muito fará pelo nosso povo. Nossas homenagens, Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Iris Rezende, eu já o conhecia a distância pelas notícias a respeito do administrador. Nesta Casa, eu o conheci de perto, e ainda mais de perto quando V. Ex^a presidiu a Comissão de Constituição e Justiça. Ali pude apurar o seu espírito democrático, a forma com que procurava conciliar as nossas divergências, por vezes tão profundas, no plenário daquela Comissão.

Permita que lhe diga que não hei de ter dado o bom combate do Apóstolo, mas procurei dar o combate, que me pareceu do meu dever, a serviço do País.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Concedo o aparte ao nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Infelizmente, chegou o dia. Já estávamos na expectativa

de que este dia chegaria, e V. Ex^a faria o seu pronunciamento de despedida. Não nego que sinto uma profunda emoção em apartá-lo, preferiria que não fosse necessário fazê-lo. Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a não se dá conta do que V. Ex^a representa para o Brasil de hoje, para a nossa sociedade, para a nossa gente. Nesses 83 anos que V. Ex^a não aparenta ter, nessa sua biografia fantástica, V. Ex^a concorreu à Presidência do MDB. Eu também estava do lado de V. Ex^a, como Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, chefe do Partido. Vim aqui votar em V. Ex^a, e não em Ulysses, porque V. Ex^a, naquele época, representava o que entendíamos que o MDB deveria representar e que – justiça seja feita, V. Ex^a terá de reconhecer –, lá adiante, foram as bandeiras que o Dr. Ulysses agarrou e defendeu com grande bravura. Eleito Deputado no Rio Grande do Sul, na expectativa de ver meu Brasil crescer e desenvolver-se, aterrorizado pelos atos do arbítrio, eu vinha de lá na expectativa do pensamento e das idéias de V. Ex^a, que já eram conhecidas no meu Estado pela sua coerência, pelo brilhantismo das suas idéias e pela sua fidelidade. V. Ex^a passou por vários partidos, mudou para ficar fiel às suas idéias, porque, lamentavelmente, os partidos é que se alteram neste País, os partidos é que não têm coerência, não têm fidelidade, os partidos é que nada representam. Que figura fantástica esta! Estou a me lembrar, creio que o Senador Jader também, do discurso de V. Ex^a naquele jantar aqui em Brasília, na Churrascaria do Lago, em que V. Ex^a pregava suas idéias. Lá se vão tantos anos... As idéias são essas que V. Ex^a expôs aqui hoje. Seu sonho, sua proposta, seu pensamento, sua filosofia com relação à sociedade, ao Brasil, aos humildes, com relação à democracia... V. Ex^a não mudou. Evoluiu, pode ser, mas fiel ao seu pensamento. Conforme pôde salientar com grande inteligência, as alianças e os entendimentos, como aquele feito com Antonio Carlos Magalhães, demonstrou como podemos nos dar as mãos e caminhar juntos, ainda que pensando diferente, tendo um ideal maior, o ideal da nossa Pátria, da nossa gente e de nossos princípios. O pronunciamento de V. Ex^a foi mais uma aula, uma aula de despedida. Mas, Senador Josaphat Marinho, eu já disse desta tribuna e é importante repetir hoje: o Brasil vive um momento difícil na economia, na área social, mas, basicamente, vivemos um ano conturbado, porque vivemos um período sem referências. Olhamos para a Igreja, para os militares, para o Congresso, para a imprensa, para a universidade... Quais são as referências? Onde está o pensamento

de quem fala e prontamente tem suas palavras estampadas em um jornal? Onde está aquele com cujas idéias nos identificamos? Foi o que ocorreu com muita gente em relação a Milton Campos, a Juscelino Kubitschek. Identificamo-nos com o Dr. Ulysses, com o Brigadeiro Eduardo Gomes, até mesmo com Carlos Lacerda, de quem eu discordava. Mas somos obrigados a reconhecer que eram pessoas marcantes no Brasil. Senador, tenho duas referências: uma é V. Ex^a, nos seus 83 anos, e um jovem perto dos 102 anos de Barbosa Lima Sobrinho, a outra referência. São pessoas com as quais eu me identifico e que vivem aquelas suas idéias das quais não se afastam por vantagem, por favor ou por seja lá o que for. Barbosa Lima Sobrinho é uma pessoa fantástica. Até ontem, nos seus artigos de praticamente uma página no **Jornal do Brasil**, em que ele fazia um retrospecto do ontem e do hoje e uma perspectiva do amanhã, identificamo-nos com ele. E V. Ex^a, Senador Josaphat Marinho, muito mais do que imagina, é essa referência que pode ser constatada na TV Senado, uma grande realização deste Congresso pela qual as pessoas podem nos assistir, independentemente de aparecermos num ou noutro jornal por um segundo. E agora, com o que V. Ex^a está a fazer, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, teremos mais facilidades não apenas na TV a cabo. Dessa forma, muitos estão assistindo ao pronunciamento de V. Ex^a, Senador Josaphat Marinho, e estão vendo em seu pensamento essa referência: dignidade: nota 10! Caráter: nota 10! Coerência: nota 10! Jurista: nota 10! Preocupação com o social: nota 10! Preocupação com a nossa gente: nota 10! Senador Josaphat Marinho, estamos vivendo realmente um momento histórico! Senador Antonio Carlos Magalhães, em boa hora, V. Ex^a está publicando os pronunciamentos feitos nesta Casa, começando do passado, como só poderia ser. À exceção do meu aparte, eu faria um apelo a V. Ex^a para que, com um salto, fizesse agora uma publicação especial desse pronunciamento do Senador Josaphat Marinho, a fim de que tivesse a contemporaneidade necessária nesta hora que estamos a viver. Já fui muito amigo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e continuo sendo, mas não tenho aquela intimidade que tinha no passado. Se eu a tivesse hoje, ou se tivesse a amizade e o prestígio que o Senador Antonio Carlos Magalhães tem com o Presidente da República, V. Ex^a estaria convocado para, no dia 1º de fevereiro, estar numa assessoria especialíssima no Palácio do Planalto, para dar o assessoramento que ninguém pode dar. Eu faria isso. Penso que seria im-

portante que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tivesse alguém com essa visão, embora seja verdade que V. Ex^a muitas vezes esteja lembrando discursos dele de ontem. Se o talento de V. Ex^a – que para alegria nossa vai ficar em Brasília – não estiver junto do Presidente Fernando Henrique, se o Sr. Antonio Carlos Magalhães não se lembrar de V. Ex^a na coordenação de algo superior no Senado Federal, para mim seria uma honra se V. Ex^a, meia hora por dia, viesse dar uma aula no meu Gabinete para a série de Senadores que lá estariam para beber conhecimento. Senador Josaphat Marinho, estou profundamente emocionado. Sei que devemos aceitar os desígnios de Deus, porque Ele faz as coisas como deveriam ser feitas, e devemos respeitá-las e cumpri-las; mas este é um daqueles momentos em que me pergunto: elegeu-se tanta gente, inclusive eu; será que Deus foi justo em não fazer com que V. Ex^a permanecesse em nosso meio? Contudo, tenho certeza de que o seu exemplo, a sua personalidade, a sua grandeza haverão de servir de estímulo e de bandeira neste Senado. Srs. Senadores, assim como hoje olhamos para trás e lembramo-nos de Rui Barbosa, assim como hoje olhamos para trás e lembramo-nos de Joaquim Nabuco, logo adiante haveremos de olhar não para trás, mas logo adiante, e vamos lembrar de Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Pedro Simon, pela extensão da nossa estima, pela dimensão no tempo, V. Ex^a pode imaginar o quanto me tocam suas palavras. Não saberia traduzir perante V. Ex^a o meu sentimento de gratidão. Entretanto, quero dizer-lhe neste instante que ficarei enormemente satisfeito e plenamente engrandecido se puder manter a continuidade das relações, inclusive não lhe dando aulas, mas trocando idéias, para aprender com a sua experiência e a sua inteligência.

O Sr. Djalma Falcão (PMDB – AL) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Djalma Falcão (PMDB – AL) – Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a ouvirá agora o aparte do mais humilde dos seus companheiros, mas um dos mais entusiastas de seus admiradores. Somos contemporâneos, companheiros de Bancada do nosso libertário PMDB, no momento histórico e decisivo da vida nacional quando tivemos de enfrentar os primeiros momentos do Regime Militar de 1964. Há apenas 10 meses no exercício do mandato de Senador, tenho sido aqui um discípulo atento de tantas e tão fulgurantes inteligências que habitam esta Casa do

Congresso Nacional, mas um aluno sobretudo atento às palavras, às lições do mestre eminentíssimo do saber jurídico, da ética na política, da consciência social, do espírito público e do amor acendrado às melhores causas do Brasil e do povo brasileiro. A atuação fecunda de V. Ex^a na vida pública brasileira haverá, sem dúvida, de repercutir e de militar em favor das gloriosas tradições da velha Bahia, que certamente, na voz dos historiadores modernos, passará a ser reconhecida também como a terra de Rui Barbosa, de Castro Alves, de Antonio Carlos Magalhães e de Josaphat Marinho. Feliz é o homem – sobretudo o homem público, Senador Josaphat Marinho – que num discurso de despedida, como é o de V. Ex^a, pode cercar-se da admiração de todos. Neste aparte, que é principalmente para expressar minha grande consideração, permita-me também fazer minha melhor homenagem: V. Ex^a, que anuncia o encerramento de sua vida pública, sai dela cercado da estima, do respeito dos seus pares no Senado Federal e na sociedade brasileira. Agradeço-lhe a oportunidade desse aparte que me permite, de alguma forma, ter a honra de passar a fazer parte da sua biografia. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – V. Ex^a não há que me agradecer, nobre Senador. Eu é que lhe sou reconhecido pela bondade de suas palavras. Sem que tivéssemos tido oportunidade de grande aproximação, V. Ex.^a chega a esta Casa e acaba de me distinguir com expressões tão generosas. V. Ex.^a não se deve proclamar discípulo, por ser um homem público experiente, que aqui chegou para conferir as suas com as nossas idéias.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Senador Josaphat Marinho, Senador e Parlamentar de primeiro mandato, considero-me um privilegiado. Ao chegar aqui, intimidado com o peso dessa presença histórica que nos cerca, como se ouvisse a cada canto a palavra dos grandes vultos que povoaram o Senado Federal, procurei encontrar aqui um ancoradouro, um sinal, um farol. Confesso-lhe que transformei o privilégio de ter V. Ex^a nesta Casa neste farol, neste paradigma. V. Ex^a chega, do alto de seus oitenta e três anos, vestido nessa juventude invejável de corpo e de espírito, abençoados por uma lucidez impressionante. Depois de oito décadas de vida, V. Ex^a coloca sobre si mesmo, como as grandes marcas, as grandes homenagens, o grande galardão da

sua carreira, a sua própria vida. Seu momento mais luminoso não há de ter sido esse ou aquele particular, nem aquele instante inesquecível do seu relatório sobre o projeto do Código Civil, mas a conduta, a coerência, o exemplo de cada dia, a certeza íntima – que sei ter V. Ex^a –, considerada por seus pares um paradigma. V. Ex^a ingressa na história escolhendo o momento de fazê-lo, cercado do carinho de todos, da admiração do seu País, do reconhecimento dos seus pares, mas com consciência, com saúde, com firmeza. V. Ex^a tem a convicção, como disse o Senador Pedro Simon, de que, brevemente – assim como V. Ex^a citava Mangabeira no início do seu discurso –, alguém estará citando V. Ex^a em alguma despedida. Mas sabe V. Ex^a também que tem ainda uma grande contribuição a dar a seu País, que precisa muito dela, por muito tempo. Agradeço-lhe pelas lições de vida, pelo exemplo de Parlamentar, por aquelas palavras generosas com que, aqui e ali, V. Ex^a carinhosamente se dirigiu a mim em várias oportunidades. Um dia, quando da minha despedida desta Casa, essas palavras carinhosas serão um importante galardão que levarei da minha passagem pelo Senado Federal. Muito obrigado, Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Geraldo Melo, devolvo a bondade de suas expressões também com uma confissão. Quando V. Ex^a chegou ao Senado, comecei, como é natural, a observar os colegas que vinham cumprir seu mandato. Desde logo, observei o seu cuidado em não precipitar pronunciamento. V. Ex^a fez como o bom condutor, que sonda o terreno, observa e julga em torno tudo o que ocorre para só se pronunciar com segurança. Notei, desde a sua manifestação inicial nesta Casa, a sobriedade, a lógica do raciocínio, a correta concatenação das idéias, tudo revestido numa linguagem ponderada e sóbria, própria do debate parlamentar.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PA) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PA) – Senador Josaphat Marinho, sou mais um discípulo entre tantos que se confessam seus alunos e aprendizes, um discípulo que vive, a exemplo desta Casa, um momento muito especial e particular na sua história. Não quero repetir as referências feitas por aqueles que o apartearam, realçando, ressaltando e sublinhando aspectos de sua vida parlamentar, da

sua personalidade, do seu caráter, da sua inteligência, da sua formação. V. Ex^a é como aqueles mestres que conseguem, ao longo da vida, o dom da sabedoria e que não são eternos porque são presentes, mas pelos credos, pelos ensinamentos e pelo próprio espírito. Nesse instante, vivemos um momento particular, porque assistimos à conjugação de dois sentimentos: a saudade e a esperança. Seus ensinamentos conduzem o espírito humano, bonito, que V. Ex^a exibe a nos transmitir a certeza da esperança. Onde há esperança, não há saudade. Para ser fiel às minhas origens, à poesia popular da minha terra – repito:

"Essa palavra saudade
eu ouço desde criança
saudade de amor passado
não é saudade, é lembrança;
saudade só é saudade
quando se perde a esperança."

A dignidade de suas prédicas, de suas lições e a firmeza de seu caráter não consentem com o sentimento da saudade, mas com a eternidade da lembrança, como uma indicação de caminhos. Muito obrigado por tudo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Ronaldo Cunha Lima, ao lado das palavras de afeto, V. Ex^a ainda uma vez nos revela aqui as suas expressões de beleza literária. Não era possível, nem mesmo na limitação do aparte, faltar a manifestação do poeta. Eu lhe sou muito grato. A saudade só é saudade, se não provoca esperança.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Josaphat Marinho?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Pois não, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Josaphat Marinho, quero expressar também o quanto extraordinários foram seus exemplos, a maneira tão lúcida com que aqui nos brindou com conhecimentos e elucidações sobre o que realmente os Constituintes quiseram dizer. Seu profundo conhecimento das leis fez com que o Senado inúmeras vezes fosse alertado a respeito de decisões que estávamos por tomar; não fosse o alerta de V. Ex^a, muitas vezes teríamos incorrido em erro. E, nas ocasiões em que V. Ex^a apontou erros nas decisões do Senado, muito coerentemente, ganhando o respeito de todos, dizia que não poderia votar; que teria de se abster por não poder estar de acordo com o que outros colegas, às vezes até em maioria, estavam fa-

zendo. V. Ex^a aqui se debateu incansavelmente por seus ideais, inclusive expressos hoje. O pronunciamento que V. Ex^a fez nesta tarde teria fundamento e alcançaria extraordinária repercussão em qualquer dos parlamentos do mundo, porque V. Ex^a falou para o Planeta Terra. Ao citar que algumas pessoas entre as mais ricas detêm patrimônio superior ao de diversos países do Planeta, demonstrando também que, se houvesse uma razoável redistribuição da renda, poderíamos fazer com que todos os habitantes da Terra pudessem sobreviver com dignidade, V. Ex^a mostrou aquilo que é o ideal da sua vida; mostrou, sobretudo, a luz do encantamento da presença de V. Ex^a entre nós. Só uma pessoa que tanto acredita naquilo que faz, naquilo que coloca em suas palavras no cotidiano é que mantém esse espírito e, na sua idade, ainda parece um jovem que está batalhando, como os jovens brasileiros, pela democratização, pela ética, exigindo que o Brasil realmente caminhe na direção democrática, mas para a criação de uma Nação justa. Muito obrigado por ter sido essa extraordinária pessoa com a qual pudemos conviver. Esperamos receber, por muito tempo, a sua visita. E, quando fôssemos à sua terra, gostaríamos sempre de visitá-lo, para continuarmos aprendendo extraordinárias lições. Meus parabéns pelo seu extraordinário mandato.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Muito obrigado digo eu, Senador Eduardo Suplicy, pela cordialidade do seu convívio, pela utilidade da permuta de idéias. V. Ex^a, quer como Líder do PT, quer como Senador, foi um homem que revelou e tem revelado uma enorme capacidade de dialogar, de consentir e mudar idéias, desde que não afrontem os rumos do seu Partido. Tive muitas oportunidades de participar com V. Ex^a da mesma linha de pensamento. Em outros momentos, divergimos, num como outro caso, com a liberdade e a cordialidade de agora.

A Sr^a Júnia Marise (Bloco/PDT – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Neste momento, até para não parecer parcialidade, concedo a palavra à Senadora Júnia Marise.

A Sr^a Júnia Marise (Bloco/PDT – MG) – Senador Josaphat Marinho, ouvimos atentamente o pronunciamento de V. Ex^a; foi um momento de triunfo de toda a sua trajetória política, tal como a participação de V. Ex^a como Relator do novo Código Civil Brasileiro. Em todos os momentos da atuação de V. Ex^a, desde quando aqui chegamos, em 1991, aprendi a admirá-lo. Já o admirava pelas manifestações, pelas

expressões e pelos testemunhos que sempre foram formulados pelo nosso saudoso Presidente Tancredo Neves, mas aqui aprendi a admirá-lo pela capacidade demonstrada por V. Ex^a em todos estes anos, por sua inteligência e saber jurídico e, principalmente, pela coerência nas suas atitudes e nos votos que V. Ex^a proferiu nesta Casa. Certa vez, perguntei-lhe por que V. Ex^a não havia chegado ao Supremo Tribunal Federal, uma vez que esse convite lhe fora feito. V. Ex^a me deu a seguinte resposta: "Não pude aceitar, porque teria apenas oito meses para ficar no Supremo Tribunal Federal; por isso recusei o convite." Essa deve ter sido uma das inúmeras vezes em que V. Ex^a recusou convites, pois sempre pautou sua vida na ética e, principalmente, em suas convicções. Diria que, na verdade, V. Ex^a não passou apenas pelo Senado, mas foi um Senador que engrandeceu esta Casa, mostrando-se um dos grandes homens públicos de nosso tempo. Guardo de V. Ex^a todos os ensinamentos. Gostaria, para concluir este meu aparte, de citar uma frase que li aos 15 anos, naquele célebre livro que serve à juventude e à adolescência, de Antoine Saint Exupéry*. Trata-se de um livro que jovens, crianças e adultos se permitem voltar a ler de vez em quando. Antoine de Saint-Exupéry tem uma frase maravilhosa e tão romântica quanto a sua genialidade: "Tu te tomas eternamente responsável por aquilo que cativas". Jovem Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a está hoje colhendo o testemunho, não gratuito, mas espontâneo e sincero de todos os Senadores. Assumi o meu mandato ao mesmo tempo que V. Ex^a, que tão bem cumpriu suas atribuições políticas, e também estou deixando esta Casa agora. A Bahia, que tem Jorge Amado, Gal, Caetano e Gil, também tem Antonio Carlos Magalhães e tem V. Ex^a, que engrandece a Bahia e o Brasil. V. Ex^a deixa para nossa juventude o sábio exemplo de que não podemos perder a esperança, não podemos deixar de pensar na construção do futuro e devemos sempre continuar lutando, seja como pessoa pública ou cidadão, por um Brasil cada vez maior. Deixo, emocionada como V. Ex^a, o testemunho modesto e sincero de alguém que teve oportunidade de acompanhar V. Ex^a, de ter assento nessa Casa ao lado de um Senador que significou tanto o mandato conferido pelo povo baiano. Um grande abraço, Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senadora Júnia Marise, quem trabalha ou trabalhou ao lado de mulher com sua capacidade de pensar e agir guarda esperanças permanentes. Desde que V. Ex^a aqui chegou, tivemos caminhos comuns na generali-

dade das decisões. Estábamos sempre a pleitear em favor do mais justo, do mais correto, do mais democrático, com o respeito aos que de nós divergiam, mas sempre estivemos em linha comum – e talvez V. Ex^a haja sido sacrificada na eleição exatamente por isso. A sua luta, entretanto, fica. Fica como uma demonstração da sua capacidade de resistência, do seu poder de pensar e de opinar, sem atentar no dia de amanhã. Eu lhe sou imensamente grato pelas palavras que proferiu.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Senador Josaphat Marinho, o alfabeto, entre outras coisas mais importantes, coloca o Ceará e a Bahia muito próximos. A disposição das bancadas neste plenário, segundo a ordem alfabética dos Estados, deu-me o privilégio e a honra de ter assento vizinho a V. Ex^a. Com isso pude, ao longo desses 4 anos, absorver os ensinamentos e as idéias que V. Ex^a tem sobre a política, a economia, o funcionamento da sociedade e sobre as atividades parlamentares. Daí por que quero ser fiel a uma das suas orientações, quando V. Ex^a me disse: "Lúcio, todo aparte deve ser breve, porque, longo, passa a ser uma intromissão no discurso do outro". Assim, neste momento lembro essa orientação de V. Ex^a. Qualquer um de nós, de qualquer Partido, interpretaria fielmente o sentimento da totalidade dos Srs. Senadores. Se há divergências de natureza política, se há posições antagônicas em determinado momento, isso de nenhum modo obscurece o valor, o talento, a cordialidade e a sobriedade com que V. Ex^a se comporta em suas atividades parlamentares. A praxe do Parlamento brasileiro prevê geralmente dois discursos: o de estréia, quando o político chega, ungido pela escolha popular, cheio de idéias, propostas e entusiasmo, e o outro, quando deixa o parlamento. Creio que o mais difícil é o de despedida. A vida política é cheia de embates, emoções. Uma vida política longa e vitoriosa, como a de V. Ex^a, certamente experimenta muitas vicissitudes, momentos de glória, de insucesso. O risco é cair na tentação do ceticismo, do desalento, do ressentimento. Neste particular, seu discurso é uma peça. Invocando o passado – o passado é o que não passou –, as lições, os ensinamentos de V. Ex^a não passaram, permanecerão conosco. Sua presença permanece no Senado para balizar nossos trabalhos, orientar nossas ações, inspirar nosso desempenho parlamentar. V. Ex^a está se despedindo

do Senado, mas não abandonou a trincheira. No chão áspero das ruas a que se referiu, continuará o bom combate: o combate pela cidadania, pelo desenvolvimento social, pelo respeito à democracia e pelo fortalecimento das nossas instituições políticas. Neste momento, trago não apenas minha palavra, mas a da Bancada do Ceará, de justa homenagem a V. Ex^a, pelo conjunto da sua vida pública – não só pela segunda passagem pelo Senado. V. Ex^a é um exemplo a ser lembrado e seguido pela sua disposição permanente de defender o interesse público e o bem comum. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Lúcio Alcântara, nós nos aproximamos até pela proximidade das nossas cadeiras. Isso nos permitiu trocar idéias, conferir impressões. Pude ver, então, como o médico Lúcio Alcântara estuda, investiga e se manifesta como político com virtudes de um bacharel. Quem não o conhecer de perto ou não tiver notícias de seus antecedentes não o julgará médico no Senado. Tive, entretanto, o privilégio de conhecer os dois ângulos de sua personalidade: a do médico e a do político preocupado com o exame geral das questões e, inclusive, com a investigação das noções jurídicas, sempre essenciais à orientação de nossas decisões. Foi uma felicidade para mim essa proximidade, que me permite agora ouvir palavras tão generosas.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Senador Josaphat Marinho, permite V.Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Concedo o aparte ao Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Senador Josaphat Marinho, embora Senador pelo Pará, nasci, criei-me e formei-me no Estado de V. Ex^a. Ainda garoto, no tempo das lutas estudantis na Escola Politécnica da Universidade Federal do Pará, já ouvia falar de V.Ex^a. O conceito que tínhamos era o de um homem íntegro, de um homem sério, de um homem lutador, de um homem que aspirava por mudanças. Passado todo esse tempo, V. Ex^a é hoje a mesma pessoa. Conhecido aqui no Senado, conhecido no Congresso, conhecido em todo País como um homem competente, um homem lúcido, um homem inteligente, bem-intencionado. E continua lutador. Não vou me alongar nos elogios à capacidade de V. Ex^a, mas ressaltarei, dentre todas as qualidades de V. Ex^a, a que mais admiro: a sua juventude. V. Ex^a, com essa idade, parece mais jovem do que qualquer um de nós. Não sei se vejo em outros Senadores nesta Casa ou em nós mesmos, que ainda estamos numa fase intermediária dessa vida parla-

mentar, a juventude, a alegria, a felicidade e a energia no exercício de seu trabalho e sua atividade como nós encontramos em V. Ex^a. Nunca pensei, nos meus tempos de movimento estudantil, que um dia pudesse vir a ser Colega de V. Ex^a. Quero dizer que foi uma enorme honra para mim. Sinto, sinceramente, de coração, que V. Ex^a não permaneça conosco nesta Casa. Particularmente sentirei muito a falta da presença de V. Ex^a que foi sempre para nós um exemplo, uma fonte de consulta e de inspiração. Quando V. Ex^a manifesta sua opinião, nós a usamos para tentar convencer outros, devido à importância que ela tem. Sinto muito não tê-lo ao nosso lado nesta Casa. Contudo, tenho a esperança de que V. Ex^a continuará sempre jovem, sempre disposto, sempre lutador. E tenho fé no futuro deste nosso País quando encontro pessoas com sua energia, com sua capacidade e com sua disposição. Felicidades, Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Muito grato, Senador Ademir Andrade, às suas palavras e à sua manifestação de esperança quanto a minha juventude – que não sei se será tanta.

O que posso lhe dizer é que, inspirado na esperança de continuar útil à sociedade, li e guardei, no desejo de praticar o verso do poeta: "Pouco importa a idade; tem cada idade a sua juventude."

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Ouço o aparte do nobre Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Josaphat Marinho, acabamos de ver reconfirmação a impressão que já tínhamos, visto que o senhor é, sem dúvida, o Senador mais admirado e respeitado nesta legislatura. Lamento, apenas, que não tenha sido tão seguido quanto é admirado. Não quero chamá-lo de excelência em sua despedida da legislatura; quero chamá-lo de companheiro. Companheiro é uma palavra originária do italiano con pane, com pão. Companheiros são aqueles que, sentados numa mesma mesa, partilham o pão; o pão farto e doce dos bons momentos, e o pão parco, amargo e difícil dos momentos adversos. Eu o vejo talvez não como um mestre, mas como um companheiro que, durante esses 4 anos em que participei das discussões do Senado da República, sempre seguiu na direção que foi a minha. Sempre aplaudido, sempre respeitado, mas muito pouco escutado. O seu discurso de despedida da legislatura foi magnífico, um alerta profundo sobre as disparidades sociais e coroa todo o processo de advertência sobre o que

acontecia no nosso País e que é pronunciado exatamente no dia em que, Senador Josaphat Marinho, o mercado financeiro grita alto as razões do companheiro. Tenho em mãos uma nota de compra de dólar feita hoje, no Citybank, por Aluísio Fernandes Bonavides, meu companheiro de Partido. Duzentos dólares, para uma viagem aos Estados Unidos, lhe custaram R\$380,00, estando, portanto, o dólar ao nível de R\$1,90. A crise é grande, mas o companheiro Josaphat Marinho, exercitou a sua maior virtude que é exercer a análise crítica e profunda, que a sua estatura intelectual permite, sem a emoção da agressividade. Vejo no companheiro Senador um samurai, que exerce a espada, sem a emoção da agressividade, mas com a precisão mortal do golpe bem acertado. Espero que, ao lado dos elogios recebidos pelo Senador nesta sua despedida, surja o despertar da consciência do Senado da República, não apenas pelo brilho da sua exposição, pela profundidade dos seus conhecimentos, mas, fundamentalmente, pelo alerta que o Senador Josaphat Marinho vem trazendo ao Senado, ao Congresso Nacional e ao País sobre os descaminhos da política econômica brasileira e os desacertos na condução da política administrativa e social. Receba um abraço do companheiro Senador Roberto Requião, que quer, tanto quanto o Senador Pedro Simon, vê-lo atuando na política brasileira. Não levanto a utopia de acreditar que o Presidente da República o recrutaria nesse momento. Se Sua Exceléncia fosse capaz disso, o dólar não estaria a R\$1,90. Mas quero vê-lo nas universidades, nas platéias, nos sindicatos e nos partidos, transmitindo um pouco dos seus conhecimentos, do seu alerta e da sua experiência. Aproveito para convidá-lo, logo no início de março, para pronunciar uma palestra – tema livre –, transferência de experiências aos peemedebistas do Paraná. E o faço fundamentalmente por ser o Senador do PFL. O PFL esteve sempre acima das questões partidárias; fiel à Bahia, mas, acima de tudo, fiel ao Brasil e às suas convicções.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Agrada-me, Senador Roberto Requião, o tratamento de companheiro. Nós ambos, durante todo o mandato, em verdade, assim nos tratamos. E não será impróprio dizer que o espírito de companheiros é o que domina no convívio do Senado. Dentro das nossas divergências, das nossas dissensões, há sempre um sentimento de respeito, de cordialidade, de pudor que não nos leva nunca a perder o companheirismo que domina o convívio nesta Casa.

Não sei se estarei em condições de dar a contribuição que V. Ex^a assinala, mas lhe asseguro que

a disposição é de continuar pugnando, quanto puder, pelas mesmas idéias.

Desejo ouvir agora a nobre Senadora Marina Silva.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Josaphat Marinho, ouvindo o discurso de V. Ex^a de despedida desta Casa e os apartes feitos pelos Co- legas, ocorreu-me de tirar V. Ex^a do púlpito e colocá-lo no meio dessa juventude que o Senador Ademir Andrade acabou de mencionar.. Tenho um exemplo muito concreto de um admirador seu, assessor nô- sso da Liderança, que me dizia ser esta a juventude verdadeira: um homem que, com todas essas atri- buições, ainda se dá ao prazer de ir ao supermerca- do ajudar a fazer a sua própria feira. É muito intere- sante perceber que os homens que são grandiosos também se voltam para aquelas pequenas coisas que são fundamentais na nossa vida. Parabéns pela grandeza no grande; parabéns pela grandeza no pe- queno, porque não existe separação entre aqueles que privilegiaram uma relação ética com a vida. Quero dizer que, para mim, foi de grande aprendizagem a convivência com V. Ex^a, mesmo sendo apenas aqui do plenário e não tendo participado, como o meu querido Senador José Eduardo Dutra, Eduardo Suplicy e tantos outros, das conversas nos diferentes projetos que foram debatidos com V. Ex^a. Mas quero dizer uma frase exemplar de autoria do poeta Leo Buscaglia que tenho repetido muitas vezes e que me serviu de ensinamento: "Nós, seres humanos, so- mos todos anjos com uma só asa e só conseguimos voar quando estamos abraçados". V. Ex^a, nesta Casa, ao longo desses quatro anos que o tenho acompanhado, permitiu-nos o abraço a várias ban- deiras do Brasil, algumas até da Oposição, com sua cultura jurídica, sua coerência política e sua forma respeitosa de tratar a divergência mesmo ao ter que dizer "não". Falo sempre que uma pirâmide encanta pelo seu topo, mas o que a faz grandiosa é a base que a sustenta. Sua base ética sustenta o topo da- quilo que é V. Ex^a, que hoje brilha nessa tribuna. Sem essa base, no entanto, certamente, esse brilho seria diminuído. Por isso, hoje, todos eliminamos uma expressão que deve tê-lo perseguido com mui- ta chateação. Nunca vi nenhum Senador ir a con- fronto com V. Ex^a discordando ou dizendo determi- nados desafetos – como costumamos chamar no Norte ou no Nordeste. Todos o elogiaram. O Senador Pedro Simon, certa vez, falou algo interessante: "Todos concordam com Josaphat Marinho; o que atrapalha a vida dele é quando dizem 'mas'". Hoje, V. Ex^a não ouviu o bendito "mas". Todos disseram

o que V. Ex^a merece sem repetir aquela conjunção. Hoje, V. Ex^a conseguiu ser uma unanimidade, tirando de sua vida o famigerado "mas", que muitas vezes fazia com que todos concordassem com os seus brilhantes pareceres, mas dissessem: "mas, como isso não é possível", "mas, como isso não é realista", "mas, como o Brasil não suporta uma idéia como essa, vou votar contra o meu querido Josaphat Marinho". Hoje V. Ex.^a é um exemplo para o Brasil, um exemplo para a juventude, no grande e no pequeno. Muito obrigada.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, nobre Senadora. A unanimidade nessa hora é expressão de generosidade da Casa, generosidade que cresce na voz de V. Ex.^a. É a Senadora que aqui chegou e de logo pôde demonstrar à Casa a firmeza de suas convicções, a fidelidade às suas origens, o amor à sua gente, e manter no plano alto do Senado Federal a simplicidade de quem veio dos longes do Amazonas. V. Ex.^a tem sido um exemplo. Um exemplo de tenacidade, um exemplo de clareza de atitude. E ao mesmo tempo uma expressão de cordialidade no trato e na divergência, que é a boa forma do diálogo democrático.

Ouço o Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Josaphat Marinho, confesso-lhe com toda sinceridade: sinto neste instante uma certa alegria por poder inserir no pronunciamento de V. Ex.^a algumas palavras de minha parte. Sinto-me feliz em poder participar, meu mestre e de todos os Senadores, de um pronunciamento que será um norte para todos desta Casa – foi sempre e é para todos os Senadores e brasileiros. Confesso-lhe, com toda a sinceridade, que guardo com muita emoção os diversos apartes que recolhi ao longo de alguns pronunciamentos que fiz nesta Casa dos quais V. Ex^a participou, o que enobrece, sem dúvida alguma, o pronunciamento de qualquer dos demais Senadores. É com emoção que guardamos tudo isso. A maneira de V. Ex^a se conduzir, de tratar os colegas... Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a disse ainda nesta tarde que, deixando esta Casa, o Senado Federal, iria para o chão áspero da rua. Mas tenha a certeza que lá estará também, senão formalmente, o Parlamento, o Senado, o Congresso Nacional. Todos nós seremos mais enobrecidos e enaltecidos por onde V. Ex^a queira andar por este País, por este mundo. Nesse chão áspero, duro da rua, seremos mais engrandecidos com a ida, com o caminhar de V. Ex^a. Sentimos isso desde já. Por isso, ao participar de seu discurso com breves palavras, acredito que o faço em nome

de Santa Catarina – o Senador Geraldo Althoff* aqui está, mas não vejo a Senadora Sandra Guidi. Nós três Senadores por Santa Catarina, de partidos diferentes, representamos a unidade catarinense a homenageá-lo neste instante. V. Ex^a é unanimidade nacional.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Casildo Maldaner, eu não apenas acompanhei a atuação de V. Ex^a nesta Casa. Pela objetividade de suas intervenções, tive, muitas vezes, o cuidado de nelas interferir. V. Ex^a é um homem de partido capaz de reduzir suas paixões para tratar os assuntos à luz do interesse público, que é o fundamental para a característica da nossa representação política. Por isso mesmo lhe sou muito grato pelas expressões desta hora.

Ouço o Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Josaphat Marinho, é difícil para qualquer um de nós sintetizar em uma frase, uma palavra ou mesmo um aparte todo o pensamento que V. Ex^a trouxe para este Senado Federal durante a sua atuação extraordinária como Parlamentar de vanguarda e, com a sua contribuição, quis e conseguiu, em muitos pontos, mudar setores do Direito em nosso País, haja vista ter sido o grande Relator do Código Civil Brasileiro, no Senado Federal. Foi muito feliz o Senador Artur da Távola ao denominá-lo de "O Estadista do Legislativo". Nessa mesma trilha, poderíamos dizer que, pela defesa intransigente das atribuições do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, do fortalecimento de nossas prerrogativas, V. Ex^a poderia também ser denominado de "O Advogado do Legislativo", porque é por meio do Direito que nós conseguimos aplacar a sede de poder dos homens, do poder do dinheiro e do poder de dominação das classes menos favorecidas. No momento em que a Economia se sobrepõe em muitos pontos ao Direito e os economistas estão querendo sobrepujar os juristas, a presença de V. Ex^a no Senado Federal foi da maior importância para demonstrar, com a sua sabedoria, com os seus estudos, que o Direito está acima da Economia. O direito do cidadão de conquistar as prerrogativas de viver bem dentro de uma sociedade está acima da economia. Então, Senador Josaphat Marinho, eu queria felicitá-lo por tudo o que fez pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal. Como Relator também das medidas provisórias V. Ex^a mostrou, com a sua pena e a sua inteligência, que o Poder Legislativo pode encontrar o seu lugar, a sua autonomia, a sua soberania na democracia brasileira. V. Ex^a deixou muitas

lições para todos nós. Meus parabéns, muitas felicidades! Muito obrigado por tudo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Antonio Carlos Valadares, uma das alegrias constantes que experimentei nesta Casa foi a identidade das nossas idéias, apesar da diferenciação das legendas. Nós a superamos e seguimos caminhos quase sempre os mesmos, defendendo o processo de socialização capaz de reduzir as desigualdades e as injustiças sociais. Foi isso o que muito nos aproximou e me é grato.

Ouço o nobre Líder do PSDB, Senador Sergio Machado.

O Sr. Sergio Machado (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, meu querido Senador Josaphat Marinho, o político se aposenta quando deserta dos seus ideais, e o que temos observado é que V. Ex^a é um político jovem: continua sonhando, lutando e defendendo aquilo em que acredita, como o fazia durante o regime militar de 1964. Nunca teve medo, sempre teve como rumo e como caminho a defesa de um ideal. Nós, do PSDB, temos um orgulho muito grande de ter convivido com V. Ex^a durante esses anos. Muitas vezes discordamos, muitas vezes trilhamos caminhos diferentes, mas sempre lutamos pelo mesmo ideal: servir ao País e encontrar o caminho para abrigar na sociedade a maioria dos brasileiros que foram esquecidos. V. Ex^a deixará o Senado, mas continuará na luta desfraldando a bandeira que representa o ideal do povo brasileiro, o ideal de todos os democratas. Vamos continuar juntos lutando e sonhando. Tenho certeza de que haveremos de contribuir para construir o país de nossos sonhos. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Assim espero que aconteça, eminente Líder. Não importam as divergências circunstanciais. Divergir educadamente é forma de encontrar soluções adequadas. É o que temos praticado aqui. É o que espero que o Senado continuará a praticar, dentro do processo da divisão partidária mas da unidade de pensamento a serviço do País.

Concedo o aparte ao Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Josaphat Marinho, vou seguir os ensinamentos de V. Ex^a relativos ao aparte não tanto por convicção, mas por falta de idéias, mesmo porque um episódio que citaria, que, a meu ver, é emblemático do seu caráter e da sua retidão moral, já foi citado pela Senadora Júnia Marise. Posteriormente, pensei em elogiar sua juventude, o que foi feito pelo

Senador Ademir Andrade. Então, gostaria apenas de agradecer a V. Ex^a a convivência que tivemos nesses quatro anos tanto no plenário quanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde eu, leigo completo em matéria de Direito, tive a oportunidade ímpar de aprender muito com V. Ex^a. Hoje V. Ex^a está fazendo uma despedida formal, mas ainda não é a sua despedida real. Dependendo do resultado da votação que se processa na Câmara dos Deputados neste momento, relativa à contribuição dos aposentados, esse assunto será debatido aqui na semana que vem. Demonstrando minha aridez de idéias, quero pegar carona no aparte da Senadora Marina Silva e dizer que espero que a maioria dos Senadores não ressuscitem a famigerada conjunção "mas" e, na próxima semana, elogiem V. Ex^a mas discordem da sua conclusão e votem contra os ensinamentos de V. Ex^a. Muito obrigado pelo prazer e pela honra de ter convivido com V. Ex^a nesse período.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a está entre aqueles com quem tanto convivi na discussão dos assuntos nesta Casa. E em múltiplas ocasiões, independentemente da sigla partidária, estivemos juntos. É que nos identificavam as idéias, e as idéias não têm legenda. Precisamente, por isso, é que elas precisam ser afirmadas acima dessas divergências de índole partidária, que nem sempre representam diversificação de idéias. Por isso estivemos sempre juntos e juntos estaremos, dentro do pensamento que aqui desenvolvi, até o último dia em que exercer o mandato de Senador.

Ouço o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Josaphat Marinho. Depois de ouvir os Senadores Jader Barbalho, Pedro Simon e Edison Lobão, que fizeram retrospectivas da vida política de V. Ex^a que tanta utilidade tiveram para a vida nacional, e também os Senadores Bernardo Cabral e Artur da Távola, referindo-se à sua participação também na vida parlamentar, cujas estrofes, que em poesia relataram, a própria vida escreveu, eu pouco poderia, já no ocaso desta sessão memorável, fazer alguma referência. Lembro-me do carinho com que V. Ex^a sempre me tratou, desde a primeira hora em que a esta Casa cheguei. Dizia o Senador Geraldo Melo que, quando aqui chegou pela primeira vez, tremia ao ouvir as vozes daqueles que por aqui passaram e se referiu à inteligência de V. Ex^a. Também eu, que pela primeira vez assumi um cargo no Parlamento, depois de praticamente 40 anos no Serviço Público, posso dizer que, provavelmente, minhas

pernas eram menos firmes que as do Senador Geraldo Melo, bem como as da Senadora Marina Silva, a quem o Senador Pedro Simon se referiu. Na minha visão, comparando-me a um repentista, que guarda, de um lado do cérebro, uma ou duas frases a fim de formar a estrofe com que responderá ao seu desafiante, eu, quando debatia com V. Ex^a um projeto do qual eu era Relator, invocava a presença de Deus, a fim de que me desse mais um argumento que rebatesse, não juridicamente, aquilo que V. Ex^a colocava com tanta inteligência e conhecimento, mas politicamente, de forma que pudesse ganhar a proposição no voto. Ponce de Leon andou a vida toda atrás da fonte da juventude, e, ao olharmos V. Ex^a, descobrimos que a juventude está na inteligência, na dignidade, no tratamento humano que se dá às pessoas. V. Ex^a é um exemplo. Quando eu dizia "meu caro mestre", para refutar algum dos argumentos V. Ex^a, com essa simpatia, com esse sorriso que vem da alma, do coração, dizia-me ser um mestre que não era seguido. Espero ser perdoado por isso. Em meu coração, em minha alma, sempre o segui. Que Deus o proteja! Tenho certeza de que a presença de V. Ex^a será permanente neste Plenário.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Romeu Tuma, ninguém nesta Casa se caracteriza mais pela cordura de tratamento do que V. Ex^a. Eu poderia até dizer que V. Ex^a surpreendeu a Casa, diante das funções que exerceu antes de Senador, suscetíveis de gerar contradições e indiferenças. V. Ex^a saiu daquele campo do serviço público para a vida política, aqui chegou e imediatamente se deu a conviver bem com toda a Casa. V. Ex^a é, realmente, uma expressão de delicadeza no trato com as pessoas e os grupos políticos. Não é por outro motivo que, exercendo seu primeiro mandato, neste momento, já é Líder do Governo nesta Casa.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Ouço o Senador Arlindo Porto.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Senador Josaphat Marinho, a vida do homem público é marcada por momentos: momentos de alegria, de deceção, de emoção, momentos de tomar decisões. Este é, sem dúvida, mais um momento. Gostaria aqui de relembrar um momento importante na vida de V. Ex^a, quando, no período de exceção, ao ter de tomar uma decisão, houve por bem identificar a sua posição dizendo que "ao rei tudo, menos a dignidade". Essa dignidade V. Ex^a carrega consigo ao longo do tempo; tempo em que V. Ex^a nos deixou grandes

exemplos. Agora V. Ex^a deixa esta Casa, deixa exemplos e leva saudades. Deixa exemplos de firmeza, de determinação, de coragem, de cultura, de conhecimento jurídico, de independência e de coerência. Tive oportunidade de conviver com V. Ex^a por pouco tempo, pois me ausentei desta Casa durante dois anos, razão por que estivemos juntos por apenas dois anos. O que posso aqui registrar, meu caro colega Senador Josaphat Marinho, é que pude, ao longo desse tempo, colher exemplos de convivência e de comportamento. Espero poder cultivar esse aprendizado de dois anos ao longo da minha vida, que, espero, possa ser longa como a de V. Ex^a, mas principalmente que eu possa observar, a cada momento, o que deve ser feito para o bem do nosso povo. Precisamos aprimorar o processo democrático, precisamos respeitar as divergências, mas, principalmente, precisamos ter consciência da nossa responsabilidade. Por isso fico muito feliz em poder apartear V. Ex^a neste momento, cumprimentá-lo e parabenizá-lo, porque V. Ex^a vai, mas não dá as costas para o seu povo; V. Ex^a vai, mas está sempre ligado a seu povo, porque se comprometeu que estará sempre perambulando pelas ruas tortuosas deste País, mas, sem dúvida, na condição de um operário que quer continuar construindo uma Pátria e uma Nação mais justa. É esse exemplo que, espero, sirva não apenas para mim, mas para todos nós, seus colegas Senadores, e, principalmente, para o povo brasileiro. Seja feliz, Senador!

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – As palavras de V. Ex^a, Senador Arlindo Porto, têm o calor da bondade mineira. Permita-lhe declarar que V. Ex^a, se passou pouco tempo na Casa, após entrar no exercício do seu mandato, saiu para ser ministro e voltou engrandecido pela nobre atitude que tomou.

Nobre Senadora Marlúce Pinto, releve-me a demora em lhe conceder a palavra.

A Sr^a Marlúce Pinto (PMDB – RR) – Nobre Senador, é um prazer para todos nós estarmos aqui ouvindo V. Ex^a fazer um belíssimo discurso. Tenho a certeza de que ficaríamos aqui por toda a noite. As palavras dirigidas a V. Ex^a o foram com muita justiça. Faltou apenas uma palavra: serenidade. Fiquei durante essas horas todas ouvindo V. Ex^a e aqueles que o apartearam, e, em nenhum momento, mesmo sendo possível perceber a sua emoção, V. Ex^a perdeu a serenidade e a tranqüilidade. Tenho a certeza de que a juventude de V. Ex^a, tão propalada por nossos colegas, deve-se exatamente a essa maneira de ser, não se permitindo nunca ficar exaltado. É exatamente pela sua consciência tranqüila, por suas atitu-

des, que V. Ex^a tem permanecido sempre jovem. Muitos foram os momentos em que tivemos o orgulho de ter nesta Casa um colega com a capacidade intelectual de V. Ex^a. Mesmo não sendo jurista, senti-me orgulhosa quando, da tribuna desta Casa, pude assistir V. Ex^a relatando o projeto de reforma do Código Civil, valendo-se dessa memória cristalina que lhe é peculiar. Volto a dizer que poucos são os seres humanos privilegiados pela memória que V. Ex^a conserva até hoje, quando muitos, a considerar pela idade, já não querem participar. Como V. Ex^a falou, não importa a idade, mas as idéias, os planos. V. Ex^a é um ser humano que vê sempre a beleza, valoriza o menor, os carentes, os que realmente têm necessidade de pessoas para lhes defender. Muitas vezes, seus discípulos não o seguiram, como já foi dito por Colegas que me antecederam, não porque V. Ex^a não tivesse razão. Ao ouvi-lo, sempre vimos muita sinceridade e conhecimento nas suas palavras. Mas, muitas vezes, nobre colega, não podemos seguir o que nossos mestres nos ensinam. Tenha V. Ex^a uma certeza ao descer desta tribuna: jamais suas palavras foram em vão. Serviram de muito ensinamento para todos nós, como serviram para nossas reflexões. Quando não as seguirmos, não estaremos trilhando caminho certo. Fazímos reflexões. Às vezes, precisamos discordar até mesmo da nossa consciência, esperando que, à frente, possamos aplicar nossos ensinamentos no momento mais oportuno. Vivemos num Estado sacrificado e devemos seguir a opinião de muitos para que, nas ocasiões mais difíceis, possamos contar com esses muitos para defendermos, ao menos, as nossas necessidades, quando não as nossas idéias. Lamento que nunca tenhamos tido a idéia de inserir em nossa Constituição um dispositivo que permitisse a um pequeno número de Senadores, como V. Ex^a e outros que um dia também não serão reeleitos, a vitaliciedade. Em um país bem próximo do Brasil, a Venezuela, há Senadores vitalícios. Eles votaram essa medida para os ex-Presidentes de seu país. Quem sabe juristas como V. Ex^a, o Senador Bernardo Cabral, e o Presidente Antonio Carlos Magalhães pudessem elaborar um projeto de lei nesse sentido, ainda que fosse para contemplar um limitado número Senadores vitalícios. Esses Senadores vitalícios não seriam, necessariamente, aqueles que tivessem passado pela Presidência. Eu gostaria que, nesta hora, aqui no Brasil, tivéssemos o privilégio de tê-lo como Senador vitalício nesta Casa. Muito obrigada.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Nobre Senadora, são gratificantes as expressões que V. Ex^a acaba de proferir.

Não há que estranhar as nossas divergências, são naturais nesta Casa. Num Parlamento como este, o que é exatamente engrandecedor é que possamos divergir sem hostilidade. É o que temos praticado. O fato há pouco referido pelo nobre Senador Romeu Tuma, evidentemente, traduziu-se apenas numa passagem de conversa íntima. Jamais tive a pretensão de ser nesta Casa o mestre seguido. Aqui ninguém pode é mestre a ser incondicionalmente seguido. O próprio desta Casa é que cada qual emita seu juízo, sujeito ao contraste das opiniões.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Concede a palavra ao nobre Senador Pedro Piva.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Senador Josaphat Marinho, ouvi do meu lugar, na última fileira, na última banda, os elogios que foram proferidos a sua pessoa. Todos foram unâimes. Dizem que a unanimidade é burra, mas não no caso de V. Ex^a que é uma exceção. Já que V. Ex^a é cumpridor do Regimento, vou me ater também ao Regimento e farei pouco, apenas dois ou três minutos permitidos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Se for pelo Regimento, são dois minutos.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Então, falarei três minutos, falarei um minuto a mais porque para falar de um Parlamentar baiano, Presidente Antonio Carlos Magalhães, será preciso dobrar o tempo regimental. Senador Josaphat Marinho, abençoada é a terra Bahia. É a Bahia de Todos os Santos, com o seu sincretismo religioso, com todos os seus santos e orixás; com todos os seus políticos, com todos os seus Antonios Carlos, com todos os seus Josaphats Marinhos. A Bahia, berço do Brasil, descobriu esta terra imensa para os portugueses e nos doou plenamente, formando-se aqui inteligências maiores, principalmente naquela terra. A Bahia, Senador Josaphat Marinho, é referência de grandes vultos. Quando olhamos este plenário onde nos reunimos, devemos nos lembrar de Rui Barbosa, justamente sobre a cabeça de nosso Senador Antonio Carlos Magalhães, que é Senador vitalício pelo voto e que o será sempre, pois ganhará todas as eleições em seu Estado. Dessa forma, Senadora Marluce Pinto, não nos preocupemos com isso, pois o nosso Presidente do Senado será um Senador vitalício. Senador Josaphat Marinho, que honra, que prazer, um advogado, como eu, prestar uma homenagem ao mestre neste dia! Não sei quantos advogados existem nesta Casa. Mas vejo aqui, em relance, um dos mais brilhantes: Bernardo Cabral, Presidente da Ordem dos

Advogados do Brasil, lutador intransigente dos Direitos Humanos e Civis. Quanto a V. Ex^a, nunca o chamei de companheiro, como deveria; nunca o chamei de Senador, como deveria; sempre o chamei de professor. E é nesse título que faço a minha derradeira homenagem nesta Casa, mas só na condição de Senador, porque tenho certeza de que voltarei a esta tribuna para ainda elogiar os trabalhos que V. Ex^a perpetuará por muito tempo em sua vida privada. O seu aluno, Professor Josaphat Marinho, vai continuar um pouco mais tempo aqui. Certamente não serei vitalício, certamente voltarei às ruas com V. Ex^a, chamando-lhe de professor. Mas a Bahia, que deu tudo e que nos dá este momento de alegria e de orgulho de tê-lo se despedindo com essa categoria e a ética que norteou a sua vida, nos enche de alegria. E isso não é uma despedida, Senador; é um elogio, uma caminhada que V. Ex^a perpetuou por todo esse tempo. Desejo-lhe, Senador Josaphat Marinho, meu mestre, meu professor, que continue andando, que continue sonhando, que continue voando e encontre o seu Xangri-lá.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Nobre Senador Piva, não são surpreendentes as suas palavras. Logo que V. Ex^a entrou nesta Casa, o que revelou não foi nem o espírito do advogado nem o espírito do empresário. V. Ex^a não chegou para reivindicar, mas para distribuir atenções. E foi isso que deu imediatamente ao seu convívio o tom de cordialidade com que lhe agradeço, neste instante, as generosas expressões.

O Sr. Carlos Wilson (PSDB-PE) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Com a palavra o nobre Senador Carlos Wilson.

O Sr. Carlos Wilson (PSDB-PE) – Senador Josaphat Marinho, praticamente, tudo já foi dito pelos Senadores que me antecederam, mas eu não poderia deixar de destacar o privilégio de ter convivido nesta Casa, durante quatro anos, com V. Ex^a. Todas as vezes em que eu chegava ao plenário, aqui o encontrava como uma referência de tranqüilidade e de sabedoria. Hoje V. Ex^a se despede, mas o faz com a consciência tranqüila e, acima de tudo, com a certeza do dever cumprido, porque nunca vi, nesta ou na outra Casa, um Parlamentar ser homenageado com aconteceu com V. Ex^a hoje. É um privilégio para nós, Senadores, termos convivido e aprendido nesses quatro anos com V. Ex^a. Devo dizer, nesta hora, do orgulho de ter sido companheiro do Senador Josaphat Marinho como Senador da República.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Eu é que lhe agradeço o tratamento cordial, nobre Senador. V. Ex^a, repetidamente, quando ingressava neste plenário, por qualquer dos seus caminhos, à direita ou à esquerda, tinha a bondade de chegar a minha bancada para o cumprimento amigo. Eu lhe retribuo neste instante.

O Sr. Djalma Bessa (PFL-BA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Pois não, nobre Senador Djalma Bessa.

O Sr. Djalma Bessa (PFL-BA) – Emérito Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a iniciou o seu pronunciamento lembrando-nos dos idos de 1954 na Assembléia Legislativa da Bahia. V. Ex^a, no PFL, o Senador Antonio Carlos Magalhães, na UDN e eu, no PSD. Lembro-me de que a postura de V. Ex^a hoje, a sua lucidez, a sua eloquência não se diferenciam muito dos idos de 1954, portanto, há 45 anos. Não resisto à tentação de, ainda para falar da juventude de V. Ex^a, transmitir um diálogo que tive com um colega Senador, que me dizia desejar abandonar a política. Disse-me que não queria mais saber de política militante e acentuou-me que estava com um pouco mais de 60 anos e não se considerava nenhum Josaphat Marinho que, aos 85 anos, está com todo vigor, toda força e toda energia.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – V. Ex^a não aumente: são 83 anos.

O Sr. Djalma Bessa (PFL-BA) – Então, distinguo três características essenciais em V.Ex^a: a do professor, que fala com uma clareza muito grande, com muita fluência, claro e didático; a do advogado, que argumenta com muito brilho e com muita lógica faz as suas ponderações, as suas considerações, as suas premissas, concluindo com absoluta lógica; e a do político que vem-se destacando em vários mandatos legislativos. Não são características isoladas, elas se interligam e até são complementares. Basta analisar o pronunciamento que V. Ex^a fez hoje, para se constatar o professor pela lição que ministrou, pela visão que deu do mundo, pelas dificuldades que estão grassando e penalizando os carentes. V.Ex^a ainda fez várias ponderações, várias sugestões. Portanto, no seu discurso, encontraremos o professor, o advogado – pela defesa que fez de novos rumos, nova ordem e nova justiça – e o político que avançou bastante na área social. Não poderia V. Ex^a ter sido mais feliz no seu pronunciamento. Este é realmente um dos grandes momentos que vive o Senado Federal. Congratulo-me com o nobre Senador que ainda tem muita estrada e muito chão a percorrer.

rer, porque saúde não haverá de lhe faltar. Rogo ao Santo Padroeiro Senhor do Bonfim por V. Ex^a e por Dona Iraci.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Agradeço a bondade de V. Ex^a, nobre Senador Djalmá Bessa. Fomos companheiros de assembléia legislativa na legislatura baiana de 1955. Reencontramo-nos aqui e, para minha satisfação, num clima de perfeito entendimento e cordialidade. As diferenças de idéias não nos separaram, de maneira que posso recordar o dia de ontem, como V. Ex^a o fez, com a mesma alegria com que convivemos nesta Casa.

O Sr. Júlio Campos (PFL-MT) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Júlio Campos (PFL-MT) – Escreveu Guimarães Rosa que morremos para provar que vivemos. Mas um homem como Josaphat Marinho não precisa morrer para provar que viveu: basta contemplar o seu trabalho, a sua luta pela Bahia, pelo Nordeste, pelo Brasil, para comprovarmos que ele viveu, sim, a favor da Democracia, a favor do bem-estar do povo baiano e do povo brasileiro. Sinto-me pequeno ao apresentar um aparte em homenagem a este grande mestre, a este grande professor, Josaphat Marinho. As suas histórias maravilhosas: ainda há pouco tempo atrás, veio visitar o Senado o jovem Jânio Quadros Neto, com a intenção de conhecer Josaphat Marinho, que fora Presidente do Conselho Nacional de Petróleo no Governo Jânio Quadros. Eu, então, acompanhei o jovem até a sala do Professor Josaphat Marinho, a seu Gabinete localizado no fundo do Senado, onde mais uma vez tomamos uma lição de vida, uma lição de Democracia, uma lição de lealdade, ao saber da maneira correta com que o Professor e Senador conduziu seu trabalho no breve período que foi o Governo Jânio Quadros e da sua participação naquele Governo. Cada vez mais admirei o seu trabalho. A mesma maneira, o mesmo comportamento que o Senador Carlos Wilson sempre teve, de fazer questão de cumprimentá-lo no dia-a-dia de nossa convivência no Senado, eu também tive esse prazer e essa honra. Nós, do humilde Mato-Grosso, lá do Centro-Oeste, nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, não podíamos deixar, neste instante de despedida do grande mestre Josaphat Marinho, de trazer a V. Ex^a o abraço do povo da fronteira; o abraço do povo pantaneiro, do povo mato-grossense, do homem do Centro-Oeste, que reconhece no grande mestre, no grande Senador, uma das figuras mais ilustres que a

Bahia deu ao Brasil neste Século XX. Felicidades, e que Deus o abençoe na longa jornada que terá pela frente em favor da Bahia e do Brasil.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Grato a V. Ex^a, Senador Júlio Campos, mas esteja certo de que não há diferença de altitude entre nós. Estamos todos no mesmo plano. O que vale é exatamente a possibilidade do convívio em regime de igualdade com que nos tratamos, apesar das nossas diferenças, com o respeito comum.

Com a palavra o nobre Senador Sebastião Rocha.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT-AP) – Eminentemente Senador Josaphat Marinho, tive oportunidade de acompanhar grande parte do discurso de V. Ex^a de meu gabinete e dois sentimentos me tomaram. O sentimento de consternação com a fim do mandato de V. Ex^a, pois o Senado perde o seu conselheiro **hors concours**, e o sentimento de admiração. Fiquei maravilhado com o discurso brilhante do grande mestre que é V. Ex^a no Senado da República. V. Ex^a ganhou, ao longo de sua vida pessoal e pública, o respeito de toda a Nação e o reconhecimento de todo o povo brasileiro. Mencionarei uma outra característica de sua personalidade para acrescentar às tantas que já foram citadas. V. Ex^a merece o atributo de sábio, porque soube fazer florescer no terreno fértil da inteligência que Deus lhe deu a sabedoria e o conhecimento. E soube, mais do que isso, transformar esse conhecimento em benefícios para a sociedade e ser um exemplo de homem público e de cidadão para o País. Portanto, acrescento mais esse adjetivo – aliás, merecido e justo – para qualificar V. Ex^a. Vou dispensar-me de dizer que é um homem de conduta ilibada, um companheiro gentil, terno, que soube manter, durante sua vida pública, a independência do pensamento e da expressão, o que é fundamental num homem com a estatura política de V. Ex^a. Para concluir, quero apenas manifestar a esperança de que a luz que sempre emanou do espírito de V. Ex^a possa continuar iluminando o Senado da República e a nós, Senadores, para que possamos, inspirados sempre no seu exemplo, trabalhar por um Brasil melhor para todos os brasileiros. Obrigado e parabéns pela conduta e pela forma como decidiu encerrar sua carreira política.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a, chegando a esta Casa, revelou uma das características essenciais à vida parlamentar: Dedicou-se ao estudo dos problemas da sua especialidade. O político não absorveu o homem de pesquisa; hábil, apto a investigar as

questões de sua competência e trazê-las bem examinadas ao conhecimento da Casa. Caracterizou-se, portanto, como um Parlamentar eficiente. É o que quero assinalar nesta hora em que lhe agradeço as expressões, mas lhe pedindo que me permita dizer que em nenhum momento eu posso me considerar um sábio. Quanto mais vivo, quanto mais estudo, maior certeza tenho de que há muito a aprender. Ninguém se deve julgar plenamente ciente de todas as coisas e de todos os fatos da vida. A vida, ao contrário, ensina-nos que é preciso vivê-la sempre para corrigir os enganos e os desacertos.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL-TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR.. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA)– Ouço o nobre Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL-TO) – Nobre Senador Josaphat Marinho, mais uma vez, gostaria de agradecer-lhe a aula. Os discursos de V. Ex^a sempre permitiram-nos, de uma certa maneira, fazer uma previsão: sabíamos que o que V. Ex^a falasse seria o mais correto. Posso dizer-lhe isso hoje, porque assisti à integra do pronunciamento de V. Ex^a. Fui ao Tribunal de Contas da União cumprimentar o novo Ministro que hoje é empossado, o ex-Deputado Adylson Motta, e participei da reunião da Comissão de Orçamento, porque tinha certeza de que a sessão solene de hoje não terminaria antes do anoitecer. Portanto, eminente Senador, eu, que como muitos tive o privilégio de conviver com V. Ex^a, sinto-me honrado. V. Ex^a faz parte da galeria das figuras mais ilustres da Bahia; V. Ex^a se encontra no mesmo patamar de Rui Barbosa, de Antonio Carlos Magalhães e do grande Senador que aqui esteve – que V. Ex^a está lembrando o nome e me foge agora...

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Aloísio de Carvalho Filho.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL-TO) – Exatamente. V. Ex^a está na galeria dos homens mais ilustres, mais probos da Bahia. Para finalizar, eminent Senador, gostaria de dizer que sonho com um Parlamento com muitos "Josaphats Marinhos". Seria o ideal, mas tenho a certeza de que é pedir demais. V. Ex^a deixa uma saudade muito grande. Nesta despedida, V. Ex^a leva uma vantagem sobre esta Casa, porque sai daqui rico, rico de amizade, de respeito, de consideração e, sobretudo, de admiração; e deixa o Senado muito pobre. Quiçá possamos ter uma pessoa da estirpe de V. Ex^a no próximo século. Seja bem feliz, eminent Senador.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Grato a V. Ex^a, mas me permita ponderar que o Senado

continuará rico de figuras e de idéias. Eu é que me senti honrado em integrá-lo, em participar de suas atividades e em receber, neste momento, manifestação tão gratificante e de estima, como a que parte das palavras de V. Ex^a.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB-PB) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Josaphat Marinho?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Pois não, nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB-PB) – Ex^a, ontem recebi um bilhetinho do gabinete de V. Ex^a e fiquei muito triste, pois era exatamente o convite a fim de que hoje estivesse aqui presente porque V. Ex^a se despediria. Lembro-me que há quatro anos, quando cheguei a esta Casa, novato, via V. Ex^a como um ícone. E V. Ex^a tratava-me com toda a bondade, dando conselhos. Quando solicitava alguma informação ou conselho, V. Ex^a era extremamente humilde, como se fosse um igual. E ficava impressionado com isso. Estávamos desde cedo trancados em uma sala decidindo normas para a votação do orçamento que deve ocorrer amanhã. Quem conhece a distância sabe o quanto é longe e como é preciso estar lá. Mas não poderia deixar de comparecer a esta despedida para dizer que foi uma honra conviver com V. Ex^a e que sempre vou citá-lo não apenas como uma das grandes figuras da Bahia mas como uma das grandes figuras do Senado de todos os tempos. Foi uma honra, foi um mérito conviver com V. Ex^a. Lamento que não se estenda mais essa convivência que tínhamos não apenas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como aqui no plenário e em outros ambientes, mas que com toda certeza foi para mim de grande valia. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – A reciprocidade da estima V. Ex^a sabe que é perfeita. Convivemos cordialmente durante todo esse tempo, e às vezes, até não para censurá-lo, mas para suscitar controvérsia, eu o advertia sobre determinadas orientações. Fazia-o pela estima, que renovo neste instante.

O Sr. José Agripino (PFL-RN) – Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Com a palavra o nobre Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL-RN) – Senador Josaphat Marinho, quero dizer a V. Ex^a que o aparte que lhe dirijo, eu não o considero como uma observação, mas como um ato de responsabilidade, porque é o aparte ao discurso de despedida do Senador Josaphat Marinho, um cidadão e um político es-

pecial. Não porque apenas seja um homem sério, culto, equilibrado, inteligente. Ninguém aqui se esquece da relatoria proferida por V. Ex^a do Código Civil, quando, durante mais de duas horas, relatou sem nem ao menos consultar o papel, produto, evidentemente, de um homem competente, inteligente e equilibrado. Mas julgo ser um ato de responsabilidade, porque o que quero dizer é que tenho V. Ex^a na conta de um homem polido, agradável no trato, mas, acima de tudo, um homem polêmico. E todo homem polêmico tem opiniões que nem sempre são acatadas. Eu mesmo divergi de V. Ex^a em algumas oportunidades, até silenciosamente. Mas, se divergi, nunca perdi o respeito pela opinião de V. Ex^a. É esse o traço marcante que esta Casa guarda em relação a V. Ex^a. Podemos até ter divergido em alguns momentos, mas, em nenhum momento, perdemos o respeito pela sua opinião, por uma razão que reputo muito simples: V. Ex^a é um homem que não transaciona com suas convicções, em nenhum momento de sua vida. E vai viver muitos anos mais, é o meu desejo. E todo cidadão que não transaciona com suas convicções é ponto de referência. V. Ex^a, deixando o Senado, deixa uma lacuna: a perda de um ponto de referência. Seja muito feliz, querido amigo Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO(PFL-BA) – Obrigado, Senador José Agripino, pela alta expressão do seu juízo. Efetivamente, não posso compreender-me como um ponto de referência, mas me agrada ouvir de V. Ex^a que não transaciono com as idéias. Não o faço, inclusive, em respeito ao pensamento dos outros, aos quais não peço que abdiquem de suas convicções.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Com a palavra o Senador Bello Parga.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) – Ilustre Senador Josaphat Marinho, neste momento em que V. Ex^a faz as suas despedidas desta Casa, por meu intermédio, a voz do Maranhão se faz presente para dizer também o seu adeus. Não poderia faltar a este coro de reconhecimento e exaltação à exemplar carreira política de V. Ex^a, a este exemplar de Parlamentar de comportamento vertical, em que avultam o estudo, a ilustração, a assiduidade e a compreensão dos problemas nacionais. A voz do Maranhão não podia faltar neste momento em que V. Ex^a é reconhecido por todos como um Parlamentar que engrandeceu o Senado da República, e, assim sendo,

engrandeceu a cada um de nós, seus companheiros.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA.) – Grato a V. Ex^a por suas expressões, mas me permita assinalar que eu é que me engrandeci participando do Senado, inclusive no convívio de homens como V. Ex^a.

Permitam-me os colegas, cessada a oportunidade dos apartes, que peça desculpas ao nobre Líder Hugo Napoleão por não lhe ter dado, em seguida ao seu aparte, a palavra justa de agradecimento. Faço-o agora, renovando o agradecimento pela cordura com que aceitou as minhas divergências e, ao mesmo tempo, devo agradecer o alto pronunciamento que aqui fez, no Expediente, o nobre Senador Jefferson Peres, com uma expressão de bondade e de estima, muito do espírito amazonense.

Palavras finais

Srs e Srs. Senadores, devo concluir. Depois de tamanha expansão de estima dos prezados colegas, é evidente que não soube, nem sei agradecer-lhes por expressões devidas. Retribuo-lhes a generosidade com a certeza de que não esquecerei este momento culminante de bondade e de educação política. O que atinge a alma não tem limite temporal. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Josaphat Marinho, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Josaphat Marinho, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sr. Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a se despede do Senado à altura dos momentos de sua grande vida. O pronunciamento de V. Ex^a ficará na história desta Casa, daí por que o pleito, Senador Pedro Simon, já está atendido. A consagração ao Senador e ao homem público, V. Ex^a bem merecia. Sua vida inteira a serviço da Bahia, das letras jurídicas, do Parlamento e da causa democrática realmente fazia com que V. Ex^a merecesse tal consagração. Há mais de três horas, o Senado, atentamente, ouve V. Ex^a, que traz, com o brilho de sua inteligência e a sua capacidade oratória, e mais ainda a segurança dos seus conceitos, um dia memorável para a sua

vida, mas principalmente para a vida do Senado. Daí por que, mestre, V. Ex^a disse ainda há pouco, respondendo a um aparte – e falou mesmo como professor -, que entende perfeitamente as divergências, inclusive daqueles que não seguiam os seus pontos de vista. Muitos votaram conscientemente contra pontos de vista de V. Ex^a, mas todos tinham, porque têm, o dever de respeitá-lo.

Na vida, tenho dito que o homem público deve ser querido e respeitado, mas, se tiver que ser uma coisa só, que seja respeitado, e V. Ex^a tem o respeito da Bahia, do Senado e do País, pela sua coerência e pela sua competência.

De tudo ficou patente que V. Ex^a só cometeu uma inverdade, até porque quis ser consciente. Ficou patente que V. Ex^a tem uma idade falsa para mais do que a real. V. Ex^a não tem essa idade e todos sabemos, e ainda bem que não tem, porque muitos anos V. Ex^a ainda vai continuar ensinando a todos nós. (Palmas)

V. Ex^a contou um pouco da sua vida. Ela é muito maior do que a modéstia de V. Ex^a. Eu desejava que, como homem público, V. Ex^a realizasse a vontade de ascender ao Governo da Bahia. Desde 1962, desejava que isso acontecesse, e repetimos em 1986. E foi das poucas vezes que a Bahia arrependeu-se de não ter levado ao Governo um homem como V. Ex^a. Esse arrependimento provavelmente nos beneficiou a ambos na eleição de 1990, quando o povo nos consagrou.

Nesta Casa, a opinião de V. Ex^a sempre era abalizada, sóbria e brilhante. Como mais de um aparteante salientou, tudo poderia se resumir no trabalho notável que V. Ex^a realizou no Código Civil. O Brasil vai lhe dever isso, e já é um pecado da Câmara não tê-lo votado até agora. V. Ex^a, com toda clareza da sua inteligência, pontificou desta mesma tribuna por mais de duas horas e meia, sem sequer um papel para se lembrar dos artigos do Código que V. Ex^a relatava. Esse trabalho é um trabalho espetacular, notável, e tenho certeza de que, entre nós, só a figura de V. Ex^a seria capaz de realizá-lo.

Quero dizer que V. Ex^a continuará plantando na Bahia e aqui as suas idéias e dando sempre a sua colaboração. Enquanto eu aqui estiver neste cargo, V. Ex^a será uma figura indispensável ao Senado da República. Com ou sem mandato, a figura de V. Ex^a sempre estará presente nesta Casa, pessoalmente e principalmente pelo seu exemplo. Daí por que, tendo V. Ex^a como exemplo para as futuras legislaturas e para esta Casa, creio que cumpro uma determinação dos Srs. Senadores, que não me foi

passada, mas que sinto nos olhares de todos: V. Ex^a não pode terminar esta sessão sem tomar assento à Mesa, presidindo os trabalhos.

Peço que V. Ex^a assuma a Presidência. (Palmas.)

O Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – Srs e Srs. Senadores, há um projeto que deve ser submetido à apreciação.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1999 (nº 3.746/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências.

Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 39, DE 1999

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998, que "dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências".

Relator: Senador Bernardo Cabral

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998, de iniciativa do Executivo, que "dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências".

A proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, visa a instituir o Sistema de Ensino do Exército. Além disso, estabelece os Princípios e Objetivos do Sistema, sua Estrutura, seus Cursos e outras disposições que orientam seu funcionamento.

II – Análise

A proposta será, ainda, examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quanto a seus aspectos constitucionais e infracionais, e pela Comissão de Educação, quanto ao mérito.

No que cabe a esta Comissão apreciar, a iniciativa é de grande relevância, pois objetiva a modernização do Sistema de Ensino do Exército e, dessa forma, contribui para o aprimoramento da formação e do continuo aperfeiçoamento profissional do

militar daquela Força. Embora as escolas do Exército tenham sido sempre reconhecidas pelas suas altas qualidades, não temos dúvida de que essa modernização conduzirá, também, à melhoria do preparo do Exército, como força armada, com consequências marcantes para a Defesa Nacional.

Não obstante suas qualidades, a proposição apresenta ligeiros vícios quanto à técnica legislativa. Assim, que, nos incisos de seus arts. 5º e 6º, as explicações daqueles dispositivos vêm separadas, desnecessariamente, por travessões. São falhas que não interferem em seu mérito e que podem ser corrigidos por meio de mera emenda de redação.

III – Voto

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998, observada a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CRE

Dê-se aos arts. 5º e 6º do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998, a seguinte redação:

"Art.

I – graus de ensino, que versam sobre a escolaridade das diferentes atividades de ensino e sua correlação com os níveis funcionais militares;

II – linhas de ensino, que dispõem sobre as áreas de concentração dos estudos e das funções militares;

III – ciclos de ensino, que dispõem sobre o grupamento das atividades de ensino necessárias à progressão na carreira militar.

Art. 6º

I – Formação, que assegura a qualificação inicial, básica para ocupação de cargos e para o desemprego de funções de menor complexidade em cada segmento da carreira militar, e a prestação do serviço militar inicial e suas prorrogações;

II – Graduação, que qualifica em profissões de nível superior, com ou sem correspondentes civis, para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções militares;

III – Especialização, que qualifica para ocupação de cargos e para o desempenho de funções que exijam conhecimentos e práticas especializadas;

IV – Extensão, que amplia os conhecimentos e as técnicas adquiridos em cursos anteriores, necessários para a ocupação de

determinados cargos e para o desempenho de determinadas funções;

V – Aperfeiçoamento, que atualiza e amplia conhecimentos obtidos com a formação ou a graduação, necessários para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções de maior complexidade;

VI – Altos Estudos Militares, que qualifica para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções privativas do Quadro de Estado-maior da Ativa, bem como atualiza, amplia e estrutura conhecimentos em ciências militares, políticas e sociais;

VII – Preparação, que amplia, sedimenta e uniformiza conhecimentos, bem como qualifica para o ingresso em determinados cursos.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 1998. –

Romeu Tuma, Presidente – **Bernardo Cabral**, Relator – **Abdias Nascimento** – **Arthur da Távola** – **Joel de Hollanda** – **Hugo Napoleão** – **Arlindo Porto** – **Pedro Simon** – **Emilia Fernandes** – **Leomar Quintanilha** – **Lúdio Coelho**.

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – O parecer é favorável, com Emenda nº 1-CRE, de redação, que apresenta.

Sobre a mesa parecer do Senador Romeu Tuma, Relator designado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARCER Nº 40, DE 1999

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998 (nº 3.746, de 1997, na Casa de Origem), que "dispõe sobre o Ensino do Exército Brasileiro e dá outras providências".

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

De iniciativa do Poder Executivo, chega a esta Casa Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998 (nº 3.476/97, na Casa de origem), que "dispõe sobre o Ensino do Exército Brasileiro e dá outras providências".

Vazada em vinte e quatro artigos, a proposição objetiva o estabelecimento de diretrizes gerais para o ensino ministrado no âmbito do Exército Brasileiro e, com esse objetivo, inicialmente define as finalidades, princípios e objetivos desse característico siste-

ma de ensino, sua estrutura, as modalidades de cursos nele oferecidos e seus requisitos, disciplina os respectivos tipos de cursos e estágios, define os agentes de ensino que o integram e especifica as correspondentes fontes de recursos financeiros nele utilizáveis.

Finalizando, a iniciativa expressamente revoga as várias leis esparsas que hoje disciplinam a matéria, todas elas, segundo exposição de motivos da lavoura do Ministério do Exército, desatualizadas em face das novas diretrizes legais e administrativas ora vigentes no País.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi unanimemente aprovada pelas doutras Comissões de Educação, Cultura e Desporto, Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Redação, recebendo apenas duas pequenas emendas objetivando adaptar algumas de suas expressões à terminologia consagrada na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 1996.

Aberto o prazo regimental, não lhe foram oferecidas nesta Casa quaisquer emendas.

É o relatório.

II – Voto

A matéria, a teor do disposto no art. 24, inciso IX, da Lei Fundamental, está inserida, indiscutivelmente, na competência legislativa da União, nada havendo a objetar-lhe, pois, sob o prisma da constitucionalidade.

O projeto, ademais, não ostenta vício de injuridicidade, sendo certa, como precedentemente registrado, a sua estrita conformidade, após emendas oportunamente aprovadas, aos termos e ditames da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 1996.

Sob a ótica da regimentalidade, tampouco vislumbramos quaisquer impropriedades a apontar, por quanto, a par de seguir os ditames regimentais pertinentes, a iniciativa, vazada em termos tecnicamente adequados, opera oportuna e conveniente sistematização dos textos esparsos e já desatualizados da legislação que hoje regula o sistema de ensino do Exército Brasileiro.

Quanto ao exame de mérito, trata-se de incumbência a cargo da dourta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, a quem a matéria, para esse específico fim, sólido distribuída.

Diante do acima exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998 (nº 3.746, de 1997, na Casa de Origem)

Sala da Comissão, **Bernardo Cabral**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – O parecer é favorável.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, Relator designado na Comissão de Educação, para proferir parecer sobre a matéria.

PARECER Nº 41, DE 1999

De Plenário, em substituição à Comissão de Educação, sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998 (nº 3.746, de 1997, na Casa de origem), que "Dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro e dá outras providências".

Relator: Senador Gerson Camata

I – Relatório

Após ser aprovado pela Câmara dos Deputados e receber parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, encontra-se neste Plenário, para ser apreciado também em relação ao mérito, o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998.

A proposição em análise, de iniciativa do Poder Executivo, tem como objetivo regular o ensino no Exército brasileiro, estabelecendo, com seus vinte e quatro artigos, nove parágrafos e trinta e três incisos, os princípios, os objetivos e a estrutura do Sistema de Ensino do Exército Brasileiro, bem como as modalidades de cursos e outras normas sobre disciplina, estágios, agentes de ensino, competências, atribuições e fontes de recursos financeiros, que se constituem em diretrizes gerais essenciais para o seu funcionamento.

O último artigo do PLC nº 48/98 revoga as Leis nºs 5.701, de 9 de setembro de 1971; 6.265, de 19 de novembro de 1975; 7.438, de 20 de dezembro de 1985; 7.553, de 15 de dezembro de 1986; 7.576, de 23 de dezembro de 1986 e 8.040, de 5 de junho de 1990.

Esse conjunto de leis, como foi ressaltado na Exposição de Motivos do Senhor Ministro do Exército, encontra-se totalmente deslocado diante da realidade atual e das novas diretrizes legais e administrativas em vigor.

No prazo regimental para recebimento de emendas no Senado Federal, não houve manifestação dos Senhores Senadores.

II – Análise

O Exército Brasileiro é uma das instituições nacionais permanentes e regulares que integram as nossas Forças Armadas. De acordo com o art. 142 da Constituição Federal, deve ele organizar-se com base na hierarquia e na disciplina, com o objetivo de defesa da Pátria, de garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Para bem desempenhar suas funções, o Exército necessita de preparar seu quadro de pessoal de forma específica, que garanta a eficiência de sua estrutura organizacional. Daí, a tradição existente entre nós e em outras partes do mundo de dar tratamento especial ao ensino militar, disciplinando-o em lei própria. Essa tradição vem desde o século passado, quando, em 22 de fevereiro de 1839, o Poder Executivo aprovou, por meio do Decreto nº 29, o Regulamento da Escola Militar, contendo todo um programa de ensino voltado para a formação dos militares.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mais conhecida como Lei Darcy Ribeiro ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, manteve-se fiel a essa tradição, quando estabeleceu que:

Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Com esse diploma legal e com as alterações ocorridas na estrutura administrativa brasileira, inclusive das Forças Armadas, as leis que o projeto em análise pretende revogar, bem como o conjunto de decretos delas decorrentes, ficaram completamente defasados e carentes de imediata revisão.

Daí, a relevância desse projeto. Sua aprovação é, pois, imprescindível para a efetiva e necessária modernização do Sistema de Ensino do Exército e para dar condições de aprimoramento do processo de formação, de atualização e de aperfeiçoamento permanente dos profissionais que servem no Exército brasileiro.

Em suma, quanto ao mérito, esse projeto de lei merece nosso parecer favorável, tanto para garantir a tradição já reconhecida de qualidade de padrão internacional das escolas militares, quanto para fortalecer as condições de defesa nacional.

III – Voto

Dante do Relatório e da análise que apresentamos, concluímos opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 48, de 1998, com a redação já aprova-

da pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa e com as seguintes emendas de redação que visam a adequar a terminologia utilizada no Projeto com a utilizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Sala das Sessões,

**EMENDAS DE REDAÇÃO
OFERECIDAS PELO RELATOR**

Emenda nº 2 – Rel

Substitua-se, no inciso VII do art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998, a palavra "graduações" pela expressão "graus universitários", passando o referido inciso a ter a seguinte redação:

"Art. 3º

VII – titulações e graus universitários próprios ou equivalentes às de outros sistemas de ensino."

Sala das Sessões, de 1999. – **Gerson Camata.**

Emenda nº 3 – Rel

Substitua-se, no § 2º do art. 6º do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998, a palavra "capacitação" por "qualificação", passando o referido parágrafo a ter a seguinte redação:

"Art. 6º

§ 2º Os estágios constituem uma atividade didático-pedagógica complementar a determinadas modalidades de cursos, destinada a desenvolver a qualificação cultural ou profissional."

Sala das Sessões, de 1999. – **Gerson Camata.**

Emenda nº 4 – Rel

Substitua-se, no **caput** do art. 8º do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998, a expressão "O Ensino Supletivo" por "A Educação de Jovens e Adultos", passando o referido dispositivo a ter a seguinte redação:

"Art. 8º A Educação de Jovens e Adultos, também adicional às modalidades militares propriamente ditas, quando desenvolvidas pelo Exército brasileiro, visará à melhoria da escolaridade de seus recursos humanos, atenderá à legislação federal específica e será realizada mediante a colaboração de outros ministérios, dos governos es-

taduais e municipais, além de entidades privadas."

Sala das Sessões, de 1999. — **Gerson Camata.**

Emenda nº 5 — Rel

Substitua-se, no **caput** do art. 19 do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998, a expressão "Órgão Central" por "Órgão de Direção Central", passando o referido dispositivo a ter a seguinte redação:

"Art. 19. Ao órgão de direção central do Sistema de Ensino do Exército, a ser definido em ato do Poder Executivo, compete planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades de ensino e expedir os atos administrativos decorrentes."

Sala das Sessões, de 1999. — **Gerson Camata.**

Emenda nº 6 — Rel

Substitua-se, no parágrafo único do art. 19 do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998, a expressão "órgão central do sistema de ensino" por "órgão a que se refere o **caput** deste artigo", ficando o referido parágrafo com a seguinte redação:

"órgão a que se refere o **caput** deste artigo", ficando o referido parágrafo com a seguinte redação:

"Art. 19.

Parágrafo único. Ao chefe do órgão a que se refere o **caput** deste artigo cabe, por ato próprio ou delegado, conceder ou suprir titulações e graus universitários, observada a legislação pertinente."

Sala das Sessões, de 1999. — **Gerson Camata.**

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) — O parecer é favorável, com as Emendas nºs 2 a 6, de redação, que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que cópias dos referidos pareceres encontram-se à disposição dos Srs. Senadores em suas respectivas bancadas.

À proposição poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão, em conjunto, do Projeto e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação do Projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sras e Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 a 6, de redação.

As Sras e Srs. Senadores que as aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) — Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 42, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998 (nº 3.746, de 1997, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998 (nº 3.746, de 1997, na Casa de origem) que dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro e dá outras providências, consolidando as emendas de redação aprovadas em Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de janeiro de 1999. — **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente — **Ronaldo Cunha Lima**, Relator — **Carlos Patrocínio** — **Joel de Hollanda** — **Emilia Fernandes**.

ANEXO AO PARECER Nº 42, DE 1999

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998 (nº 3.746, de 1997, na Casa de origem), que dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Do Sistema de Ensino do Exército

Art. 1º É instituído o Sistema de Ensino do Exército, de características próprias, com a finalidade de qualificar recursos humanos para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções previstas, na paz e na guerra, em sua organização.

Parágrafo único. A qualificação é constituída pelos atos seqüentes de capacitação, com conhecimentos e práticas, e de habilitação, com certificação e diplomação específicas.

Art. 2º O Sistema de Ensino do Exército compreende as atividades de educação, de instrução e

de pesquisa, realizadas nos estabelecimentos de ensino, institutos de pesquisa e outras organizações militares com tais incumbências, e participa do desenvolvimento de atividades culturais.

§ 1º Integram também o Sistema de Ensino do Exército os cursos, estágios e outras atividades de interesse do Exército, realizados por seu efetivo em organizações estranhas à sua estrutura, militares ou civis, nacionais ou estrangeiras.

§ 2º O Exército brasileiro vale-se, ainda, de cursos, de estágios e de graduações, realizados fora do seu sistema de ensino, para a qualificação de seus quadros, segundo legislação pertinente.

CAPÍTULO II Dos Princípios e Objetivos

Art. 3º O Sistema de Ensino do Exército fundamenta-se, basicamente, nos seguintes princípios:

- I – integração à educação nacional;
- II – seleção pelo mérito;
- III – profissionalização continuada e progressiva;
- IV – avaliação integral, contínua e cumulativa;
- V – pluralismo pedagógico;
- VI – aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência;
- VII – titulações e graus universitários próprios ou equivalentes às de outros sistemas de ensino.

Art. 4º O Sistema de Ensino do Exército valoriza as seguintes atitudes e comportamentos nos concludentes de suas modalidades de ensino:

- I – integração permanente com a sociedade;
- II – preservação das tradições nacionais e militares;
- III – educação integral;
- IV – assimilação e prática dos deveres, dos valores e das virtudes militares;
- V – condicionamento diferenciado dos reflexos e atitudes funcionais;
- VI – atualização científica e tecnológica;
- VII – desenvolvimento do pensamento estruturado.

CAPÍTULO III Da Estrutura

Art. 5º O Sistema de Ensino do Exército realiza o ensino profissionalizante e o escolar, estruturando-se, basicamente, em:

I – graus de ensino, que versam sobre a escolaridade das diferentes atividades de ensino e sua correlação com os níveis funcionais militares.

II – linhas de ensino, que dispõem sobre as áreas de concentração dos estudos e das funções militares.

III – ciclos de ensino, que dispõem sobre o grupoamento das atividades de ensino necessárias à progressão na carreira militar.

CAPÍTULO IV Das Modalidades de Cursos

Art. 6º Para atender a sua finalidade, o Sistema de Ensino do Exército mantém as seguintes modalidades de cursos:

I – formação, que assegura a qualificação inicial, básica para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções de menor complexidade em cada segmento da carreira militar, e a prestação do serviço militar inicial e suas prorrogações;

II – graduação, que qualifica em profissões de nível superior, com ou sem correspondentes civis, para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções militares;

III – especialização, que qualifica para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções que exijam conhecimentos e práticas especializadas;

IV – extensão, que amplia os conhecimentos e as técnicas adquiridas em cursos anteriores, necessários para a ocupação de determinados cargos e para o desempenho de determinadas funções;

V – aperfeiçoamento, que atualiza e amplia conhecimentos obtidos com a formação ou a graduação, necessários para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções de maior complexidade;

VI – altos estudos militares, que qualifica para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções privativos do Quadro de Estado-Maior da Ativa, bem como atualiza, amplia e estrutura conhecimentos em ciências militares, políticas e sociais;

VII – preparação, que amplia, sedimenta e uniformiza conhecimentos, bem como qualifica para o ingresso em determinados cursos.

§ 1º A pós-graduação complementa a graduação e a formação universitária, por meio de cursos específicos ou considerados equivalentes, mediante a concessão, o suprimento ou o reconhecimento de títulos e graus acadêmicos.

§ 2º Os estágios constituem uma atividade didático-pedagógica complementar a determinadas modalidades de cursos, destinada a desenvolver a qualificação cultural ou profissional.

Art. 7º O Sistema de Ensino do Exército mantém, de forma adicional às modalidades militares propriamente ditas, o ensino preparatório e assisten-

cial de nível fundamental e médio, por intermédio dos colégios militares, na forma da legislação federal pertinente, ressalvadas suas peculiaridades.

§ 1º O ensino preparatório e assistencial de nível fundamental e médio a que se refere o **caput** poderá ser ministrado com a colaboração de outros ministérios, governos estaduais e municipais, além de entidades privadas.

§ 2º Os colégios militares mantêm regime disciplinar de natureza educativa, compatível com a sua atividade preparatória para a carreira militar.

Art. 8º A educação de jovens e adultos, também adicional às modalidades militares propriamente ditas, quando desenvolvida pelo Exército brasileiro, visará à melhoria da escolaridade de seus recursos humanos, atenderá à legislação federal específica e será realizada mediante a colaboração de outros ministérios, dos governos estaduais e municipais, além de entidades privadas.

CAPÍTULO V Dos Cursos, Estágios e Matrículas

Art. 9º Atendida a estrutura disposta nesta Lei, os cursos e os estágios serão instituídos e mantidos segundo os interesses e as necessidades do Exército brasileiro e de outras organizações.

Art. 10. Os diplomas e os certificados dos cursos e dos estágios serão expedidos pelo chefe do órgão de direção central do Sistema de Ensino do Exército, válida a delegação de competência.

Art. 11. O registro dos diplomas e dos certificados de conclusão dos cursos e dos estágios do Sistema de Ensino do Exército é feito no próprio estabelecimento de ensino que os ministra ou dirige.

Art. 12. Os cursos realizados em estabelecimentos de ensino militar por detentores de cargos de nível superior constituem, para efeito universitário, cursos de pós-graduação, desde que atendida a legislação pertinente.

Art. 13. Os cursos de formação de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras são de grau universitário, conferindo-se aos seus diplomados a graduação de Bacharel em Ciências Militares.

Art. 14. A matrícula em curso específico da carreira militar, quando consequente de concurso público, atenderá às peculiaridades dessa carreira e aos princípios dispostos nos incisos II e III do art. 3º desta Lei.

Art. 15. Os cursos e os estágios ministrados pelo Exército brasileiro, dependendo de sua natureza, poderão ser freqüentados por militares das nações amigas, das demais forças singulares, das forças auxiliares e por civis.

CAPÍTULO VI Dos Agentes de Ensino

Art. 16. A atividade-fim do Sistema de Ensino do Exército é conduzida pelos agentes diretos e indiretos de ensino, assim caracterizados conforme o desempenho funcional, quando nomeados para os cargos de professor, instrutor, monitor e outros pertinentes ao ensino.

Parágrafo único. As atividades regulares dos agentes de ensino são complementadas pela pesquisa e difusão das questões profissionais, culturais e científico-tecnológicas.

CAPÍTULO VII Das Competências e Atribuições

Art. 17. Ao Ministro de Estado do Exército compete:

- I – aprovar e conduzir a política de ensino;
- II – aprovar as estratégias de ensino;
- III – especificar e implementar a estrutura do Sistema de Ensino do Exército;
- IV – regular as linhas de ensino;
- V – designar o órgão gestor das linhas de ensino;
- VI – regular a matrícula nos cursos e nos estabelecimentos de ensino;
- VII – regular as atribuições dos agentes de ensino;
- VIII – regular as capacitações, as habilidades e as qualificações necessárias aos agentes de ensino;
- IX – firmar convênios com órgãos públicos e privados no interesse das atividades de ensino.

Art. 18. Ao Estado-Maior do Exército compete propor ao Ministro de Estado do Exército a política e as estratégias de ensino, expedir diretrizes e coordenar as ações necessárias à consecução de ambas.

Art. 19. Ao órgão de direção central do Sistema de Ensino do Exército, a ser definido em ato do Poder Executivo, compete planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades de ensino e expedir os atos administrativos decorrentes.

Parágrafo único. Ao chefe do órgão a que se refere o **caput** deste artigo cabe, por ato próprio ou delegado, conceder ou suprir titulações e graus universitários, observada a legislação pertinente.

CAPÍTULO VIII Das Disposições Finais

Art. 20. Os recursos financeiros para as atividades de ensino no Exército brasileiro são orçamentários e extra-orçamentários, sendo estes obtidos mediante contribuições, subvenções, empréstimos, indenizações e outros meios.

Art. 21. A instrução militar, que visa à prestação do serviço militar inicial e suas prorrogações, bem como à profissionalização de segmentos militares, também qualifica para o exercício da atividade militar permanente.

Art. 22. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e oitenta dias.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as Leis nºs 5.701, de 9 de setembro de 1971; 6.265, de 19 de novembro de 1975; 7.438, de 20 de dezembro de 1985; 7.553, de 15 de dezembro de 1986; 7.576, de 23 de dezembro de 1986; e 8.040, de 5 de junho de 1990.

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. BERNARDO CABRAL (AM-PFL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o gesto do eminentíssimo Senador Antonio Carlos Magalhães não pode ser traduzido como uma homenagem ao seu conterrâneo. S. Exª declarou que interpretava o pensamento do Plenário, e é verdade! O que se colhe desse gesto é que pela primeira vez na história do Senado isso acontece. E se V. Exª fez referência a vultos tão famosos, eles não mereceram essa lâurea, porque V. Exª, Senador Josaphat Marinho, assume a Presidência do Senado pela escolha unânime dos que aqui estão representados na figura do titular, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Isso é o que vale num homem público! Não é eventualmente o poder que ele consegue empalmar ou a riqueza de bens materiais que consegue guardar, mas o que realiza em função da coletividade. V. Exª assume hoje a presidência do Senado Federal num momento histórico e de uma forma como nenhum homem público conseguiu. Ainda que V. Exª não quisesse esse desejo, ainda que a Casa não tivesse se manifestado, V. Exª, nesta hora, é o Presidente de honra do Senado Federal. (Palmas.)

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – V. Exª tem a palavra, nobre Senador.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria apenas de aludir ao fato de que o projeto recém-votado não teve discussão no plenário somente porque V. Exª aqui não estava. Se V. Exª aqui estivesse, o projeto teria sido discutido. (Risos)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – Com a palavra o nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero felicitar o Senador Antonio Carlos Magalhães pela raridade de seu gesto, pela alta inspiração que o levou a fazer isso. Tem razão o nosso querido Senador Bernardo Cabral: se estávamos vivendo uma sessão inédita e histórica neste Senado, se estávamos vivendo um acontecimento emocionante na despedida de V. Exª, agora, sim, ele é absolutamente inédito. V. Exª está nos presidindo com honra, dignidade, competência, seriedade! Que bom! Que bom mesmo para nós, que já estávamos emocionados em levarmos permanentemente, na visão dos nossos olhares, a figura de V. Exª naquela tribuna. Agora não tenho dúvida de que nunca haveremos de nos esquecer da figura de V. Exª na Presidência do Senado, honrando e dignificando a Casa que tem a honra de tê-lo em seu meio. E isso ficará registrado na publicação que o Presidente fará. Muito obrigado, meu querido Professor. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – Assino e agradeço as expressões dos nobres Senadores Bernardo Cabral e Pedro Simon.

Meus caros Colegas, durante dois mandatos, ou seja, ao longo de 16 anos, é a primeira vez que ocupo esta cadeira. Não tendo pleiteado nunca integrar a Mesa, tive o cuidado de não pleitear também a Presidência, em nenhum momento, e até de não aceitar ocupá-la. Julgava que o direito era dos que compunham a Mesa.

Neste momento, porém, abriu-se uma exceção, pela alta deferência do Presidente Antonio Carlos Magalhães, para que, na minha despedida, presidissem por instantes, honrosamente, o Senado da República. E eu o faço com enorme satisfação, e com a mesma satisfação, solicito ao Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães que assuma a Presidência, porque somente S. Exª pode, neste instante, encerrar a sessão.

O Sr. Josaphat Marinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Os Srs. Senadores Odacir Soares, Ermandes Amorim e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidas.

O SR. ODACIR SOARES (PTB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores:

A ecologia impõe deveres que o Brasil não ignora e sabe muito bem o que significam. Pior seria que este vocábulo viesse a servir de máscara a reivindicações imperialistas, como instrumento da cobiça internacional".

Barbosa Lima Sobrinho

A advertência que nos faz o decano do jornalismo brasileiro, Barbosa Lima Sobrinho, serve de mote para dar continuidade aos meus discursos de 2 e 9 de dezembro, nos quais enfoquei a ocupação humana dos cerrados, a sua enorme potencialidade para a produção de grãos – notadamente a soja – carne bovina, frutas e a questão do chamado "terceiro setor" ou o papel das Organizações Não Governamentais-ONG's.

Especialistas em desenvolvimento regional defendem que a ocupação da Amazônia se deu contrariando a teoria do desenvolvimento via "vasos comunicantes". Uma área ou uma região cresce, se desenvolve, prospera às custas da influência que sofre de uma área ou de uma região que lhe é adjacente, que lhe é vizinha.

Os governos militares tentaram promover, ou melhor dizendo, promoveram a ocupação da Amazônia incentivando a migração de expressivos contingentes humanos para a região. A geopolítica divulgava os lemas "Integrar para não Entregar", "Terras sem homens para homens sem-terra" ou "Foi bom você ter vindo", para justificar a abertura de rodovias como a Transamazônica, a Manaus-Porto Velho, a Manaus-Caracarái e a perenização da Cuiabá-Porto Velho, que fora construída no Governo Juscelino Kubitschek, com o seu asfaltamento em 1982. Promover a ocupação dos vazios demográficos da imensidão do "Inferno Verde" e ocupar as áreas de fronteiras em forma nodular era um mandato da política então vigente.

Dessa forma, áreas do ecossistema dos cerrados foram puladas, foram poupadadas da ocupação

mais intensiva e imediata do final da década de 60 para os anos 70. A ocupação da Amazônia era o objetivo, era o mandato.

Assim, Sr. Presidente, instituições de pesquisa e experimentação agropecuária como a EMBRAPA/Cerrados tiveram um tempo maior para a geração de conhecimentos científicos, para a experimentação e validação de tecnologias adequadas que permitiram a utilização tecnificada e não predatória das áreas de cerrados. Um bom exemplo que não posso deixar de anotar é o da criação da "soja tropical", com maior adaptabilidade às regiões, maior produtividade (quilos/hectare) e maior teor de óleo.

Agricultores da região Sul (gaúchos e paraenses, predominantemente) começaram a povoar extensas áreas de regiões como as de Barreiras, no oeste da Bahia; a de Balsas, no sul do Maranhão, e Chapada dos Parecis, no corredor de Mato Grosso para Rondônia.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é certo que a ocupação e utilização dos cerrados já começara no sul de Goiás, ao longo da estrada que interliga Goiânia-Cuiabá. Núcleos de produção de grãos e de pecuária, como os assentados nas cidades de Jataí, Rio Verde e Itumbiara, são exemplos. Rio Verde desenvolveu-se, inicialmente, com a pecuária, seguida da cultura da soja (447 mil hectares), do milho (48 mil hectares), do algodão (101 mil hectares), arroz (11 mil hectares), na safra 1997/98. A verticalização da produção começou há algum tempo com a industrialização de produtos agropecuários.

A Perdigão Agroindustrial está construindo instalações para abater 280 mil aves e 3,5 mil suínos por dia, num total de 150 mil toneladas de carne processada, num ano. Outra empresa, a Gessy Lever, fabricante dos produtos Cica, à base de tomate, pretende promover a produção e industrialização de 75 mil toneladas anuais de derivados de 250 mil toneladas de tomate.

Estima-se, Sr. Presidente, que somente essas duas fábricas promoverão a criação de 17,5 mil empregos diretos e indiretos, nos próximos cinco anos, e que a população do município passe dos atuais 103 mil habitantes para 250 mil, no mesmo período. A cidade de Rio Verde já conta, graças à utilização dos cerrados, com um bom padrão de vida, com bom nível de educação primária, secundária, técnica e ensino superior.

Não é demais lembrar que os cerrados se constituem na maior fronteira agrícola do mundo, possuindo condições de tornar o Brasil um dos maiores fornecedores de grãos, de carnes, de fibras,

e de frutas do mundo. Atualmente o Brasil já se constitui numa ameaça aos países produtores predominantes no mercado produtor internacional, como os Estados Unidos, Canadá e Austrália.

A incorporação de 20 milhões de hectares aptos e disponíveis para a agricultura colocaria o Brasil como primeiro produtor de soja no mundo, superando os Estados Unidos. Poderíamos com maior utilização dos cerrados transformar o Brasil num inquestionável líder mundial na política de grãos (**grains policy**).

A utilização dos cerrados na produção de grãos, de carne bovina, de fruticultura, algodão e café já é uma realidade em três regiões diferenciados em termos de ecorregionalidade, de transporte (importação de insumos e escoamento da produção), de tempo da ocupação humana, mas assemelhadas, para não dizer idênticas, em termos dos recursos de solos. São os chapadões que formam as regiões dos cerrados. É assim na Região Oeste da Bahia, centrada no município de Barreiras; na Mesorregião Sul do Maranhão cujo epicentro é o município de Balsas e no Estado de Mato Grosso, destacando-se a Chapada dos Parecis, com os municípios de Rondonópolis, Sinop e Sapezal.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o crescimento econômico que se vem registrando na Região Oeste da Bahia, nas duas últimas décadas, decorre das potencialidades ali existentes, que favorecem o desenvolvimento de atividades produtivas, tornando-a mais dinâmica no Estado da Bahia. Barreiras dista de Salvador 870 quilômetros, vencidos pelo percurso da BR-242 até Feira de Santana e, depois, pela BR-324 que interliga Feira de Santana à Região Metropolitana de Salvador e aos portos de Aratu e Salvador.

Em diagnóstico realizado em agosto de 1998 pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária e pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A, na Região Oeste da Bahia, foram identificadas áreas implantadas com agricultura e pecuária num total de 1.554.850 hectares. As áreas de pastagens, com 900 mil hectares e a de produção de grãos com 650 mil hectares, expressam respectivamente, em termos percentuais, 57,9 e 41,8% num total de 99,7%. Residualmente desenvolve-se o plantio de cafezais irrigados superadensados, algodão e fruticultura (Anexo 1).

O resultado dessa atividade agropecuária se traduz em números anuais das safras de soja, milho e algodão, que, na última colheita somaram juntos 2,5 milhões de toneladas. Em uma área que abarca

sete municípios – Barreiras, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Correntina, Riachão das Neves, Baianópolis e Jaborandi – foram plantados, na safra passada, 556 mil hectares de soja, 750 mil hectares de milho, 32 mil de arroz, 8 mil de algodão e 25 mil de feijão. Estima-se que a área de cafezais, uma atividade recém introduzida, já alcance 5 mil hectares.

A pecuária de corte no ano de 1993 apresentava um efetivo bovino de 1.749.420 cabeças nas regiões econômicas do Oeste da Bahia. É uma atividade extensiva que vem se modernizando lentamente, mas que já aponta indícios de avanços como melhoramento genético do rebanho e semi-confinamento.

A produção de grãos, em particular a de soja, é a responsável pela instalação de unidades de compra e beneficiamento, vinculadas a grandes grupos econômicos, onde se destaca a CEVAL, que dispõe de uma capacidade de processamento de 450 mil toneladas/ano. A OLVEBRA, com uma capacidade de esmagamento de 270 mil toneladas/ano e, em instalação, a ICSA-Indústria Coelho S/A que deverá processar 300 mil toneladas/ano. Desenha-se, assim, uma semi-integração agricultura-indústria, que desembocará nos chamados Complexos Agroindustriais.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, uma segunda área de cerrados a se destacar na produção de grãos é a da Mesorregião Sul do Maranhão, com uma área total aproximada de 6.500.000 hectares. Começa no sudoeste do Piauí e Norte do Estado de Tocantins, compreendendo os municípios de Balsas, Riachão, Tasso Fragoso, Benedito Leite e mais outros nove municípios, incluídos os do extremo sul maranhense de Carolina, Estreito e Porto Franco.

A população está estimada em 250 mil habitantes, contagem da população feita pelo IBGE em 1996, merecendo destaque os municípios de Balsas e Porto Franco com uma população de 45.345 e 35.148 habitantes, respectivamente.

Balsas se constitui polo de convergência e polarizador do crescimento econômico da região, e apresenta uma localização geográfica estratégica para a implementação de subsistemas de tráfego rodoviário, ferroviário e aéreo. As distâncias relativamente aos municípios circunvizinhos alcançam um máximo de 290 quilômetros de Porto Franco, 179 quilômetros de Carolina e 70 quilômetros em relação a Riachão.

A disponibilidade de área com aptidão agrícola na Mesorregião Sul do Maranhão, para uso imediato, é de 1,8 milhões de hectares. O município de Balsas, por si só, engloba uma área de 420 mil hectares, comprometendo 33,7% da área do município. A área de

plantio de soja e milho no ano de 1996 alcançou 101.315 hectares. Em decorrência dos resultados alcançados, alimenta-se uma expectativa de plantio, para a safra 1996/97, de 195.300 hectares para as culturas de soja, arroz, milho, feijão, milheto, algodão e sorgo.

Somente no Município de Balsas, na safra de 96, colheram-se 198 mil toneladas de soja para uma área plantada de 89.127 hectares. Para o milho, com uma área plantada de 12.188 hectares obteve-se uma produção de 8.890 toneladas.

As estatísticas do IBGE/GCEA, em dezembro de 1997, indicavam para a safra 96/97, para o cultivo da soja, uma área de plantio de 129.090 hectares, obtendo-se uma produção de 267.801 toneladas, do que resulta uma produtividade média de 2.075 quilos/hectare. Já para a safra 97/98 a estimativa de área ascenderá para 149.810 hectares com uma produção de 299.620 toneladas de soja, o que equivale a uma produtividade de 2.000 quilos/hectare.

O crescimento da produção agrícola, comandado pela produção da soja, criou estímulos agroindustriais e industriais como suporte para a geração de uma nova fronteira do desenvolvimento. A região conta com 108 indústrias com atividade econômica diversificada, destacando-se o município de Balsas com 55 unidades industriais. Desse total, 14 indústrias de produtos alimentícios, 8 mecânicas, 4 metalurgias, 5 de minerais não metálicos e outras.

No elenco industrial atrelado aos negócios da soja e do milho, encontram-se instaladas empresas do porte da Ceval, Cargil, Buriti Brasil, Ofibra, que em conjunto apresentam uma capacidade de esmagamento de 196 mil toneladas de grãos.

O número de estabelecimentos comerciais anotados para a região alcança 1.511, estando concentrado em Balsas 690 unidades comerciais, sendo as empresas Alfa Máquinas, o revendedor da Massey Ferguson, Balsas Trator e o revendedor da Ford os maiores suportes à agricultura local.

Uma das vantagens comparativas para a produção agrícola na nova fronteira da Mesoregião Sul do Maranhão reside na malha rodoviária associada ao transporte ferroviário oportunizado pela CRVD-Companhia Vale do Rio Doce, com a ferrovia Carajás/Porto da Ponta da Madeira. O Porto da Ponta da Madeira é administrado pela CRVD e exportou, no período 1992/94, 247.890 toneladas de grãos de soja. Um restante de 45.490 toneladas foi comercializado no mercado interno da região Nordeste.

Uma das vantagens comparativas para a produção agrícola na nova fronteira da mesoregião Sul do Maranhão reside na malha rodoviária associada

ao transporte ferroviário oportunizado pela CRVD-Companhia Vale do Rio Doce, com a ferrovia Carajás/Porto da Ponta da Madeira. O Porto da Ponta da Madeira é administrado pela CRVD e exportou no período de 1992/94, 247.890 toneladas de grãos de soja. Uma restante de 45.490 toneladas foi comercializado no mercado interno da região Nordeste.

Para a exportação, Senhor Presidente, a soja percorre 380 quilômetros de rodovia pavimentada, de Balsas a Imperatriz; o transbordo caminhão-trem ocorre em terminal operado pela CRVD. A partir de Imperatriz, com vagões de 89 toneladas são utilizados 92 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul e 514 quilômetros da Estrada de Ferro Carajás. A descarga dos vagões, armazenagem em silo e embarque em navios pelo terminal privativo da CRVD. Os silos com capacidade estática de 22.500 toneladas, possui condições para operar 300 mil toneladas anuais.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, uma terceira região de Cerrados que vem alcançando expressivo desenvolvimento está localizado no Estado do Mato Grosso. Na região do Alto Taquari e Rondonópolis o cultivo da soja no Estado hoje estende-se a mais de 30 cidades e em vários pólos produtivos. Destaca-se principalmente a Chapada dos Parecis, área onde se planta perto de um milhão de hectares. Outra região importante é a do médio norte, que inclui os municípios de Mutum, Tapurá, Diamantino, Lucas do Rio Verde e Sorriso.

No leste do Estado, destacam-se Jaciara, Poxoréu, Campo Verde e Primavera do Leste. Contudo pretendo destacar a fabulosa potencialidade da Chapada dos Parecis, no noroeste de Mato Grosso, que é a maior área agricultável, contínua do mundo, centrada no município de Sapezal, um dos mais novos municípios de Mato Grosso. No caminhamento de Sapezal para Vilhena, no Estado de Rondônia, figura o potencial de produção de grãos nos cerrados da Chapada dos Parecis que adentra Rondônia, passando de Vilhena para Pimenta Bueno, desbordando nas vicinais da BR-364, para Colorado do Oeste, Cerejeiras e Corumbiara e para o noroeste para os municípios de Espigão do Oeste.

É preciso que se informe que o principal item na economia agrícola do Mato Grosso – a soja – quase dobrou a área de cultivo nos últimos dez anos. Passou de 1,3 milhões de hectares para 2,4 milhões de hectares. O aprimoramento técnico do cultivo da soja alcançou ganhos importantes em produtividade. A produção passou de 2,7 milhões de toneladas na safra 1987/88, para 6,9 milhões de toneladas na de 1997/98. Enquanto a área cultivada dobrava (rigorosamente au-

mentou de 1,8 vezes) a produção cresceu mais de suas vezes (precisamente 2,5 vezes).

Mas, Sr. Presidente, não é somente a produção de soja que está crescendo em Mato Grosso; o arroz é o segundo mais importante produto. Na última safra a cultura do arroz em Mato Grosso, mormente nas regiões de Sinop, Alta Floresta, Sapezal e Primavera do Leste, atingiu 774 mil toneladas, somente superada pela produção do Rio Grande do Sul. O Cultivo do algodão deverá ganhar muita importância na economia do Estado de Mato Grosso nos próximos anos, em decorrência da topografia plana e favorável à mecanização e aos avanços tecnológicos respaldados pela EMBRAPA, potencializados pela Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária do Mato Grosso, ou simplesmente Fundação MT.

Em abril de 1997, pronunciei um discurso referente à visita do Excelentíssimo Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, aos Estados de Roraima, Amazonas e Rondônia, em cumprimento às etapas do Programa "Brasil em Ação: Investimentos Básicos para o Desenvolvimento". no Estado do Amazonas, foi inaugurado o terminal portuário Privativo Misto de Itacoatiara, e em Porto Velho, Rondônia, foi inaugurado o Terminal Graneleiro.. Os dois terminais, de Itacoatiara e de Porto Velho, incluem infra-estrutura completa com acessos rodoviários, energia elétrica, tancagem e obras de acostagem.

A Hidrovia do Madeira, interliga os dois terminais, num percurso de 1.056 quilômetros. O empreendimento dos terminais é em maior parte privado, figurando o grupo MAGGI, maior produtor nacional de soja, com acionistas majoritário. Graças a melhoria da navegabilidade do Rio Madeira, a instalação dos Terminais Graneleiros, a recuperação da BR-364 (Cuiabá/Porto Velho) e a construção da Rodovia "Celeiro da Produção", BR-235, em Mato Grosso, no primeiro ano foram transportadas 350 mil toneladas de soja e no segundo ano, 1997/98, quase o dobro 600 mil toneladas.

A febril movimentação de capital, tecnologia, e somatório de esforços do setor público com o privado, resultou do fato de que o frete de uma tonelada desde o cerrado da Chapada dos Parecis até o Porto de Paranaguá, Paraná, (2.500 quilômetros), em direção ao Atlântico Norte, para os mercados internacionais (por exemplo, Rotterdam) atinge um nível de R\$ 110/tonelada, no "pico" da safra, com um patamar mínimo de R\$ 95/toneladas.

Este nível de custo inviabiliza a competitividade da produção da soja na parte oeste de Sapezal, Mato Grosso, apesar da excelente produtividade que

vem sendo lançada, de 3.000 quilo/hectare. Com o transporte intermodal, Chapada dos Parecis/Vilhena/Porto Velho (transporte rodoviário via BR-364) Hidrovia Madeira-Amazonas, na pior das hipóteses, o custo será rebaixado em US\$30/tonelada, ou seja, US\$ 1,80/saca de 60 quilos.

Todo o esforço dispendido por pioneiros gaúchos, que "...Com o Estado , sem o Estado ou apesar do Estado" já começaram a produzir na mais promissora fronteira agrícola do País, a Chapada dos Parecis, tem no pioneiro o primeiro Prefeito eleito de Sapezal, o novo rei da soja: André Maggi. Mas os produtores não estão sozinhos.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, uma contribuição que por certo haverá de ampliar a competitividade da produção de soja na Chapada dos Parecis, em Mato Grosso e Rondônia é a contribuição da EMBRAPA-CPAF-Rondônia com a divulgação de uma série de resultados de cultivares de soja recomendadas para os cerrados de Rondônia e vizinhanças. Os resultados da pesquisa estão divulgados na publicação Recomendações técnicas, nº 8 sob o título "Caracterização das Cultivares de Soja Recomendadas para Rousca das Luzes das cidades. Terceiro, com este cordão de utilização dos cerrados, saindo da Mesorregião sul do Maranhão, passando pelo leste paraense (região de Marabá), oeste da Bahia (Barreiras), noroeste de Mato Grosso e nordeste de Rondônia (Chapada dos Parecis), poder-se-á criar um horizonte de proteção para a floresta Amazônica.

Muito obrigado.

ANEXO 1

Estimativa das áreas implantadas com agricultura e pecuária no Oeste da Bahia.

CULTIVOS	ÁREAS	
	Hectares	Percentagem (%)
Pastagens	900.000,00	57,88
Grãos	650.000,00	41,80
Café e algodão	2.500,00	0,16
Fruticultura(*)	2.200,00	0,14
Especiarias	150,00	0,02
TOTAL	1.554.850,00	100,00

(*) Manga, goiaba, mamão, graviola, pinha, uva, citrus.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) – Sr.

Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna mais uma vez, para transmitir aos meus Colegas de Parlamento a minha preocupação pessoal e tenho certeza do Povo brasileiro, sobre os destinos da nossa política econômica.

Pois o nosso País ao entrar no terceiro milênio, estamos vivendo um paradoxo inaceitável e intolerável, o de ser um dos Países mais ricos do planeta e deter sobre o seu solo uma das populações das mais miseráveis da terra, sem emprego e sem ter o que comer.

Este paradoxo chocante, somente pode ser explicado pelos sucessivos fracassos dos planos econômicos e sociais praticados pelos economistas do Governo Federal e pelos modelos de política perversa e cruel imposta a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, nossos regimes políticos ao longo das últimas décadas foram instáveis e ilegítimos sem condições de credibilidade para prosperar um processo de desenvolvimento econômico.

É incalculável os bilhões de dólares na Suíça e outros lugares do mundo, de capital brasileiro expatriado e mais ainda a poupança externa que deixa de vir para o Brasil.

O mundo investiu maciçamente na América do Norte, na Alemanha destruída pela guerra, no Japão, mas isto não acontece no Brasil, não obstante sermos potencialmente um dos países mais ricos do mundo.

No terreno político, a esquerda com o seu discurso eivado de proselitismo político-ideológico.

Por outro lado, a direita, com o fisiologismo desenfreado e o casuismo para sustentação no poder, também não tem tido o desprendimento para o exercício da democracia social e para o rompimento com a política dos privilégios, com a corrupção e as desigualdades sociais e regionais.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o desastre das políticas econômicas tem sido a principal vertente da crise que assola o nosso país, atreladas ao ortodoxismo econômico, as nossas políticas de combate à inflação têm arrasado a nossa massa de patrícios assalariados, mantendo a recessão à custa do arrocho salarial, da insuportável taxa de juros e da elevada carga tributária, mal distribuída e injusta.

Ancorado na estabilidade imposta pela política monetária do real, pode até estar no caminho certo, mas é indiscutível que também está parado no seu processo de desenvolvimento.

A privatização das nossas empresas públicas, a concessão dos serviços públicos e o processo de globalização tem sido na opinião dos economistas do governo o principal caminho para a modernidade, caminhos estes na minha modesta opinião, não foram ainda suficientes para fazer a curto e médio prazo o nosso país crescer.

O desemprego é um processo viral e contagioso, pois o que se observa é uma epidemia de demissões em todos os níveis, o tão discutido "Custo Brasil" é inegável que está muito elevado, acrescido ainda da disparidade cambial, o que nos coloca em desvantagem competitiva no mercado internacional.

Na grande recessão americana em 1929, o economista Keynes, defendeu a tese vitoriosa de que a saída da crise passava necessariamente pelo investimento no setor produtivo, na geração de empregos, e em especial na agricultura, que dá um retorno a curto prazo.

Como negar que investimento no setor produtivo gera empregos, aumenta o consumo de bens e serviços e com isto a produção desencadeia o desenvolvimento.

O Presidente Juscelino Kubistchek, foi o presidente que mais investiu, proporcionalmente no desenvolvimento do País, sem contar inclusive com a construção de Brasília, que gerou milhares de empregos e um forte incremento na nossa economia, gerado pela construção civil, a maior geradora de empregos, hoje totalmente sucateada e agonizante, pois nada se investe em habitação e saneamento básico.

Investimentos que responderam com taxas de retorno superiores às taxas de juros, deu o país um salto gigantesco no seu desenvolvimento, a infra-estrutura viária e energética, o parque industrial brasileiro ainda remontam em sua base à decisão lúcida, corajosa e desenvolvimentista do grande Presidente Juscelino.

Se os economistas tivessem, por exemplo investido um pouco no setor ferroviário, infra-estrutura portuária do País, seriam bilhões de dólares a menos nos custos dos transportes, que provocariam a expansão das atividades produtivas, tanto nos setores industrial, agropecuário e de serviços, como dobrariam as nossas exportações, com reflexos profundos no equilíbrio das contas externas do País.

O nosso País precisa inegavelmente de profundas reformas, política, fiscal e tributária, combater a corrupção, descentralizar o poder, diminuir o Estado, e privilegiar o trabalho e o cidadão.

O País precisa ser cada vez mais democrático de fato e consistente nas suas formulações econômicas e economia de mercado; não adianta insistir em proselitismo de qualquer ordem, a curto prazo precisamos de um plano de emergência cujo pilar de sustentação deve ser o investimento produtivo e não a recessão que estamos vivendo.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ainda ontem, o eminentíssimo Senador Geraldo Meio chamava atenção para o grave momento político que estamos vivendo e para a responsabilidade do Senado da República em aprovar os textos integrais dos projetos e medidas provisórias oriundas do Executivo, sem os quais, em sua opinião, o país corre um risco sério de desestabilização da sua economia.

Entendo, também, que esta Casa não faltará, como nunca faltou, ao chamamento da Pátria, estando sempre sintonizada com a aspiração do nosso povo, procurando um caminho para diminuir o sofrimento da nossa gente, sem emprego, sem saúde e sem escolas.

Por um imperativo de justiça, quero deixar registrado neste pronunciamento que, a meu ver, o povo brasileiro, na sua forma ordeira e passiva de se portar, é o que tem mais sido penalizado com essa crise: arrocho salarial, cpmf-icms-ipi-pis-cofins e outras tantas taxas que lhes são impostas e da qual não se eximem.

O Congresso Nacional, por seu lado, tem aprovado tudo o que o Executivo manda para esta Casa, e prova disso é nossa pauta que está rigorosamente zerada.

As medidas que a área econômica reclama, até hoje, aqui não chegaram. Faço essa observação porque estão querendo debitar na conta dos parlamentares a responsabilidade de salvar as formulações matemáticas dos economistas do Governo.

Temos sido veladamente ameaçados, via imprensa, que, se não votarmos tudo conforme o Executivo quer, seremos nós, os parlamentares, responsáveis pelo fracasso do plano econômico.

O Congresso Nacional e o povo têm dado a sua parcela de sacrifício e de ajuda ao Governo na tentativa de encontrar um caminho para salvar o nosso País da catástrofe anunciada.

E quem nos garante que essas medidas apregoadas pela área econômica são suficientes e definitivas para conter a avalanche de sacrifícios que está sendo imposta ao nosso povo? E, finalizando, pergunto: quando terá fim essa pressão insuportável sobre os nossos lares e na sociedade como um todo?

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para registrar a minha consternação pela morte de Ataíde Borges, um amigo que foi dos mais belos exemplos de homem público que conheci na política do meu Estado. Ex-Deputado Estadual e por duas vezes Prefeito de Itumbiara, ele faleceu na madrugada da última sexta-feira, traído pelo coração generoso que palpitou sempre pelas causas da verdade e da justiça e pelo respeito ao patrimônio público.

Ataíde Borges deixa viúva a Sra Elza Braga Borges, com quem teve os filhos Marielza, Sandoval, Ataíde e Ataíza. O chefe de família zeloso e admirado vai deixar muitas saudades, mas deixará também o orgulho de uma vida sem máculas e de uma existência marcada pelo desamor aos bens materiais. Apesar dos cargos públicos que ocupou, Ataíde deixa o nosso convívio como homem de pouquíssimos recursos.

Os amigos que acompanhavam mais de perto a sua vida nos últimos anos são testemunhas de sua vida modesta. Era muito comum a sua presença humilde nos pontos de ônibus de Goiânia, à espera de transporte para Itumbiara, onde sempre viveu. Bastaria essa lembrança aparentemente prosaica para retratar a justa imagem que deve ficar de um homem que teve de lutar e trabalhar para sobreviver e sustentar a família, depois que abandonou a atividade política, há cerca de 15 anos.

Sras e Srs. Senadores, homens como Ataíde Borges são figuras públicas que devem compor uma galeria especial na memória das Casas legislativas por onde passaram.

Ele não passou por este Senado, mas quero, com estas minhas palavras, perpetuar nos anais da Casa o registro de que existiu em Goiás um cidadão especial. Mas estou certo de que, na Assembléia Legislativa do meu Estado, ele terá todas as homenagens compatíveis com a dimensão de sua imagem de correção e de honestidade.

Itumbiara é hoje um dos mais importantes pólos de progresso de toda a Região Centro-Oeste. É o centro de uma das regiões agrícolas mais importantes e ativas do Estado, é um dos municípios de Goiás onde o processo industrial está consolidado. Itumbiara é também a nossa porta de acesso ao Triângulo Mineiro e a São Paulo. O papel de destaque de Itumbiara nos contextos econômico, político e social de Goiás deve muito a esse filho ilustre da terra que acaba de desaparecer, deixando muita saudade entre parentes, amigos e admiradores. Ele sempre foi exaltado como prefeito pioneiro no fecun-

do processo de transformação vivido por Itumbiara nos últimos anos.

Deixo aqui, Srs. Senadores, meus sentimentos de pesar aos amigos, aos familiares, e a todos os que estão chorando a perda deste grande companheiro, como eu. E espero que Deus possa dar o conforto aos que aqui ficaram, já que a alma de Ataíde já ganhou lugar privilegiado entre aqueles que souberam engrandecer a sua passagem pela Terra, podendo estar agora, em paz completa, ao lado do Senhor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs. Senadoras que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 1991 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 2, de 1999 – art. 336, c)

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória, tendo Pareceres

– sob nº 691, de 1998, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar; e

– sob nº 27, de 1999, proferido em Plenário, Relator: Senador Sebastião Rocha, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais (sobre as emendas de Plenário oferecidas no turno suplementar): favorável à Emenda nº 1; favorável parcialmente às de nºs 2, 3, 4, 7, 8 e 9, na forma de subemendas que apresenta; contrário às de nºs 5, 6 e 10; e apresentando, ainda, a Emenda nº 11, de Relator.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1999 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 10, de 1999 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1999 (nº 757/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, cele-

brado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, tendo

Parecer favorável, sob nº 30, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Emilia Fernandes.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1999 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 11, de 1999 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1999 (nº 758/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, tendo

Parecer favorável, sob nº 31, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Emilia Fernandes.

– 4 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1999 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 15, de 1999 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1999 (apresentado como conclusão do Parecer nº 36, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Governo do Estado de Goiás a celebrar operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, firmado em 13 de novembro de 1998, entre a União e aquele Estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, no valor de até quatrocentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais, a preços de 30 de junho de 1998, destinados ao saneamento do Banco do Estado de Goiás S/A – BEG.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão)

– 5 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1999 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 16, de 1999 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 1999 (apresentado como conclusão do Parecer nº 37, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, com voto contrário do Senador Ademir Andrade, e, em separado, do Senador Eduardo Suplicy), que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações celebrado com a União, com a interve-

niência do Banco do Estado do Ceará S.A, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, em 12 de novembro de 1998, no valor de novecentos e cinqüenta e quatro milhões e duzentos e vinte quatro mil reais.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão)

- 6 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 1998
 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 17, de 1999 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1998 (nº 2.022/91, na Casa de origem), que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 32, de 1999, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
 – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 51 minutos.)

(OS 10386/99)

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR.
 SENADOR JOEL DE HOLLANDA NO DIA
 19 DE JANEIRO DE 1999, QUE, RETIRADO
 PARA REVISÃO, PUBLICA-SE NA
 PRESENTE SESSÃO:**

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
 – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ao ocupar esta tribuna para minhas despedidas, a memória me transporta para aquele já distante janeiro de 1995, quando pronunciei o meu discurso de estréia nesta Casa. Tal como diz a canção popular, também acredito que "a minha alma é o que a memória guarda".

Lembro-me perfeitamente de que tive, naquela oportunidade, algumas preocupações fundamentais: reafirmar a minha admiração por Marco Maciel, a quem sucedia, sem alimentar a ilusão de poder substituí-lo; reconhecer a importância de Pernambu-

co para o Nordeste e para o Brasil, homenageando figuras exponenciais que, nas mais diversas áreas de atuação, especialmente na política, sempre contribuíram para manter nosso Estado em sua histórica posição de grandeza e de luta libertária; e manifestar meu apoio à proposta renovadora de modernização do País que o Governo então empossado, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, propunha-se a executar.

No momento em que encerro minhas atividades no Senado da República, e por respeito a quem tão carinhosamente me acolheu, além do elementar dever de prestar conta de meus atos ao povo pernambucano que me elegeu suplente de Marco Maciel, creio ser justo e pertinente proceder a um breve inventário de minhas experiência de quatro anos nesta Casa.

Começo por reiterar o que afirmei em meu primeiro discurso. Ante a concreta impossibilidade de substituir Marco Maciel, personagem ímpar da História política brasileira, busquei sucedê-lo nos limites de minhas possibilidades, procurando não desmerecer jamais a confiança em mim depositada pelo povo pernambucano e honrar as mais elevadas tradições do Senado, instituição que sintetiza, com perfeição, o espírito federativo que preside nossa República.

Nesses quatro anos, pude acompanhar ainda mais de perto a trajetória de Marco Maciel, agora Vice-Presidente da República. Ao fazê-lo, foram sendo confirmadas suas qualidades de homem público comprometido com a causa maior do bem comum, de absoluta integridade, que faz da política o meio ideal e insuperável para promover o desenvolvimento, a paz e a justiça. Defensor intransigente do diálogo, é alguém que sabe ouvir, sempre pautando-se pela convicção de que a construção de uma sociedade melhor e mais humana não pode prescindir do esforço coletivo.

Apixonado pelo que faz – e o faz integralmente, com dedicação exclusiva e o espírito cotidianamente renovado – Marco Maciel é lição de despreendimento pessoal e de visceral compromisso com seu País. Sua vocação para a política cedo se manifestou e os degraus que galgou nessa trajetória sempre deixaram as marcas da probidade e da decência. Foi assim como líder estudantil, professor universitário, Secretário de Estado, Deputado Estadual e Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, Governador, Ministro de Estado, Senador da República, líder partidário e de Governo, Vice-Presidente da República.

Paradigma de seriedade na ação política, verdadeiramente identificada com a luta pela consecu-

ção do bem comum, Maciel é exemplo de abnegação à causa que cedo abraçou. Seu itinerário, tanto na vida pública quanto na vida pessoal, foi sempre assinalado pela rigorosa fidelidade aos princípios cristãos, pela crença inabalável nos valores liberais e democráticos e por uma natural vocação para a liderança.

Como bem sabem todos os que o acompanham, nosso Vice-Presidente sempre foi um hábil operador político, exatamente porque alia uma extraordinária capacidade de articulação política – apanágio de quem tem o que dizer e de quem sabe ouvir, respeitando posições antagônicas ou distintas das suas – ao incansável trabalho intelectual. Difícil imaginar que a um político de tantas e tamanhas responsabilidades pudesse sobrar tempo para a acurada leitura de textos elaborados pelos mais diversos pensadores, das mais distintas posições ideológicas, no Brasil e no exterior. Para ele, no entanto, esse tempo necessário ao contato direto com tudo o que de mais relevante e significativo se produz no campo das idéias jamais deixou de existir.

Eis uma das razões, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, pelas quais Marco Maciel não é atropelado pelo tempo, nem ultrapassado pelas novidades que não cessam de surgir. Na velocíssima pulsação da vida pública, raros são os políticos que, como ele, podem ostentar uma sólida formação cultural – de exuberante viés humanista – e uma invejável capacidade de formulação teórica. Os textos que publica com regularidade, quer como livros, quer sob a forma de artigos, são uma pequena mostra de seu permanente diálogo com os grandes nomes do pensamento político e filosófico, sejam brasileiros ou estrangeiros.

Orgulho-me, de ter sido escolhido suplente de Marco Maciel, na memorável campanha de 1990, e, nessa condição, ter concluído o seu mandato de Senador por Pernambuco. No desempenho dessa honrosa missão, sendo fiel aos meus princípios e à doutrina política que abracei, esforcei-me por não me afastar dos ensinamentos e do exemplo daquele de quem, como já disse e aqui repito, "serei sempre um eterno aprendiz".

Em suma, tive o cuidado de agir, nesses quatro anos, de modo a não desmerecer a obra do mestre. Em minha visão, essa seria a forma correta de respeitar o nome de Pernambuco e de melhor servir ao Brasil. Foi o que busquei fazer em todo esse tempo.

Ao chegar a esta Casa, além da firme disposição para defender os legítimos interesses do meu Estado e o desejo de oferecer minha contribuição ao

encaminhamento das graves questões nacionais, trazia comigo a experiência que pude acumular como Técnico do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o IPEA, de tão fecunda atuação no processo de desenvolvimento brasileiro, como Secretário de Educação de Pernambuco – cargo para o qual me convocou o então Governador Marco Maciel –, com os dois mandatos de Deputado Estadual e como Secretário do Trabalho e Ação Social, este a convite do Governador Joaquim Francisco.

Ter consciência da magnitude do desafio de ocupar uma cadeira nesta Casa seria o primeiro passo para o bom desempenho da nova missão. Essa consciência, Sr. Presidente, julgo ter tido em todos os momentos de minha passagem pelo Senado Federal. E, a esse respeito, faço questão de registrar: se pesado era o fardo, o fraterno companheirismo e a generosa acolhida de meus Pares tornaram mais leve o trabalho. De igual modo, não faltaram o apoio, a dedicação e a competência do pessoal do meu gabinete, das Comissões e do Plenário, assim como dos órgãos técnicos e de assessoramento do Senado Federal, aos quais, sem exceção, sinceralmente agradeço.

Confesso-lhes ter vivido um longo e denso aprendizado. A cada dia do meu trabalho parlamentar, esforcei-me por compreender a realidade brasileira a partir do enorme mosaico que a Câmara Alta tão bem sintetiza e reflete. Na discussão das mais variadas matérias, no debate parlamentar, nos pronunciamentos, na análise técnica das Comissões, enfim, em todas as ações protagonizadas pelo Senado Federal, estava a oportunidade única de conhecer um pouco mais e melhor o nosso País.

No fundo, os quatro anos de mandato também me possibilitaram apreender, dia após dia de trabalho no Parlamento, uma preciosa lição de humildade e de intrínseca sabedoria: a certeza de o que o Brasil é maior e muito mais rico em sua complexa diversidade do que podem supor aqueles que se recusam a ultrapassar seus acanhados horizontes locais.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Ouço, com satisfação, o nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Não era meu desejo interromper V. Ex^a na dissertação que faz de sua vida pública e do exercício do seu mandato no Senado. Mas não posso, Senador Joel de Hollanda, deixar de dizer que V. Ex^a não desmereceu, em nenhum momento, nem Pernambuco nem Marco Maciel – de quem nos lembramos tão bem

aqui neste Plenário, de sua honradez, sua competência, sua expressão de homem público elevado. Portanto, V. Ex^a não desmereceu o Brasil e muito menos o Plenário desta Casa. Sentiremos saudades da sua presença aqui, por tudo o quanto V. Ex^a representou, como homem público, durante o tempo em que aqui esteve e ainda está. Mas estou convencido – e falo aqui como Líder em exercício do nosso Partido – de que V. Ex^a continuará prestando o seu serviço à Nação brasileira e ao seu Estado na outra Casa parlamentar deste País. Seja bem-sucedido e que Deus o acompanhe.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão, a quem agradeço pelas palavras generosas a meu respeito. Fique certo V. Ex^a que muito aprendi com V. Ex^a nesta Casa. Saio enriquecido pelo privilégio de ter podido conviver com V. Ex^a e com os meus Pares, todos os 80 Srs. Senadores, que, ao longo desses quatro anos, se tornaram, mais do que companheiros, meus amigos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao registrar os sentimentos e as impressões que o exercício do honroso cargo de Senador da República deixaram em mim, destaco as inúmeras oportunidades que tive de me dirigir a este Plenário. Ao fazer um balanço de meus pronunciamentos, percebo que determinados temas foram recorrentes. De um lado, a preocupação em focalizar questões vitais para o Brasil, registrando, no mais das vezes, meu apoio a medidas adotadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de garantir a estabilidade da moeda, o desenvolvimento econômico e social, a modernização do Estado e o resgate da imensa dívida social.

Assim, em reiteradas ocasiões, pude exprimir meu ponto de vista a respeito de emprego, da nova realidade econômica gerada pela globalização, da privatização, da necessária reativação do Programa Nacional do Álcool, da importância do gás natural, das reformas administrativa e previdenciária, do apoio à micro, pequena e média empresa, do incentivo à fruticultura nacional, da defesa de um novo sistema financeiro da habitação, entre muitos outros.

Há, no entanto, um tema em relação ao qual desenvolvi o máximo de minha capacidade de, identificando problemas, propor ou apoiar soluções. Refiro-me à educação. Estou entre aqueles que entendem a educação como requisito básico para a cidadania e desenvolvimento. Não há como se imaginar uma Nação de homens livres e conscientes sem o sistema educacional amplo o suficiente para não excluir quem quer que seja e com a qualidade necessária à boa formação de todos. No caso brasileiro,

mais do que prioridade governamental, a educação precisa transformar-se em obsessão nacional.

Nesse sentido, creio ter cumprido bem o papel que me cabia. Não houve um assunto só relevante ligado à educação brasileira, nesses últimos quatro anos, que não fosse por mim abordado. Logo no primeiro ano do mandato, tratei das novas perspectivas para o ensino superior, ao mesmo tempo em que condenava, com veemência, a remuneração concedida aos professores em nosso País, autêntica "vergonha nacional".

Fiz questão de participar de todos os debates em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, de tão difícil, tortuosa e demorada tramitação no Congresso Nacional. No momento certo, posicionei-me em favor do substitutivo apresentado pelo saudoso Senador Darcy Ribeiro, na sincera expectativa de que uma lei moderna e enxuta pudesse influir positivamente na indispensável mudança da fisionomia do nosso sistema educacional.

Coerente com o pensamento que sempre extermei, saudei, com vivo entusiasmo, a proposta elaborada pela equipe do Ministro Paulo Renato de Souza, e que o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional sob a forma de emenda constitucional, dando origem ao Fundo voltado para o financiamento do ensino fundamental – correta e gradativamente municipalizado – e para valorização do magistério. Da mesma forma, defendi a implantação do exame nacional de cursos, o popular "Provão" – como um dos instrumentos de que devemos fazer uso para avaliação do ensino superior do Brasil. Passada a celeuma inicial, vemos hoje, três anos após o seu lançamento, o acerto da medida.

Procurei, ainda, analisar a situação do ensino profissionalizante entre nós, manifestando-me francamente favorável à sua completa formulação. A mesma ênfase foi utilizada no reconhecimento da importância do sistema de pós-graduação que o nosso País fosse capaz de construir, especialmente no âmbito das universidades públicas, chamando a atenção para o fato de que a ampliação da pesquisa universitária é fundamental para o desenvolvimento regional.

Penso ter pairado em todos os meus pronunciamentos relativos à educação, em minhas atitudes e em meus votos, tanto na Comissão de Educação – da qual tive a honra de ser eleito vice-Presidente – quanto em Plenário, a idéia central que defendo: uma escola pública de qualidade é o grande desafio que espera de todos nós adesão e compromisso. Com ela, será possível vencer a barreira do analfabetismo, incorporar ao mundo do saber milhões de crianças, jovens e adultos que ficaram à margem de

nosso processo educativo. Com ela, será possível sonhar com um país mais próspero e justo, constituído por verdadeiros cidadãos, conscientes de seus direitos e de seus deveres, aptos a integrarem uma economia moderna e altamente competitiva. Enfim, uma escola de que o País tanto necessita e que com o concurso solidário de todos haverá de colocar à disposição de todos os seus filhos.

O Sr. Carlos Wilson (PSDB – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Ouço, com satisfação, meu companheiro de representação, Senador Carlos Wilson.

O Sr. Carlos Wilson (PSDB – PE) – Senador Joel de Hollanda, este é um aparte que, na verdade, não gostaria de dar. Gostaríamos mesmo de ter V. Ex^a sempre presente como Senador da República. V. Ex^a, com quem tivemos o privilégio de conviver durante quatro anos nesta Casa, destacou-se em todas as atividades do Senado Federal, mas, principalmente, pautou a sua presença pela sua cordialidade e fidalgua. Posso dizer, seguramente, que qualquer Senador, ao se referir ao Senador Joel de Hollanda, tem sempre uma palavra de carinho e de respeito pelo seu comportamento e pela sua atitude nesta Casa. Como Senador por Pernambuco, Colega de V. Ex^a, lamento a sua saída do Senado, mas fico feliz porque o meu Estado, Pernambuco, continuará a contar com a voz, com a palavra, com os atos e com a sabedoria de um homem com o talento do Senador Joel de Hollanda, agora, como Deputado Federal. V. Ex^a, que em seu pronunciamento destaca a sua participação na educação, também se destacou em vários setores nos quatro anos em que atuou nesta Casa. Sei que, na Câmara dos Deputados, Pernambuco vai continuar a ter essa voz ativa em defesa dos interesses do Estado, do Nordeste e do nosso País. Tive sorte, como Senador, em poder dizer que convivi durante quatro anos com o Senador Joel de Hollanda, pela sua correção e, acima de tudo, pela amizade que conseguimos, cada vez mais, aumentar nesta Casa. Desejo que V. Ex^a venha a ter a mesma atuação destacada, agora como Deputado Federal. Mais uma vez parabenizo Pernambuco por ter dado a oportunidade ao Senador Joel de Hollanda, como Deputado Federal, de continuar a defender os interesses de nosso Estado. Meus parabéns pela sua presença aqui, como Senador. Tenho certeza que alcançará o mesmo brilhantismo como Deputado Federal.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Agradeço ao nobre Senador a gentileza das suas pa-

bras e, com muita alegria, externo o sentimento de amizade, admiração e respeito pela figura que é o Senador Carlos Wilson, companheiro de longas jornadas, com quem tive a honra de conviver tão de perto nesses quatro anos de Senado Federal.

Eu não seria honesto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, se, neste pronunciamento com que me despeço desta Casa, não registrasse aquela que foi minha mais constante preocupação: a defesa dos mais legítimos interesses de meu Estado. A rigor, o preceito constitucional estabelece, na estrutura bicameral de nosso Parlamento, ser o Senado, antes de tudo, a Casa que representa os Estados componentes da Federação brasileira.

A esse respeito, confesso-lhes, procurei atuar de forma diligente e precisa. Desse modo, julgo que nada que dissesse respeito a Pernambuco não tenha motivado algum tipo de manifestação de minha parte. São inúmeros os exemplos que poderia citar. Ocupei-me, entre outros, de temas os mais diversos vinculados à realidade pernambucana, todos relevantes para a melhoria dos padrões de vida de nossa gente e para o desenvolvimento do Estado e da região.

Assim é que, logo no primeiro ano de mandato, expressei meu integral apoio à ação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a CHESF de tão meritório trabalho ao longo do tempo; exaltei o papel da Sudene, nomeadamente sua presença na Zona da Mata; deplorei a absurda situação de obras inacabadas no Estado, exigindo sua retomada como forma de minimizar os danosos efeitos da malversação dos recursos públicos; defendi o Pólo Médico de Pernambuco, vendo nele a possibilidade concreta de se oferecer à população de uma extensa área da região nordestina os modernos recursos de atenção à saúde normalmente existentes apenas no Centro-Sul do País.

Busquei chamar a atenção do Parlamento e do Governo Federal para o significado de determinadas obras, não somente pelo que representam para a economia pernambucana, mas pelo caráter de essencialidade que assumiram para o Brasil. Nesse caso, destaco o Projeto Suape, em relação ao qual não economizei atitudes e palavras, visando a sua efetiva implantação. Foi essa também a posição que assumi quanto à duplicação da BR-101, aos problemas enfrentados pela agroindústria açucareira, sobretudo no que tange à produção do álcool, à ampliação do aeroporto dos Guararapes e do metrô do Recife, à linha de transmissão Messias/Recife II.

Penso, Senhor Presidente, não ter deixado passar nenhuma oportunidade de focalizar as grandes questões do interesse de Pernambuco. Das al-

temáticas de desenvolvimento para a região do Vale do São Francisco à exploração de gipsita em áreas do Sertão, da importância social e econômica da Adutora do Moxotó ao papel do Finor para o desenvolvimento do Nordeste, da análise das oportunidades de investimentos e de negócios ao estudos dos impactos do Mercosul na economia nordestina, do novo Banco do Nordeste à defesa de um modelo de desenvolvimento industrial para o Estado, creio ter voltado minhas energias ao combate sem tréguas a favor de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil.

Nesses quatro anos de Senado, tive muito presente em minha atuação, também, a preocupação de registrar algumas das mais significativas manifestações da cultura pernambucana, expressão da alma de nossa gente, síntese mais que perfeita da originalidade e do espírito criador de nosso povo. Desta mesma Tribuna, em várias ocasiões, pude expressar um pouco do que a riquíssima tradição cultural de Pernambuco pôde oferecer ao Brasil.

Tendo a mais nítida consciência da força mágica da História para uma gente que a constrói com abnegação, força de vontade e com acendrado espírito libertário – de que o episódio dos Guararapes é exemplo e emblema –, fiz questão de, neste plenário, render minhas homenagens aos protagonistas da Revolução de 1817, a explosão incontida da justa aspiração da independência nacional; saudei o **Jornal do Comércio** e o **Diário de Pernambuco**, autênticos patrimônios do Estado e precursores do papel que a imprensa haveria de desempenhar em todo o nosso Continente; homenageei Gilberto Freyre, de cujo olhar sobre a evolução histórica da sociedade brasileira nasceu a moderna Sociologia brasileira.

Cantei Ascenso Ferreira, o comandante das eternas naus dos sonhos; relembrar Potiguar Matos, guardião de nossa memória coletiva; remembrei o trabalho extraordinário de Josué de Castro, o pernambucano que desvelou ao mundo os processos históricos de produção da fome e da miséria; com os meus conterrâneos, especialmente os mais jovens, lamentei a morte prematura de Chico Science, enfatizando o caráter inovador do movimento artístico que liderava.

Com que alegria pude aqui registrar os 112 anos do Hospital Universitário Oswaldo Cruz, o centenário da heróica Petrolina, os 160 anos do IPA, a trajetória do teatro pernambucano! Mais que um dever, tive a felicidade de render minhas homenagens a homens e a instituições da dimensão do Conselheiro Antônio Correia de Oliveira, do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, dos Minis-

tos Djaci Falcão e Marcos Vinícius Vilaça, do Juiz Lázaro Guimarães, entre tantos outros. Com emoção, lembrei o cinqucentenário da Universidade Federal de Pernambuco, reconhecendo a excelência de seu trabalho acadêmico.

O Sr. Djalma Bessa (PFL – BA) – Permite V. Ex^a um aparte?

Ouço com atenção o Senador Djalma Bessa.

O Sr. Djalma Bessa (PFL – BA) – Senador Joel de Hollanda, V. Ex^a começou citando o Senador Marco Maciel, a quem sucedeu nesta Casa. É compreensível a apreensão de V. Ex^a, porque suceder Marco Maciel, que é um dos maiores quadros da política nacional, realmente não é uma missão tão fácil e tão tranquila. No entanto, V. Ex^a, nesta altura, pode festejar porque, na verdade, não desmereceu o trabalho do grande Líder Marco Maciel. V. Ex^a trouxe uma experiência de Deputado Estadual, de Secretário, para esta Casa e se houve com o melhor desempenho, um desempenho integral, pleno no Plenário e nas comissões. Além dos diversos projetos que houve por bem apresentar, a passagem de V. Ex^a nesta Casa foi rica, de trabalho, de colaboração, de eficiência, de competência. Não há dúvida alguma de que V. Ex^a vai enriquecer a Câmara dos Deputados com a sua experiência, com esse labor incansável, com esta sua atividade de nordestino forte, que quer vencer, quer lutar, e o tem feito com o maior brilhantismo. Pernambuco está de parabéns e tanto aprovou a atuação de V. Ex^a que o levou para a Câmara dos Deputados, o que é um sinal de que V. Ex^a não só merece o aplauso desta Casa, como também mereceu o aplauso, a aprovação, as palmas do povo pernambucano. É uma honra para mim estender este aparte em nome do Senador Bernardo Cabral para dizermos juntos que V. Ex^a está de parabéns e que o seu trabalho há de ficar nesta Casa ainda por algum tempo, porque a sua colaboração, os projetos que apresentou haverão de servir de exemplos, de parâmetros, de referências para proposições idênticas. Queira V. Ex^a receber o nosso abraço, os nossos parabéns, as nossas palmas, do Senador Bernardo Cabral e as minhas, pela sua excelente atuação nesta Casa do Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Nobre Senador Djalma Bessa, agradeço a V. Ex^a a generosidade de suas palavras e, sobretudo, esse testemunho que, para mim, é muito confortador. Incorporo, com muita alegria, sua manifestação, como também a do Senador Bernardo Cabral, companheiro e amigo, a quem aprendi a admirar, como a V. Ex^a, nesta fase no Senado Federal.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, saio desta Casa com a reconfortante sensação de ter tentado, a cada dia do meu mandato, levar a bom termo o preceito bíblico de "combater o bom combate". Ter os pés fincados em Pernambuco, mas estender o olhar sobre o Brasil foi o grande desafio a que me propus. Sendo impossível ter a segurança de haver conseguido o intento, fica o consolo de sair com a alma leve, com a sensação de que tudo valeu à pena, exatamente porque, como queria o poeta, a alma não foi pequena.

Saio desta Casa com algumas convicções, a primeira das quais de que fora da política, do diálogo franco e respeitoso não há sociedade que se desenvolva, não há povo que consiga fazer prevalecerem as idéias de justiça, solidariedade e democracia. Nessa perspectiva, nenhuma lição maior recebi do que compreender ser o Senado Federal o grande centro do debate nacional, o locus privilegiado do exame das questões vitais para a nacionalidade, tudo transcorrendo em clima de respeito às idéias divergentes, ao contraditório.

Reafirmo, pois, minha fé inabalável na força da democracia de cuja prática esta Casa é tão zelosa. Reafirmo minha crença na contínua consolidação da cidadania entre nós como condição essencial à construção de uma pátria de homens livres, sabedores de seus deveres e dos seus direitos, conscientes de que a história é feita com paixão e sabedoria, paciência e ousadia. Reafirmo a certeza de que o Parlamento, enquanto seja a única forma de atuação política e de participação social, é a instituição que exprime, à perfeição, os mecanismos viabilizadores da vida democrática.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite V.Ex^a um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) –
Ouço V.Ex^a com prazer.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Joel de Hollanda, V.Ex^a iniciou seu pronunciamento dizendo que aprendeu muito aqui. Nós também aprendemos muito com V.Ex^a. Eu, especialmente, aprendi a admirá-lo, pela retidão do caráter, pela palavra séria, pelo cumprimento de horários e, principalmente, pelo grande parecerista que V.Ex^a se mostrou, fui companheiro de V.Ex^a em duas comissões técnicas.. Com pareceres técnicos bem feitos, V.Ex^a nunca perdeu uma votação, o que é, sem dúvida, uma aclamação de seu valor como um homem que, técnica e politicamente, com cuidado, com carinho, debruçou-se sobre todos aqueles projetos dos quais foi autor e relator, conseguindo sempre e permanentemente o apoio de seus companheiros. Não concordo com o Senador Carlos Wilson,

porque se Pernambuco não perde, porque V.Ex^a continua na vida pública e vai representá-lo na Câmara, o Senado perde com a saída de V.Ex^a. V.Ex^a ficou à altura de Marco Maciel. V.Ex^a deixa o Senado levando o carinho e a admiração de seus companheiros, pelo trabalho sério que fez aqui. De modo que, este é realmente um aparte que não gostaríamos que acontecesse tão cedo, mas, infelizmente, os desígnios de Deus nos levam aonde não queremos ou aonde serviremos melhor ao povo brasileiro e ao povo de Pernambuco. V.Ex^a merece de nós a admiração e o agradecimento pelas lições de corração, de ética, de aprumo moral e intelectual que V.Ex^a deu a esta Casa durante esses quatro anos.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) –
Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Encerro minha passagem pelo Senado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, com a consciência de ter cumprido uma missão. Antes de tudo, por ter expressado, com todas as minhas forças, o valor de uma gente que não se dobra, que não se apequena; o sentido histórico de uma terra que, como cantou o poeta João Cabral de Melo Neto, "só vai na horizontal/nos mapas que o mutilaram;/em tudo é vertical". Em tudo, repito, Pernambuco é vertical.

A bagagem de toda essa experiência acumulada em quatro anos de Senado Federal, bem como ao longo de minha vida pública, é o que de melhor levo para a nova missão que me espera. Pela vontade dos cidadãos pernambucanos, estarei assumindo a cadeira na Câmara dos Deputados. Peço a Deus que o aprendizado nesta Casa seja de extrema valia na nova etapa que, em breve, estarei cumprindo.

O Sr. Bello Parga (PFL – MA) – Permite V.Ex^a um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) –
Concedo o aparte ao Senador Bello Parga.

O Sr. Bello Parga (PFL – MA) – Senador Joel de Hollanda, no momento em que V.Ex^a faz as suas despedidas nesta Casa, eu já pouco teria que acrescentar aos elogios feitos pelos oradores que me precederam, que ressaltaram, à perfeição, o comportamento parlamentar e político de V.Ex^a. Quero, neste momento, apenas dar um cunho um tanto pessoal a este meu depoimento, porquanto aprendi a admirá-lo como Parlamentar assíduo, pontual, extremamente cioso de suas responsabilidades e também como correligionário político. Nas votações a que estivemos presentes, quer nas Comissões, quer no plenário, sempre colhi de V.Ex^a orientações sábias, explicações corretas e, acima de tudo, aquela referência maior sempre voltada para o interesse coletivo

que, muitas vezes, transcende as fronteiras partidárias. De minha parte, é com um sentimento de perda pessoal que encaro a ausência de V. Ex^a nesta Casa. É certo, e nisso o povo pernambucano fez justiça, que V. Ex^a estará defendendo os interesses pernambucanos na Câmara dos Deputados. Mas não posso deixar de sentir um cunho de perda pessoal, porquanto sentirei a falta de sua presença, do seu companheirismo e da maneira correta, cavalheiresca e fidalga com que exerceu seu mandato nesta Casa e com que sempre procurou conquistar a opinião e a simpatia dos seus Pares. Desejo a V. Ex^a, neste momento em que não deixa de haver um sentimento de perda, todo o reconhecimento que V. Ex^a granjeou neste Senado e que haverá de granjear na Câmara dos Deputados.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Bello Parga.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Concedo o aparte, com prazer, a V. Ex^a. Em seguida, ouvirei o Senador Artur da Távola.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Joel de Hollanda, inicialmente, quero transmitir, a pedido do nosso Líder Romeu Tuma, um abraço fraternal a V. Ex^a, no momento em que nos deixa no Senado para uma viagem tão curta e tão próxima à Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo, quero dizer a V. Ex^a que o seu trabalho, a sua inteligência, a sua cultura, o seu talento, tudo isso faz lembrar um cidadão da sua admiração, que é Gilberto Freire, que examinava muito bem os aspectos da "mineiridade" e da "pernambucanidade", considerando que, entre essas duas expressões, colocava-se exatamente um sentimento comum, não obstante a diversidade dos nossos Estados, das nossas regiões e das nossas culturas. V. Ex^a representa aqui não apenas a "mineiridade", a nossa Minas Gerais, mas também a "pernambucanidade", o seu Estado. Quero felicitá-lo por sua presença e agradecer-lhe pela amizade, pela bondade e pelo carinho. Quero dizer-lhe, ao mesmo tempo, que, permanentemente, sou um admirador do caráter, da inteligência e da lucidez de V. Ex^a, que representa muito bem o bravo e indômito povo de Pernambuco. Muito obrigado.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Francelino Pereira.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Ouço V. Ex^a com satisfação.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Senador Joel de Hollanda, sempre que o elogio é fácil, ele fica mais difícil, sobretudo quando é sincero, porque para V. Ex^a o elogio é fácil. Tive a oportunidade privilegiada, em relação aos demais membros desta Casa, de conviver com V. Ex^a na Comissão de Educação, sobretudo nestes dois últimos anos em que fui seu Presidente e V. Ex^a seu Vice-Presidente. Pude testemunhar, inclusive no período em que estive afastado por doença, o rigor, a qualidade e a precisão de V. Ex^a nos trabalhos da Comissão. Agora, devo dizer-lhe que admiro em V. Ex^a, além, evidentemente, da inteligência, do talento e do caráter, duas outras características. V. Ex^a é uma pessoa extremamente discreta, e a discrição nem sempre é virtude dos políticos. V. Ex^a, aliás, segue a escola daquele que comparte a cadeira de Senador com V. Ex^a, o Vice-Presidente Marco Maciel, a escola de uma operação na ação política sem o alarde e também sem a informação por trás dos fatos, apenas para aparecer. Essa característica não é fácil na política, porque esta vive muito da repercussão e da imagem. E é necessário um sentido ético do próprio desempenho da função para que a discrição seja exercida do modo pelo qual V. Ex^a a exerce. Essa discrição leva a silêncios, a percepções profundas dos fatos. V. Ex^a me lembra muito o estilo de um companheiro meu de Partido que agora não está mais aqui, o Senador Beni Veras, que é também um homem de grande discrição, que busca a essência das questões e que opera sempre no sentido de uma construção da política como uma tarefa séria. E por falar em tarefa séria, cito o segundo ponto: V. Ex^a pertence a essa qualidade de homens que não possuem o riso fácil. O riso em V. Ex^a não é emotivo, não busca dissolver resistências ou favorecer simpatias. Essa seriedade também impressiona aos que conviveram com V. Ex^a. Quero, então, que V. Ex^a saiba que, ao deixar esta Casa, este seu companheiro, bem como os demais, tem esta visão de V. Ex^a: a de um Senador de alta envergadura, que vamos perder; não perderá, porém, o Congresso, já que V. Ex^a foi eleito Deputado Federal e, dessa forma, ali continuará. Era o que lhe tinha a dizer. Desejo-lhe muito sucesso naquela Casa de 531 feras. Vamos ver como V. Ex^a, com a sua paciência oriental, seu silêncio e sua discrição, viverá; espero que V. Ex^a ali se saia bem, porque V. Ex^a o merece.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Artur da Távola. Sensibilizado, agradeço a sua manifestação.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Ouço, com atenção, V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB-SE) – Senador Joel de Hollanda, V. Ex^a pontificou nesta Casa como um dos Senadores mais estudiosos, enfocando assuntos do mais alto interesse desta Nação e, notadamente, da Região Nordeste tão sofrida, a qual V. Ex^a sempre defendeu com ardor, apresentando idéias e soluções e mostrando que a nossa região é absolutamente viável e depende apenas da vontade política dos governantes. Acompanhando de perto, aqui no Senado, o trabalho desenvolvido por este jovem representante de Pernambuco, pude constatar que aquele grande Estado contou com V. Ex^a, muito embora não tenha contado, aqui no Senado Federal, com o atual Vice-Presidente Marco Maciel, que foi exercer essa alta função por delegação do povo. Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a, no Senado Federal, nestes quatro anos em que exerceu seu mandato com a maior dignidade, prestou um serviço relevante ao nosso País e à nossa Região Nordeste. Portanto, meus parabéns e minha solidariedade pessoal! Tenho certeza de que esse trabalho terá continuidade no âmbito da Câmara dos Deputados.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Antônio Carlos Valadares.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Ouço, com satisfação, o meu Líder, Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Eminente Senador Joel de Hollanda, direi, antes de mais nada, que foi um privilégio ter tido a oportunidade de conviver com V. Ex^a nestes quatro anos no Senado Federal. Tive o prazer de, inclusive, apartear o seu discurso de estréia e estou tendo a tristeza de apartear seu discurso de despedida, que, na realidade, não é uma despedida, porque V. Ex^a atuará, com o brilhantismo de sempre, na Câmara dos Deputados. Quero tratar da excelência do trabalho desenvolvido pelo Senador Joel de Hollanda não apenas em plenário, como também nas comissões, sobretudo na Comissão de Educação, onde se trata de um dos assuntos que V. Ex^a tão bem conhece e desenvolve. V. Ex^a foi Presidente da referida Comissão, pois, infelizmente, durante alguns meses, o Presidente Artur da Távola não pôde, por motivo de força maior, presidir os seus trabalhos. V. Ex^a o fez sempre com zelo e dedicação, colocando o seu Estado, Pernambuco, em

relevo e destaque, sucedendo, como V. Ex^a mesmo disse em seu discurso de estréia, o eminente Vice-Presidente da República Marco Maciel. Desse modo, quero trazer-lhe meus cumprimentos. Como o Senador Edison Lobão, que estava no exercício da Liderança do Partido, já o fez em nome da Liderança, quero trazer-lhe meu apreço e o meu decidido apoio às ações que sempre desenvolveu, e bem, nesta Casa. Quero formular os melhores votos, para que o brilhante Parlamentar e grande Congressista Joel de Hollanda continue defendendo bem, como sempre fez, o Estado de Pernambuco e o Brasil.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Hugo Napoleão.

Sr. Presidente, concluindo o meu discurso, eu gostaria de dizer que me darei por feliz se, na outra Casa do Congresso Nacional, puder defender idéias novas, sempre submetidas aos antigos ideais de justiça, fraternidade e ética pelos quais lutei durante minha vida inteira. Lá, como cá, buscarei fugir dos ataques, seguindo o caminho que a terra amada me ensinou. Levo comigo a correta orientação das coordenadas geográficas, a impedir qualquer tipo de desvio. Esse caminho aprendi com a gente de minha terra, é lição para meditar e jamais esquecer.

Ao encerrar, Sr. Presidente, volto ao meu discurso de estréia para reiterar a honra que tive de "poder representar aqui o Estado de Pernambuco. Estado símbolo de um Nordeste que se perfaz altivo, pioneiro, desbravador e guerreiro. Terra de heróis, que edificaram os alicerces da Nação e consolidaram a própria nacionalidade brasileira". Honra por ter representado um Estado símbolo cuja capital, "Recife, cidade-síntese do orgulho nordestino, lembra ao Brasil, a cada instante, o seu compromisso com o futuro, com a prosperidade, com o progresso, com a liberdade e com o respeito ao direito dos mais fracos".

Muito obrigado aos Srs. Senadores que me honraram com os seus apartes. Por tudo, e a todos, muito obrigado!

Muito obrigado a V.Ex^a, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a será atendido, mas não sem que antes eu diga que a atuação de V. Ex^a honrou o Senado, honrou Pernambuco, honrou o País. Daí por que a simplicidade do exercício do seu mandato é inversamente proporcional à sua grande atividade parlamentar. De modo que V. Ex^a vai fazer falta ao Senado, mas temos certeza de que vai brilhar na Câmara dos Deputados, como atuou no Senado.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

**ATA DA 132ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 8
DE DEZEMBRO DE 1998**
(Publicado no DSF, de 9 de dezembro de 1998)

RETIFICAÇÕES

Na página nº 18133, 1ª coluna, na leitura do Requerimento nº 602, de 1998, de urgência para a Mensagem nº 275, de 1998,

Onde se lê:

...no contexto das negociações com essas instituições, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1998.

Elcio Alvares - Sérgio Machado - Édison Lobão - Jáder Barbalho.

Leia-se:

...no contexto das negociações com essas instituições, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1998.

Elcio Alvares - Sérgio Machado - Édison Lobão - Jáder Barbalho.

.....

No Sumário da Ata, à página 18102, 2ª coluna, no ítem 2.2.8 - Requerimentos, no de Nº 602, de 1998,

Onde se lê:

...no contexto das negociações com essas instituições, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e o Banco Internacional de Desenvolvimento - BID. **Aprovado.** A mensagem constará da Ordem do Dia da sessão do próximo dia 10.

Leia-se:

...no contexto das negociações com essas instituições, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. **Aprovado.** A mensagem constará da Ordem do Dia da sessão do próximo dia 10.

.....

No Sumário da Ata, à página 18102, 2^a coluna, no ítem 2.2.8 - Requerimentos, no de Nº 603, de 1998,

Onde se lê:

...no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$677.887.365,64. **Aprovado.** O projeto constará da Ordem do Dia da sessão do próximo dia 10.

Leia-se:

...no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 677.887.265,74. **Aprovado.** O projeto constará da Ordem do Dia da sessão do próximo dia 10.

.....

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

**20/01/99
Quarta-feira**

11:00 - Senhor Emílio Carazzai, Presidente da Caixa Econômica Federal

11:30 - Senhor Andrea Calabi, Presidente do Banco do Brasil

15:30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

EMENDAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA,
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 1.731-34, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999 E
PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE
SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO PARA O PERÍODO DE 1º DE MAIO DE
1996 A 30 DE ABRIL DE 1997".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ARNALDO F. DE SÁ	003,004,009.
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	005,006.
DEPUTADO PAULO PAIM	007.
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	001,002,008,010,011,012,013.
SACM	

TOTAL DE EMENDAS: 13.

PUBLIQUE-SE EM,

20 / 01 / 99.

*Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal*

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA,
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.733-57, DE 13 DE JANEIRO
DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE
"DISPÕE SOBRE O VALOR TOTAL ANUAL DAS MENSALIDADES
ESCOLARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nº'S
Deputado FERNANDO ZUPPO.....	001 010 014 019 029.
Deputado OSMANIO PEREIRA.....	002 003 004 006 007 008 009 012 013 017 018 020 021 022 023 024 025 026 027 028.
Deputado PEDRO WILSON.....	005 011 015 016.

*SACM
TOTAL DE EMENDAS: 029*

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.736-32, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 3º, 16 E 44 DA LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, E DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO INCREMENTO DA CONVERSÃO DE ÁREAS FLORESTAIS EM ÁREAS AGRÍCOLAS NA REGIÃO NORTE E NA PARTE NORTE DA REGIÃO CENTRO-OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO VALDIR COLATTO	001,002.

TOTAL DE EMENDAS: 02.

PUBLIQUE-SE EM,

201.01.1999

Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.737-22, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999, QUE “DISPÕE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO PARA O PERÍODO DE 1º DE MAIO DE 1997 A 30 DE ABRIL DE 1998”.

CONGRESSISTAS

EMENDAS NºS.

Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	001, 005.
Deputado CHICO VIGILANTE	002, 003, 006, 007.
Deputado PAULO PAIM	004.

TOTAL DAS EMENDAS: 007

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.739-17, DE 13 DE JANEIRO DE 1999, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO SÉRGIO CARNEIRO	001, 002.

TOTAL DE EMENDAS: 02

RELATOR:

PUBLIQUE-SE EM,
20.01.1999.

Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.740-27 adotada em 13 de janeiro de 1999 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que "Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências":

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nº'S
Deputado ANIVALDO VALE	002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 020, 022, 025, 026, 027, 028, 029.
Deputado CHICO VIGILANTE	019, 021, 023, 024, 030.
Senador FRANCELINO PEREIRA	001.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA,
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 1.741-37, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999 E
PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE
SOBRE A EMISSÃO DE NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN
DESTINADAS A AUMENTO DE CAPITAL DO BANCO DO BRASIL
S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO	ANIVALDO VALE 005.
DEPUTADO	CHICO VIGILANTE 001,002,003,004.

TOTAL DE EMENDAS: 05.

PUBLIQUE-SE EM,

20/01/99

Serviço da Comissões Mistas
do Senado Federal

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA,
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.743-11, DE 13 DE
JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO
MÊS E ANO, QUE "RESTAURA A VIGÊNCIA DA LEI Nº
8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995, QUE DISPÕE
SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS
INDUSTRIALIZADOS (IPI) NA AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS
DESTINADOS AO TRANSPORTE AUTÔNOMO DE
PASSAGEIROS E AO USO DE PORTADORES DEFICIÊNCIA
FÍSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.....	003.
Deputado FEU ROSA.....	002.
Deputado JOSÉ LOURENÇO.....	001.

SACM

TOTAL DE EMENDAS: 003

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.744-9, DE 13 DE JANEIRO DE 1999, QUE "DISPÕE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 1.998".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	001.
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	003, 004.
DEPUTADO MATHEUS SCHMIDT	002.

TOTAL DE EMENDAS: 04

RELATOR:

PUBLIQUE-SE EM,

20 / 01 / 99


Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.746-8, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 9º DA LEI Nº 8.723, DE 28 DE OUTUBRO DE 1993, QUE DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE EMISSÃO DE POLUENTES POR VEÍCULOS AUTOMOTORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO AROLDO CEDRAZ	001.

TOTAL DE EMENDAS: 01.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA,
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.748-37, DE 13 DE JANEIRO DE
1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMº MÊS E ANO,
QUE "ALTERA OS ARTS. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, E 9º DA LEI
Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993, QUE DISPÕE
SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE
EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S
Deputado CHICO VIGILANTE.....	001 002 003 004 005 007 010.
Deputado LUCIANO CASTRO.....	006 009.
Deputado SIMÃO SESSIM.....	008.

TOTAL DE EMENDAS: 010

PUBLIQUE-SE EM,

20/01/99

[Assinatura]
Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.749-35, DE 13 DE JANEIRO DE 1999,
QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO MAX ROSENmann	001.

TOTAL DE EMENDAS: 01

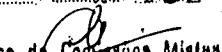
RELATOR:

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA,
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 1.750-46 adotada em 13 de janeiro de 1999 e
publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre
medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	014, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 023, 024, 030.
Deputado CHICO VIGILANTE	004, 005, 009, 010, 011, 012, 013, 015, 022, 025, 026, 027, 028, 029, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 044.
Deputado HUGO BIEHL	001.
Deputado JOÃO ALMEIDA	002, 003, 008.
Deputado PAES LANDIM	006, 007.
Deputado WIGBERTO TARTUCE	043.

TOTAL DE EMENDAS - 044

PUBLIQUE-SE EM,

20/01/99

 Serviço de Comunicação Mídia
 do Senado Federal

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA,
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 1.751-61, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999 E
PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ORGANIZA E
DISCIPLINA OS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
FEDERAL E DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	001,002,003,004.

TOTAL DE EMENDAS: 04.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.753-14, DE 13 DE JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RELATIVAMENTE À INCIDÊNCIA NA FONTE SOBRE RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS, INCLUSIVE DE BENEFICIÁRIOS RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR, À CONVERSÃO, EM CAPITAL SOCIAL, DE OBRIGAÇÕES NO EXTERIOR DE PESSOAS JURÍDICAS DOMICILIADAS NO PAÍS, AMPLIA AS HIPÓTESES DE OPÇÃO, PELAS PESSOAS FÍSICAS, PELO DESCONTO SIMPLIFICADO, REGULA A INFORMAÇÃO, NA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS, DE DEPÓSITOS MANTIDOS EM BANCOS NO EXTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S.
Deputado CHICO VIGILANTE.....	001 002 003 004 005 007 008 009.
Deputado DELFIM NETTO.....	006 010.

SACM
TOTAL DE EMENDAS: 010

PUBLIQUE-SE EM,

20.1.99

Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.754-13, DE 13 DE JANEIRO DE 1999, QUE "DISPÕE SOBRE A SIMPLIFICAÇÃO DO ARQUIVAMENTO DE ATOS NAS JUNTAS COMERCIAIS E DO PROTESTO DE TÍTULO DE DÍVIDA DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO AUGUSTO NARDES	005, 006
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	001
DEPUTADA FERNANDO ZUPPO	002
DEPUTADO PAES LANDIM	003
DEPUTADO SEVERINO CAVALCANTI	004, 007

TOTAL DE EMENDAS: 07

RELATOR:

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.756-9, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “INSTITUI O PROGRAMA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO PARA COMBATE AOS EFEITOS DA ESTIAGEM NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO AÉCIO NEVES	001.

TOTAL DE EMENDAS: 01.

PUBLIQUE-SE EM,

20 / 01 / 99.

*Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal*

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1757-50, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DOS MILITARES E DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, INCLUSIVE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, BEM COMO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”:

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S.
Deputado ADYLSON MOTTA	002, 003.
Deputado CHICO VIGILANTE	004, 005, 006.
Deputado MIRO TEIXEIRA	001.

TOTAL DAS EMENDAS: 006

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.759-8, DE 13 DE JANEIRO DE 1999, QUE "ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO, PELA UNIÃO, AOS ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL, DESTINADO AO RESSARCIMENTO PARCIAL DAS PERDAS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1.996".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO PEDRO WILSON	001.

TOTAL DE EMENDAS: 01

RELATOR: PSDB/CÂMARA

PUBLIQUE-SE EM,

01.01.99

[Signature]
Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.763-62, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999, QUE "DISPÕE SOBRE OS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL, CONSOLIDANDO A LEGISLAÇÃO EM VIGOR SOBRE A MATÉRIA".

CONGRESSISTAS

EMENDAS N°S.

Deputado CHICO VIGILANTE
Senador EDISON LOBÃO

002, 003.
001, 004.

TOTAL DAS EMENDAS: 004

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.765-44, DE 13 DE JANEIRO DE 1999, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO REFERENTE AO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM E AO FUNDO DA MARINHA MERCANTTE - FMM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ANIVALDO VALE	003, 007, 008, 009
SENADOR ROMERO JUCÁ	004, 006
DEPUTADO VITORIO MEDIOLI	001, 002, 005, 010.

TOTAL DE EMENDAS: 10

PUBLIQUE-SE EM,

90/01/1999

*Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal*

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.767-44, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O NÚMERO DE CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, DE CARGOS DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES E DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA EXISTENTES NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	001.

TOTAL DE EMENDAS: 01.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1768-30, DE 13 DE JANEIRO DE 1999, QUE "DISPÕE SOBRE A NOVAÇÃO DE DÍVIDAS E RESPONSABILIDADES DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS -FCVS; ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.406, DE 5 DE JANEIRO DE 1.988, E AS LEIS NºS 8.004, 8.100 E 8.692, DE 14 DE MARÇO DE 1990, 5 DE DEZEMBRO DE 1990, E 28 DE JULHO DE 1993, RESPECTIVAMENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS.
Deputado CHICO VIGILANTE	008, 014, 016, 020, 021.
Deputado JOSÉ CHAVES	017, 018, 019, 022, 023, 026.
Deputado JOSÉ JORGE	005, 027, 029.
Deputado JOSÉ LOURENÇO	006, 012, 025, 028.
Deputado PRISCO VIANA	007, 009, 010, 011, 013, 015, 030.
Deputado WIGBERTO TARTUCE	001, 002, 003, 004, 024.

TOTAL DAS EMENDAS: 030

PUBLIQUE-SE

20/01/99

[Signature]
Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.769-53, DE 13 DE JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS OU RESULTADOS DA EMPRESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.....	031.
Deputado CHICO VIGILANTE.....	001 008 009 011 016 018 019 023 026 027 028 030 036 038 039 044 045.
Deputado JOÃO ALMEIDA.....	004 017 025 029. 032.
Deputado JOSÉ CARLOS VIEIRA.....	006 010.
Deputado MAX ROSENmann.....	014 022.
Deputado PAES LANDIM.....	002 005 042 043.
Deputado PAULO PAIM.....	007 012 013 015 021 024 035 037 040 041.
Deputado PRISCO VIANA.....	046.
Deputado SÉRGIO MIRANDA.....	003 020 033 034.

TOTAL DE EMENDAS: 046

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.770-44, DE 13 DE JANEIRO DE 1999, QUE "DISPÕE SOBRE O CADASTRO INFORMATIVO DOS CRÉDITOS NÃO QUITADOS DE ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ANIVALDO VALE	014.
DEPUTADO AUGUSTO VIVEIROS	055.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	017, 021, 040.
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	009, 012, 013, 019, 020, 022, 025, 026, 038, 039, 041, 043, 048, 049, 050, 051, 052, 053.
DEPUTADO JOSÉ LUIZ CLEROT	006, 008, 023, 028, 031, 033, 035, 042, 045.
DEPUTADO PAES LANDIM	016, 054.
DEPUTADO SANDRO MABEL	003, 004, 007, 010, 011, 018, 024, 027, 029, 030, 032, 034, 036, 037, 044, 046, 056.
DEPUTADO SAULO QUEIROZ	001, 002, 005, 015, 047.

TOTAL DE EMENDAS: 56

RELATOR:

PUBLIQUE-SE EM,

20/01/99

Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.772-18, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "AUTORIZA A UNIÃO A RECEBER EM VALORES MOBILIÁRIOS OS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A SEREM PAGOS POR ENTIDADES DE CUJO CAPITAL O TESOURO NACIONAL PARTICIPE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	001.

TOTAL DE EMENDAS: 01.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1773-33, DE 13 DE JANEIRO DE 1999, QUE "ESTABELECE MECANISMO OBJETIVANDO INCENTIVAR A REDUÇÃO DA PRESENÇA DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE FINANCEIRA BANCÁRIA, DISPÕE SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA**EMENDAS N°S.****Deputado CHICO VIGILANTE****001, 002, 003, 004, 005, 006, 007,
008.****TOTAL DAS EMENDAS: 008**

PUBLIQUE-SE EM,

20/01/99


 Serviço das Comissões Mistas
do Senado Federal

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.774-21, DE 13 DE JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A REDAÇÃO E ACRESCE DISPOSITIVOS ÀS LEIS NºS 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993, E 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S
Deputado CARLOS MELLES.....	006.
Deputado CHICO VIGILANTE.....	010 014 015.
Deputado HUGO BIEHL.....	002 004 005.
Senador JONAS PINHEIRO.....	018 019.
Deputado SAULO QUEIROZ.....	001 007 008 011.
Deputado VALDIR COLATTO.....	003 009 012 017.
Deputado ZULAIÉ COBRA RIBEIRO.....	013 016.

TOTAL DE EMENDAS: 019

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.775-7, DE 13 DE JANEIRO DE 1999, QUE "ESTENDE AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL A VANTAGEM DE VINTE E OITO VÍRGULA OITENTA E SEIS POR CENTO, OBJETO DE DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
--------------	-----------------

DEPUTADO CHICO VIGILANTE	001, 002.
--------------------------	-----------

TOTAL DE EMENDAS: 02

PUBLIQUE-SE EM

20 / 01 / 99

Serviço da Comissão Mista
do Senado Federal

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.777-7, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
--------------	-----------------

DEPUTADO	FERNALDO ZUPPO 001,002,003.
----------	-----------------------------

TOTAL DE EMENDAS: 03.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.779-6, DE 13 DE JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO -CLT, PARA DISPOR SOBRE O TRABALHO A TEMPO PARCIAL, A SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO E O PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, MODIFICA AS LEIS N°S 6.321, DE 14 DE ABRIL DE 1976, 6.494, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977, E 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S
Deputado CHICO VIGILANTE.....	001 002 003 004 005 006 007 008 009 010 011 012 013 014 015 016 017 018 019 021 022 023 024.
Deputado JOSÉ BORBA.....	020.

SACM
TOTAL DE EMENDAS: 024

PUBLIQUE-SE EM,

80.1.01.1999

[Signature]
Serviço da Comissão Mista
do Senado Federal

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.781-5 adotada em 13 de janeiro de 1999 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	011.
Deputado CHICO VIGILANTE	001, 002, 003, 006, 017.
Deputado GERSON PERES	005, 007, 008, 009, 010, 012, 013, 014, 015, 016.
Deputado JOSÉ S. DE VASCONCELLOS	004.

SACM
TOTAL DE EMENDAS - 017

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.782-1, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CAIXA DO TESOURO NACIONAL, CONSOLIDA E ATUALIZA A LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO ASSUNTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO PEDRO VALADARES	001,002,003,004.

TOTAL DE EMENDAS: 04.

PUBLICQUE-SE EM,

10/01/99

Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.783-1, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 1999, QUE “INSTITUI O AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DA UNIÃO, E REVOGA O § 1º DO ART. 1º DA LEI 7.418, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985”.

CONGRESSISTA	EMENDAS N°S.
Deputado CHICO VIGILANTE	001, 002, 003, 004, 005.
TOTAL DAS EMENDAS: 005	

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA,
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.784-1, ADOTADA EM 13
DE JANEIRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO
MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O REPASSE DE
RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, INSTITUI O PROGRAMA
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA PRESENTE ÀS EMENDAS N°

Deputado PEDRO WILSON..... 001.

TOTAL DE EMENDAS: 001

PUBLIQUE-SE EM,

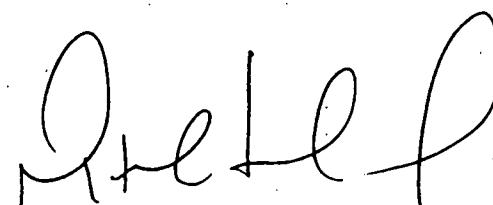
20/01/99

Serviço de Comissões Mistas
do Senado FederalPublique-se em 20/01/99
Alvaro WilsonJosé Paulo Botelho Cebucct
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES**ATOS DO DIRETOR-GERAL****ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 110, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016913/98-1,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ RABELO, matrícula 4937, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Auxiliar de Atividades Médicas, Símbolo FC-03, da Secretaria de Assistência Médica e Social, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 28 de dezembro de 1998.

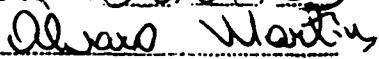
Senado Federal, 20 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 20/01/99



José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 111, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000445/99-1,

RESOLVE dispensar o servidor RONALDO LOUZADA, matrícula 3643, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Sérgio Machado, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete da

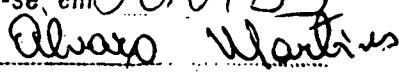
Primeira Vice-Presidência, com efeitos financeiros a partir de 08 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 20 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se, em 20/01/99



José Paulo Botelho Cabucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 112, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000576/99-9,

RESOLVE dispensar a servidora TANIA HELGA COMELLI BUKOWITZ, matrícula 1892, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05,

do Gabinete do Senador Casildo Maldaner, com efeitos financeiros a partir de 12 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 20 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 20/01/99
Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cobucci
P/Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 113, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000752/99-1,

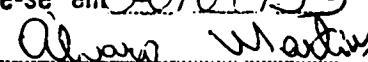
RESOLVE dispensar a servidora MARIA DO CARMO SANTOS FERREIRA, matrícula 1764, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Encarregado de Pesquisa, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Edições Técnicas, e designá-la para exercer a Função

Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 14 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 20 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 20/01/99


José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 114, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000637/99-8,

RESOLVE dispensar o servidor ARNÓBIO SANTOS NETO, matrícula 2954, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Edições Técnicas, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de

Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 12 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 20 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se, em 20/01/99
Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 115, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016912/98-5,

RESOLVE designar o servidor WALTER AIRES DE ALENCAR FILHO, matrícula 5163, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 28 de dezembro de 1998.

Senado Federal, 20 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL -SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares (4)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing (2)
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Rainez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge (3)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira (5)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Epitacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucidio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 27.10.98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

(2) Falecido, em 23.10.98

(3) Renúncia, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Pará

(4) Posse como Ministro Extraordinário da Defesa

(5) Renúncia, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo

SENADO FEDERAL
SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608) - VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ	- VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12
EDISON LOBÃO	MA - 2311/12
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05
BELLO PARGA	MA -3069/70
LEONEL PAIVA	DF - 1248
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72
JÓAO ROCHA	TO -4071/72
JÚLIO CAMPOS	MT - 1247/1447
	1-ROMERO JUCA
	2-JOSÉ AGRIPINO
	3-MOREIRA MENDES
	4-JÔNICE TRISTÃO
	5-FREITAS NETO
	6-JOSAPHAT MARINHO
	7-JOEL DE HOLLANDA
	8-DJALMA BESSA
PMDB	
GILVAM BORGES	AP-2151/52
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245
JOSÉ SAAD	GO-3149/50
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92
RAMEZ TEBET	MS-2221/22
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
	1-WELLINGTON ROBERTO
	2-MARLUCE PINTO
	3-MAURO MIRANDA
	4-ROBERTO REQUIÃO
	5-PEDRO SIMON
	6-CASILDO MALDANER
	7-GERSON CAMATA
PSDB	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
SÉRGIO MACHADO	CE- 2281-82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62
PEDRO PIVA	SP- 2351/52
OSMAR DIAS	PR-2124/25
	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO
	2-REGINALDO DUARTE
	3-LÚCIO ALCÂNTARA
	4-LÚDIO COELHO
	5-VAGO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92
	1-ANTONIO CARLOS
	VALADARES - PSB
	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
	3- ROBERTO FREIRE - PPS
	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT
PPB	
VAGO	1-EPITACIO CAFETEIRA
LEVY DIAS	2- LEOMAR QUINTANILHA
	MA-1402/11
	TO- 2071/77
PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/19
	VAGO

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3^{as} feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 08/01/99.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT- 1247/1447	9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2-VAGO	
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	

PSDB

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-VAGO	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURÓ CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-VAGO	

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22
---------------	--------------	-----------------	-------------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4's feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 12/01/99

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
EDISON LOBÃO	MA-2311/15
MOREIRA MENDES	RO-2231/37
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141
ROMEU TUMA	SP-2051/52
PMDB	
JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
RAMEZ TEBET	MS-2221/27
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
PSDB	
JEFFERSON PERES	AM-2061/67
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
PPB	
VAGO	MA- 4073/74
EPITACIO CAFETEIRA	
PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/3219

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
 SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
 FAX: 311-4315

Atualizada em: 20/01/99

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4-FRANCÉLINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS (2)	BA
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	

PMDB

JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY (3)	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-PEDRO SIMON	RS-3230/31

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
VAGO		2-SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/82
LUZIA TOLEDO	ES-2022/24	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	
---------------	------------	--------	--

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5's feiras às 14:00 hs.

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY (3)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ROMEU TUMA	SP-2051/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
	1- VAGO
	2-BELLO PARGA
	3-JOÃO ROCHA
	4-JOSÉ ALVES
	5-GERALDO ALTHOFF
	6- MOREIRA MENDES
PMDB	
JOSÉ SARNEY (1)	AP-3429/31
PEDRO SIMON	RS-3230/31
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
JADER BARBALHO	PA-3051/53
VAGO	
	1-MARLUCE PINTO
	2-FERNANDO BEZERRA
	3-MAURO MIRANDA
	4-GERSON CAMATA
	5-IRIS REZENDE
PSDB	
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36
CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
	1-LUZIA TOLEDO
	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO
	3-OSMAR DIAS
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
	1-EDUARDO SUPlicy - PT
	2-ADEMIR ANDRADE - PSB
	3-MARINA SILVA-PT
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
	1-LEVY DIAS
	MS-1128/1228
PTB	
ARLINDO PORTO	MG- 2321/22
	1-ODACIR SOARES
	RO-3218/19

(1) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pga. 18655/6

Horário regimental: 5ª feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 20/01/99

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JOSE AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
JÓNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4- WALDECK ORNELAS (1)	BA
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4- VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5-JOSÉ SARNEY (3)	AP-2351/52
RENAN CALHEIROS (2)	AL	6- VAGO	

PSDB

LUZIA TOLEDO	ES-2022/24	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-VAGO	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/u/	2-EDUARDO SUPlicy (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22
---------------	------------	-----------------	--------------

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)

FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3's feiras às 14:00 hs.

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOSE ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-1247/1447	3-DJALMA BESSA	BA-2211/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/171		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

JOSE SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40		
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201		

PSDB

REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	1-LUZIA TOLEDO	ES-2022/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-VAGO	
PEDRO PIVA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
ODACIR SOARES	RO-3218/3219		

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219
---------------	--------------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 20/01/99

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
PFL			
JOSÉ ALVES GILBERTO MIRANDA	SE-4055/56 AM-3104/05	1-GERALDO ALTHOFF 2- DJALMA BESSA	SC-2042/43 BA-2211/12
PMDB			
JOSÉ SAAD VAGO	1-JOÃO FRANÇA (1)		RR-3067/68
PSDB			
VAGO	1-VAGO		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16		
PPB + PTB			
EPIТАCIO CAFETEIRA	MA-4073/74		

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 04/01/99

**7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA**

**PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
JÚLIO CAMPOS	MT-1247	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
GILBERTO MIRANDA	AM-3104-05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JOSE SAAD	GO-3148/50	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
NEY SUASSUNA	PB-4345/46		
VAGO		2 - VAGO	
EDUARDO SUPILCY-PT	SP-3215/16	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55	PPB- PTB	

**REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060**

**ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254**

ATUALIZADA EM: 04/01/99

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
 VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
 SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
 SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
 (16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
DJALMA BESSA	1 - JOEL DE HOLLANDA
	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	
PPB	
LEVY DIAS	
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
GERALDO CÂNDIDO	1 - EMÍLIA FERNANDES
TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS AELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECHER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI
SECRETARIA DA COMISSÃO:	

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
 FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
 FAX: (55) (061) 3182154
 SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

CD/ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATARIO

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

País:

Fones:

Fax:

Quantidade solicitada:

**Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br**



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Quadra de Apoio III, Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

- **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.
- **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS